

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO**

VIVIANE SILVEIRA BATISTA

**ANÁLISE DO PERCURSO ESCOLAR E O PROCESSO DO DELITO DOS
ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DA CIDADE
DE GUARAPUAVA-PR**

GUARAPUAVA-PR

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO

VIVIANE SILVEIRA BATISTA

**ANÁLISE DO PERCURSO ESCOLAR E O PROCESSO DO DELITO DOS
ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DA CIDADE
DE GUARAPUAVA-PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação.

Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação

Orientador: Prof. Dr. Alessandro de Melo

GUARAPUAVA-PR

2014

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

B333a	<p data-bbox="363 987 651 1016">Batista, Viviane Silveira</p> <p data-bbox="459 1021 1299 1140">Análise do percurso escolar e o processo do delito dos assistidos pelo Programa Patronato Municipal da cidade de Guarapuava / Viviane Silveira Batista.– Guarapuava: Unicentro, 2014. xi, 123 f.</p> <p data-bbox="459 1173 1327 1352">Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós Graduação em Educação, Linha de Pesquisa: Políticas Educacionais, História e Organização da Educação. Orientadora: Prof. Dr. Alessandro de Melo; Banca examinadora: Prof. Dr. Paulo Cesar Seron, Profa. Dra. Angela Maria Hidalgo.</p> <p data-bbox="459 1388 596 1417">Bibliografia</p> <p data-bbox="363 1451 1248 1541">1. Educação. 2. Sistema Penitenciário. 3. Questão Social. 4. Escolarização. 5. Programa Patronato Municipal. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.</p> <p data-bbox="938 1603 1177 1632">CDD 20. ed. 374.22</p>
-------	---

TERMO DE APROVAÇÃO

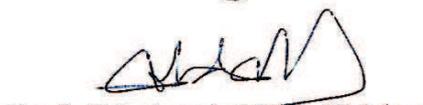
VIVIANE SILVEIRA BATISTA

“ANÁLISE DO PERCURSO ESCOLAR E DO PROCESSO DO DELITO DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DA CIDADE DE GUARAPUAVA - PR”.

Dissertação aprovada em 27/08/2014 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:


Prof. Dr. Alessandro de Melo
(Orientador/UNICENTRO)


Prof. Dr. Paulo Cesar Seron
(UEM)


Prof. Dr. Angela Maria Hidalgo
(UNICENTRO)

GUARAPUAVA-PR
2014

Não é a consciência dos homens que determina a seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência.

Karl Marx

AGRADECIMENTO

Agradeço à minha família. Meus pais, pela paciência, pelo incentivo, pela força, amor, carinho e apoio incondicional em toda minha vida.

Ao meu companheiro e amor Eber que compartilhou comigo todos os momentos de angústias, ansiedades, incerteza, pelo amor, e sobretudo, neste últimos dois anos pela paciência.

Ao meu filho João Vitor que por muita as vezes precisei estar ausente.

Ao meu grande mestre e companheiro professor Alessandro de Melo, que não mediu esforços para me orientar, acompanhar, incentivar e, sobretudo, por compartilhar seus conhecimento e ensinamento, a quem serei eternamente grata.

Aos professores, funcionários e Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO, pelo apoio e por tudo que aprendi em nosso convívio cotidiano.

Ao professor Paulo Cesar Seron e a professora Angela Maria Hidalgo, por aceitarem participar da banca de qualificação e defesa e por terem oferecido contribuições valiosas para essa dissertação, o meu carinho especial.

À Secretaria de Estado e Justiça do Paraná, bem como ao Programa Patronato Municipal de Guarapuava, que me acolheram possibilitando a realização dessa pesquisa.

Aos quinze assistidos participantes da pesquisa que confiaram todas sua trajetória de vida, acreditando e confiando em nosso trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos de trabalho da Faculdade Campo Real, minhas colegas professora da Escola Municipal Santa Cruz que por várias vezes mudaram sua rotina de trabalho para que eu pudesse concluir essa pesquisa.

E a todas as pessoas que direta ou indiretamente me ajudaram e compartilharam o desenvolvimento deste trabalho, a todos meu muito obrigado.

RESUMO

O Programa Patronato Municipal surgiu no Paraná a partir de 1976 na cidade de Londrina como uma experiência de extensão universitária que objetivava a reinserção dos egressos do sistema penitenciário na sociedade. Nesta perspectiva, com este estudo procuramos compreender quais foram as condições materiais vivenciadas pelos indivíduos assistidos pelo Programa Patronato Municipal da cidade de Guarapuava-Pr, que contribuíram para o cometimento do delito relacionados a obtenção financeira. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas, partindo de relatos, quais foram analisados como representações dos indivíduos sobre sua vida, seu percurso escolar e laboral, e isto metodologicamente significa que a pesquisa valorizou tais representações como indícios importantes tanto para as análises teóricas, na categorização das representações, quanto para as pretensas medidas práticas e de Políticas Públicas sugeridas. Constatamos que há um histórico de exclusão escolar familiar sofrido pelos assistidos do Programa que perpassa gerações. Os pais em sua maioria analfabetos, ou com baixa escolarização foram excluídos e há persistência dessa exclusão contínua. Verificamos que os participantes da pesquisa não enxergam na escola a questão do fracasso enquanto instituição e Estado, mas apesar dela estar em segundo plano, a escola ainda estar preservada nas falas dos entrevistados.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Penitenciário; Delito; Questão Social; Escolarização.

ABSTRACT

The Municipal Patronato Program arose in Paraná from 1976 in city of Londrina as an experience of university extension witch aimed the reinsertion of egresses of the penitentiary system into society. On this perspective, with this study we seek to understand what were the material conditions lived deeply by individuals assisted by the Municipal Patronato Program of the city of Guarapuava-Pr, who contributed to the committal of misdemeanor related to financial obtainment. The research was performed by means of interviews, , from reports, which were analyzed as representations of individuals about their life, their educational journey and work experience, and this means that methodologically the research emphasized such representations as important evidence both for theoretical analysis, in categorizing of representations, as alleged measures practices and Public Politics suggested. We note that there is a family history of school exclusion suffered by the assisted of the program that runs through generations. Parents in their the most illiterate or with low schooling were excluded and there is persistence of this exclusion continues. We verified that the research participants do not see the question of the school failure as an institution and state, but despite it be on the background, the school still be preserved in the in the speech of interviewees.

KEYWORDS: Penitentiary System; Misdemeanor; Social Issues; Schooling.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - GÊNERO DOS ASSISTIDOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	34
FIGURA 2 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	34
FIGURA 3 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	36
FIGURA 4 - SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	38
FIGURAS 5 - ÍNDICE DE DELITOS COMETIDO PELOS ASSISTIDOS DO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.....	39
FIGURA 6 – PROCEDÊNCIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA PR.....	40
FIGURA 7. SITUAÇÃO DA MORADIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA PR.....	41

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMEROS DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROGRAMA, VALORES DA BOLSAS E CUSTO ANUAL DO PROGRAMA.	29
TABELA 2 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL DOS CANDIDATOS PELO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA QUE RECEBERAM MAIS VOTOS.	74
TABELA 3 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PAIS DOS ASSISTIDOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	78
TABELA 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO E SÉRIE DOS ASSISTIDOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	87

LISTA DE ABREVIACOES

AA	Alcoolicos anonimos
BPC	Beneficio de Prestação Continuada
BM	Banco Mundial
CAPS	AD Centro de Atendimento Psicossocial para pessoas dependentes de álcool e Drogas.
CAPS II	Centro de Atendimento Psicossocial para pessoas que apresentam Transtorno Mental
CRAS	Centro de Referencia da Assistência Social
CREAS	Centro de Referencia Especializado da Assistência Social
CRAG	Centro de Regime Sim Aberto de Guarapuava
DEPEN	Departamento Penitenciário do Estado do Paraná
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NA	Narcóticos anonimos
OMS	Organização Mundial Da Saúde
PROEC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PIB	Produto Interno bruto
PIG	Penitenciária Industrial de Guarapuava
SEJU	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e Direitos Humanos
SESP	Secretaria de Estado da Segurança Pública
SETI	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UEM	Universidade Estadual de Londrina
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
USF	Universidade Sem fronteira
VEP	Vara de Execução Penal
14ª SDP	14ª Sub Divisão Polcial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – PR	22
2.1 O PATRONATO PENITENCIÁRIO	22
2.2 O PROGRAMA PRÓ- EGRESSO EM GUARAPUAVA.....	23
2.3 PATRONATO MUNICIPAL EM GUARAPUAVA	25
2.5 PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PROGRAMA	31
2.6 PERFIL DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA.....	33
3 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA QUESTÃO SOCIAL	43
3.1 GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO	51
3.2 A QUESTÃO SOCIAL	58
3.3 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	65
3.4 O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA.....	71
4 TRAJETÓRIAS DE EXCLUSÃO: ANÁLISE DOS SUJEITOS ASSISTIDOS NO PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA	78
4.1 TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS PAIS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	78
4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	79
4.3 REINCIDÊNCIA CRIMINAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	82
4.4 TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ASSISTIDOS EM IDADE REGULAR	86
4.5 COMO OS PAIS VIAM SUA PERMANÊNCIA NA ESCOLA	89
4.6 A ESCOLA ATUALMENTE	91
4.7 OPINIÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO.....	93
4.8. O PROCESSO DE COMETIMENTO DO DELITO	96
4.8.1 Motivos que contribuíram para o cometimento do delito	96
4.8.2 Arrependimento do cometimento do delito.....	101
4.9 A QUESTÃO ESCOLAR E O COMETIMENTO O DELITO.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

Entendemos que cada história de vida de um assistido¹ é uma síntese da sociedade na sua vida e, ao mesmo tempo, cada história de vida é um reflexo mediado pela própria sociedade. Nesta perspectiva, com este estudo procuramos compreender o percurso escolar dentro da trajetória social e processo de cometimento do delito, dos participantes da pesquisa. A pergunta que se procurará responder é a seguinte: que relações há na trajetória de vida, no percurso escolar e no processo de cometimento do delito, dos assistidos do Programa Patronato Municipal de Guarapuava?

O Programa Pró-Egresso surgiu no Paraná a partir de 1976 na cidade de Londrina como uma experiência de extensão universitária que objetivava a reinserção dos egressos do sistema penitenciário na sociedade. Em 23 de maio de 1979, a Secretaria do Estado de Justiça e da Cidadania - SEJU adotou-o e ampliou-o por meio da Resolução n. 99/778, que objetivou fiscalizar e dar assistência aos beneficiários.

Na cidade de Guarapuava, o Programa iniciou em 17 de agosto de 1981. Esse programa é responsável por fiscalizar e acompanhar os assistidos após saírem do regime fechado até o término do cumprimento das penas. Atualmente atende o total de 526 egressos, sendo 484 homens e 42 mulheres oriundos de unidades penais. Todos os presos que saem em regime aberto da 14ª Subdivisão Policial - SDP, da Penitenciária Industrial de Guarapuava - PIG e do Centro de Regime Semi-Aberto de Guarapuava – CRAG, são acompanhados e fiscalizados pelo Programa até o término de sua pena.

Pesquisadores que estudaram instituições de apoio aos egressos do sistema penitenciário no Brasil e analisaram Programas Públicos de reinserção social como Madeira (2004; 2005) e Seron (2009), que estudaram especificamente o Programa Pró-Egresso da cidade de Maringá no Estado do Paraná, destacam que o perfil dessas pessoas coincidem, sendo em sua maioria homens, jovens com idades inferior a 30 anos de idade, baixa escolaridade, negros, condenados pela prática de crimes contra o patrimônio, entre outros. Em Guarapuava, conforme mostram o resultado desta pesquisa este perfil não foge a esta regra.

¹ Assistido (egresso do sistema penitenciário), que segundo Lei de Execução Penal: no “art. 26: I - o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento; II - o liberado condicional, durante o período de prova”.

Diante deste quadro busca-se compreender quais foram as condições vivenciadas por esses sujeitos apenados e como a questão da educação se configura na trajetória de vida de narrada por 15 assistidos pelo Programa Patronato de Guarapuava. Desta análise pretende-se, em certa medida, chegar a explicação razoável que vincule a trajetória escolar, a relação com a vida e o cometimento do delito. Com isso, também, espera-se contribuir para as discussões acerca do papel da educação e das condições materiais de vida garantidas na sociedade capitalista, e da questão criminal.

Outro objetivo derivado dos anteriores é analisar como se configurou a sociedade brasileira, quais as formas de atuação do Estado brasileiro e quais as políticas adotadas não somente para os assistidos do sistema penitenciário, mas para toda a população que se encontra marginalizada e excluída do sistema.

Para isso compreendemos que é imprescindível analisarmos cada sujeito, e considerar o conjunto das relações sociais em que eles estão inseridos, ou seja, metodologicamente trata-se de compreender as mediações que vinculam os sujeitos e sociedade, ou, de outra forma, o lugar da vida dos indivíduos na totalidade, por meio das mediações endossa tal prerrogativa Lukács (1967, p.240) ao afirma que:

A categoria de totalidade significa [...], de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas.

Pode-se, a partir do exposto, dizer que objetivamos realizar essa análise, inicialmente partindo da particularidade, vivenciada por cada indivíduo participante da pesquisa, buscando compreender de que maneira essa particularidade se conecta com a totalidade de suas relações sociais.

Um primeiro passo é compreender que a questão criminal deve ser entendida em uma perspectiva mais ampla e não apenas como uma escolha individual dos sujeitos envolvidos como nos apresenta a ideologia burguesa e neoliberal, como forma naturaliza pela mídia, por meios das rádios, canais de televisão, jornais e revistas.

Com o avanço neoliberal, desencadeou-se uma crise, que, no Brasil, se aprofunda a partir do governo de Collor de Mello, período em que no Brasil se intensificou a radicalização da reestruturação produtiva que avançava na década anterior mas que solapou o mundo do trabalho brasileiro nos anos 90, pautada na tríade neoliberal composta pela desregulamentação das leis trabalhista, privatizações de empresas estatais e abertura do mercado e retirada do estado da ordem econômica. Dentre os resultados temos as flexibilizações na legislação trabalhista, a minimização nas políticas sociais, cortes de gastos públicos incentivados pelas privatizações e, em consequência, temos a acentuação da lógica destrutiva do capital, como destaca Antunes (1999, p.19):

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des) socialização contemporânea, destrói-se a força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho, torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade descartável.

Vale destacarmos que essa destrutividade da forma social do capital não se materializa apenas no esgotamento irracional pelo homem dos recursos naturais, mas ela também está presente de forma ativa e nefasta nas relações sociais. Em decorrência dessas medidas, deu-se o aumento da “exclusão social” e da “questão social” como causa das desigualdades sociais devido à grande concentração de renda nas mãos de poucas pessoas que detêm os meios de produção.

Outra questão que se levanta nestes tempos de crise é a transformação do Estado. Wacquant (1999; 2001), estudioso das áreas de violência e criminalização no contexto neoliberal, em sua obra “As prisões da miséria”, apresenta as consequências da alteração do modelo de Estado Social em Estado Penal, o que implica no desmonte das ações sociais por meio da diminuição de investimentos em políticas de educação, habitação, saúde e assistência social. Nesta perspectiva se fortalece a ação penal do Estado por meio de uma política repressiva como forma de tentar gerir os problemas de segurança, objetivando manter a ordem por meio aparato judiciário e policial. Então, o que se tem é “mais Estado” policial e penitenciário e “menos Estado social”. Segundo o autor, o Estado Penal foi criado com o objetivo de:

Responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira ditadura sobre os pobres. (WACQUANT, 1999, p.6).

Em uma palestra intitulada “Crises do capital e suas consequências societárias”, José Paulo Netto (2012)² apresenta dados relevantes referentes à segurança pública e privada no país. A partir da década de 1990, a segurança privada no país investiu anualmente o valor equivalente a 52 bilhões de reais e empregou o total de 1,5 milhões de trabalhadores formais, enquanto na segurança pública o investimento foi de 32 bilhões e a mão de obra totalizou 600 mil trabalhadores empregados formais. O investimento em segurança privada foi de 73% superior aos investimentos em segurança pública, dados que reafirmam a atuação do Estado Penal no Brasil, entendendo Estado em sua forma ampliada, como o fez Gramsci. O alto investimento em segurança privada, por outro lado, acena para uma crise civilizatória, dada a necessidade premente de um determinado grupo social de se defender das ameaças sociais presentes num contexto que é ele mesmo caracterizado pela contradição, exclusão e, logo, produção da marginalidade. De acordo com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (2013), no tocante aos dados de encarceramento e atuação do Estado penal, ocorre que:

O Brasil é hoje um dos países com a maior população carcerária do mundo, atrás apenas dos estados Unidos e da China. As prisões brasileiras são famosas no mundo inteiro pelo terror, as torturas, os maus-tratos, enfim, as brutais violações dos direitos humanos dos presos e dos seus familiares. Além disso, a clientela preferencial do sistema prisional brasileiro são os jovens, principalmente os negros, moradores das áreas urbanas pobres do país. As prisões brasileiras são, na verdade, uma metáfora da versão brasileira do apartheid, enquanto o sistema de justiça penal funciona como o instrumento de sua legitimação. O aumento extraordinário da população carcerária no país a partir dos anos 90 se deu acompanhado da redução drástica das políticas públicas sociais voltadas para a juventude e os pobres em geral. Este não é um fenômeno apenas brasileiro, como vários estudiosos da questão têm mostrado, mas no Brasil o Estado Penal tem assumido uma dimensão mais cruel porque ele se intensifica em uma sociedade onde o Estado de bem-estar social nunca foi uma realidade concreta. Neste sentido, fortalece-se cada

² Palestra proferida em maio no 5º Congresso de Assistente Sociais, promovido pela editora Cortez, intitulada: “Crises do capital e suas consequências societárias”, em 25/05/13 em Tijuca-SP. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9ZRlfA5Qylk>.

vez mais um sistema penal seletivo (que criminaliza os pobres, negros e excluídos) e punitivista (em lugar de efetivação de direitos e garantias individuais, a punição se torna uma política pública de contenção social).(INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, 2013, p. 01)

O Brasil está entre os países que possuem os maiores índices de encarcerados do mundo, o que tem se configurado o país, em um estado de repressão permanente. Porém, dirigido a criminalizar os pobres, os desempregados estruturais e os trabalhadores informais, de maneira autoritária e excludente, como podemos verificar no perfil dos encarcerados e no próprio Programa que apresentaremos no capítulo terceiro.

Para realização deste estudo utilizamos o método de investigação proposto na tradição marxista, o qual considera que os fatos não podem ser considerados de forma isolada do contexto econômico e social. Embora Marx não tenha elaborado um texto descrevendo exaustivamente seu método³, ele oferece uma explicação do mesmo a partir da análise da sociedade capitalista burguesa, de onde resulta uma teoria social crítica sobre a economia política. Segundo Marx (1984, p.21):

O fato é, portanto este: o de determinados indivíduos, que trabalham produtivamente de determinado modo, entrarem em determinadas relações sociais e políticas. A observação empírica tem de mostrar, em cada um dos casos, empiricamente e sem qualquer mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e a política com a produção. A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade.

Nesta citação fica explícita, no método marxista, a premissa da relação entre indivíduo e sociedade que buscaremos seguir neste trabalho desde as escolhas teóricas até os procedimentos adotados, as categorias etc. Os sujeitos estudados, tal como afirma Marx, entraram em determinadas relações sociais ao longo de suas vidas, é o que se procurará desvelar com as entrevistas ao longo da pesquisa. Relações estas que são influenciadas pelo

³ Referente o método é possível se aprofundar com as seguintes leituras de Karl Marx: Manuscritos Econômicos - Filosóficos (1989); Miséria da filosofia (2009); A ideologia alemã (2009); O Capital (1975); Introdução à crítica da economia política (2011); Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política (1974).

processo educativo e de trabalho, ambos, por sua vez, direta e indiretamente relacionados com a produção da vida material em nossa sociedade.

O desafio da pesquisa é buscar alcançar uma compreensão para além do que estes indivíduos pensam sobre si mesmos, para uma análise mais objetiva do percurso escolar dentro da trajetória social e o cometimento do delito de cada entrevistado. Não se trata, de apenas ouvir os indivíduos e, a partir de suas falas, organizar suas representações em categorias, mas de relacionar as suas representações com as relações reais da sociedade capitalista em geral, e o contexto específico da cidade de Guarapuava, e a complexa dinâmica social concretizada nas vidas destes indivíduos.

Entendemos também, metodologicamente, que a essa análise das relações sociais na História de casa sujeito, pauta-se pela busca por compreender o movimento presente na sociedade, nas classes e nas relações sociais de forma dialética, a partir dos princípios de que não existe neste mundo, nada ou nenhum fenômeno isolado, nada que seja social se encontra em repouso. Não há verdade absoluta, mas sim necessidade de produzir conhecimentos, inclusive como meio de melhorar a ação política comprometida com a transformação social bem como as políticas públicas.

Sendo assim, consideramos a categoria mediação como importante caminho para que possamos analisar e explicar as particularidades e determinações das problemáticas desta pesquisa, para que nos aproximemos da compreensão da totalidade no fenômeno específico estudado. Apreendemos que o percurso escolar e o percurso laboral são importantes mediações para a compreensão da vida dos egressos e do processo que levou cada um à prática do delito. Logo, percurso escolar é uma mediações relevante na busca por compreender o processo do cometimento do delito. Segundo Lukács (1979, p.64):

Os homens fazem certamente sua própria história, mas os resultados do discurso histórico são diversos e frequentemente opostos aos objetivos visados pelos inelimináveis atos de vontade dos homens individuais. (LUKÁCS 1979 p.64).

Acreditamos que os homens escrevem sua história. Porém, cada história não é somente resultado de suas vontades individuais, muita delas são até oposto aos objetivos visados inicialmente. (LUKÁCS, 1979). Todo o ato realizado por qualquer pessoa envolve uma escolha, pois em tese os sujeitos

são livres e têm a liberdade para a tomada de suas decisões. Porém, a questão central está no grau de liberdade de escolha de cada pessoa. A liberdade não depende apenas do “querer”, ela é fruto das relações sociais que este sujeito está inserido assim como das condições histórica, social e econômica na sociedade em que se vive.

A questão da criminalidade na sociedade capitalista não deve ser analisada como um fenômeno isolado, depositada ao sujeito como mera opção individual. Esta pesquisa implica em uma análise na busca de sucessivas aproximações e mediações no campo do cometimento do delito, do processo educativo e laboral. Nesta perspectiva, utilizaremos a categoria ontológica de mediação na busca de conhecer as particularidades e determinações em cada trajetória dos indivíduos pesquisados. Segundo Pontes (2000) e Oliveira (2001), o processo de mediação pode ser compreendido através da tríade: singularidade, universalidade e particularidade.

Como processo de singularidade, consideram-se os fenômenos fragmentados e pontuais da história de cada indivíduo, e a análise restrita a esta esfera acaba culpabilizando cada indivíduo pelo crime cometido, o que, aliás, alimenta boa parte do senso comum, das atenções midiáticas etc.

A universalidade transcende a essa particularidade, supondo que há determinações universais, que vão além das aparências e da singularidade. Segundo Cavalli (2009, p.08):

Neste campo, há uma compreensão de que as leis, as relações sociais, relações de produção, relação entre o Estado, mercado e sociedade, as relações de solidariedade, as políticas sociais e econômicas, dentre outras, interferem nos fenômenos ou problemas. Avançar para o campo da universalidade é superar a visão dos fenômenos como algo aparente, isolado, fragmentado e compreendê-los na sua essência, totalidade, no coletivo. Isto quer dizer que deixa-se de culpabilizar o indivíduo e passa-se a decifrar a realidade, o que está realmente por trás daquela situação aparentemente isolada.

Neste caminho metodológico, consideramos as categorias de análises como as categorias gerais e fundamentais para apreensão de um objeto na perspectiva dialética: a práxis, totalidade, contradição e mediação, como categorias universais.

Como critérios para participar desta pesquisa, selecionamos os assistidos que haviam cometido crimes relacionados à obtenção de vantagem

pessoal e financeira, que segundo o Código Penal (2013) se caracterizam como:

Furto art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel; Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência; e Estelionato; Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento (CODIGO PENAL, 2013, p.264-265).

E também os assistidos que cometeram crimes relacionados à Lei de Drogas 11.343/2006, segundo o Código Penal⁴. Dos quinze participantes, quatro assistidos respondiam pelo Art.157, cinco pelo Art.155 e seis pelos Artigos 33 e 35.

As entrevistas ocorreram no próprio Programa Patronato Municipal na cidade de Guarapuava, nos meses de julho a dezembro de 2013. O Programa disponibilizou uma sala para a aplicação das entrevistas aos participantes da pesquisa. Do total dos participantes, referente ao gênero treze eram homens e duas mulheres. Este perfil reflete o perfil geral do Programa Patronato que atualmente apresenta um índice de 92% de assistidos pertencentes ao gênero masculino e 8% pertencentes ao gênero feminino, segundo dados apresentado pelo Programa (2013).

Para a aplicação das entrevistas, utilizamos a entrevista semi-estruturada, cujo modelo encontra-se em Apêndice no fim do trabalho (Apêndice 1). A forma semi-estruturada de entrevista foi de grande eficácia, pois além de ser um meio para a coleta de dados, gerou também aos entrevistados a liberdade de expressão, e fez com eles e elas se tornassem mais ativos e livres na construção das suas representações. O roteiro de entrevista foi estruturado em quatro momentos: o primeiro versava sobre os dados relacionados à situação econômica e familiar, o segundo tratava de

⁴ Art.33-importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor a venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo ou guarda, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou oferecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização e ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar; art.34-Fabricar, adquirir, utilizar, transportar, oferecer, vender, distribuir, entregar a qualquer título, possuir, guardar ou fornecer, ainda que gratuitamente, maquinários, aparelhos, instrumentos ou qualquer objeto destinado à fabricação, preparação, produção ou transformação de drogas, sem autorização ou desacordo determinação legal ou regulamentar; Art.35- Associarem duas ou mais pessoas para vim de praticar, reiteradamente ou não qualquer dos crimes previsto (CODIGO PENAL, 2013, p.921-922).

investigar as trajetórias escolares, o terceiro explorou a trajetória laboral e o quarto explorou o processo de cometimento do delito até a vida atual dos assistidos.

Os entrevistados da pesquisa, após aceitarem participar da pesquisa, receberam informações referentes aos objetivos do trabalho. Após os esclarecimentos houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), com a garantia do sigilo da sua identidade e da destruição das gravações após a utilização e realização da análise. As entrevistas ocorreram de maneira tranquila, todos os participantes responderam às questões propostas com espontaneidade, o que foi fundamental para a realização da pesquisa.

Este estudo está estruturado em três capítulos e considerações finais. No primeiro capítulo apresentaremos um estudo sobre o Programa Patronato Municipal da cidade de Guarapuava, seu histórico, estrutura e funcionamento; objetivos do Programa; projetos e ações desenvolvidas; perfil geral da população atendida; e atividades desenvolvidas para a reinserção social dos assistidos.

No segundo capítulo busca-se compreender como o Brasil produziu seu processo de exclusão e desigualdades sociais a partir das mudanças ocorridas na configuração do Estado a partir dos anos 90, com a ofensiva neoliberal e crise estrutural do capital. O objetivo neste capítulo foi o de compreender de que maneira o Estado atua sobre essa parcela da população excluída em nossa sociedade, não somente excluídas do consumo, mas de políticas públicas e sociais. Também realizamos um recorte analítico-territorial do município de Guarapuava-PR com a perspectiva de concatená-la com a realidade brasileira.

No terceiro capítulo apresentaremos as descrições das trajetórias escolares e do cometimento do delito e a síntese do resultado da pesquisa e síntese do trabalho.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA – PR

O Programa Patronato Municipal é sucessor ao Programa Pró-Egresso, o qual teve sua origem em Londrina em 1976, por meio de uma experiência de extensão universitária realizada pelo Curso de Direito na disciplina de Direito Penal vinculado ao Departamento do Curso de Direito da Universidade Estadual de Londrina - UEL. Inicialmente recebeu a denominação de “Projeto Albergue”, esse projeto teve a iniciativa do promotor Dr. Nilton Bussi. Na fase inicial do Programa, os alunos do curso de Direito faziam reuniões semanais com os presos discutindo sobre seus direitos, obrigações e sobre as responsabilidades na participação de cada indivíduo em seu processo de recuperação e ressocialização (GONZAGA, 2002).

Ao perceber a validade desse Projeto, a Secretaria do Estado de Justiça e da Cidadania - SEJU o adotou-o e ampliou-o por meio da resolução 99/778 em 23 de maio de 1979, o denominando de “Projeto Themis”⁵ que objetivava fiscalizar e dar assistência aos beneficiários atendidos somente nas cidades polos do Estado do Paraná.

Com a reformulação da Lei de Execuções Penais nº. 7.210 de 11 de julho de 1974, que determinou a existência de assistência ao apenado ou egresso de Unidades Penais, o Governo do Estado do Paraná, através do Decreto nº. 4.788 de 23 de novembro de 1985 institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, o Programa Estadual de Assistência ao Apenado e ao Egresso – Programa Pró-Egresso a ser desenvolvido nas Comarcas do Estado que já estavam sendo atendidas pelo Programa Themis.

2.1 O PATRONATO PENITENCIÁRIO

A Lei de Execução Penal - LEP, nº. 7.210 de 11 de junho de 1984, também prevê o funcionamento do Patronato Penitenciário como uma Unidade do Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN), com objetivos

⁵ Themis, segundo a mitologia grega é considerada a deusa da justiça.

de desempenhar a coordenação e supervisão na execução dos Programas “Pró-Egresso” no do Paraná (GONZAGA, 2002).

O primeiro Patronato Penitenciário foi criado em 1991 na cidade de Curitiba e no ano de 2001 foi inaugurado uma segunda unidade do Patronato em Londrina, para colaborar com esse trabalho. As duas unidades versavam trabalhar em consonância ao fornecer a supervisão e norte para as atividades desenvolvidas por cada Programa Pró-Egresso conforme sua área de abrangência no Estado. O Patronato Penitenciário recebe amparo legal da LEP em seu art. 79 que atribui a esse órgão as seguintes funções:

- I - orientar os condenados à pena restritiva de direitos;
- II - fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação de fim de semana;
- III - colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional (BRASIL, 1984).

O Patronato Penitenciário coordenava a operacionalização dos Programas Pró-Egresso em funcionamento nas 18 (dezoito) Comarcas do Estado do Paraná: Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Jacarezinho, Francisco Beltrão, Guarapuava, Umuarama, Toledo, Foz do Iguaçu, Cascavel, Campo Mourão, Cianorte, Cornélio Procópio, Irati, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco e Pitanga.

O Programa Pró-Egresso funcionava por meio de parcerias através de convênios realizados entre a Secretaria de Estado da Estado e Justiça (SEJU), Instituições de Ensino Superior ou Prefeituras Municipais, com exceção de Curitiba na qual o Patronato era mantido com recursos materiais, físicos, financeiros e humanos da própria SEJU.

2.2 O PROGRAMA PRÓ- EGRESSO EM GUARAPUAVA

O Pró-Egresso iniciou suas atividades em Guarapuava em 17 de Agosto de 1981 como um Programa realizado através de Convênio entre a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e Direitos Humanos e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava- FAFIG, instituição

que por meio do Decreto nº 3.444, de 08 de agosto de 1997 mudou sua nomenclatura para Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

O Programa estava sob a direção do Patronato Penitenciário do Paraná, localizado em Curitiba. Os principais objetivos do Programa segundo Gonzaga (2002) versavam:

Fomentar a criação e colaborar no funcionamento dos patronatos [...]; proporcionar ao apenado-beneficiário, condições necessárias para “reintegrar-se na sociedade”, diminuindo a reincidência criminal; possibilitar aos beneficiários, condições para exercer o seu direito inalienável ao trabalho, aos benefícios assegurados por lei e à saúde física e mental; atender aos internos das cadeias públicas, conforme o termo de cooperação técnica firmado entre a Secretaria de Estado da segurança Pública em data de 28 de junho de 1998, proporcionando a minimização dos problemas das populações carcerárias das mesma; propiciar campo de estagio aos alunos de várias áreas de ensino superior; fiscalizar e fazer cumprir as condições impostas nas sentenças de benefícios, no Livramento Condicional, no cumprimento de pena em Regime Aberto, de prestação de Serviços à Comunidade, de Limitação de Fim de Semana, Restritiva de Direitos; promover a assistência do apenado no que se refere ao inciso anterior, objetivando a prevenção da criminalidade e não reincidência, por meio de formação profissional (cursos técnicos oferecido pelo SENAC), saúde, atendimento jurídico, triagens de psicologia, encaminhamentos na forma do Capítulo II da Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984; integração do projeto com a comunidade universitária e comunidade local. (GONZAGA, 2002, p.37)

Em 2011 com a criação do Plano Diretor da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o governo propõe uma nova política de atuação voltada para as pessoas em situação de cumprimento de pena ou medida alternativa em meio aberto. O Programa Pró-Egresso permaneceu ativo até o dia 31 de janeiro de 2013, quando ocorreu o termino do convênio e não houve renovação do mesmo. Foi somente no mês de setembro do referido ano que o Patronato Municipal inicia suas atividades e dá continuidade às atividades já desenvolvidas pelo Programa Pró-Egresso.

No dia 04 de abril de 2013 a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná anuncia um novo modelo de Programa para dar atendimento às Penas Alternativas e Medidas de Segurança no Paraná. Criase o Patronato Central do Estado, que conta com o envolvimento do Estado, municípios e de universidades públicas estaduais. Atribui-se ao Patronato Central, segundo o DEPEN (2013), as seguintes determinações:

Celebrar convênio com a Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia-SETI, ou outras instituições de Ensino Superior e o Município, para disponibilizar orientadores e estagiários; Disponibilizar pessoal (Supervisor Regional ou municipal, que atuará como gestor dos convênios); Desenvolver a Política de Fomento às Alternativas Penais no Estado do Paraná; Uniformizar e padronizar as rotinas de execução das Alternativas Penais no Estado do Paraná; Produzir, assessorar e divulgar orientações e instrumentos sobre a aplicação, execução e monitoramento das ações que se refere às alternativas penais através da definição de diretrizes e manuais de gestão; Promover programas de capacitação para as equipes de monitoramento de execução das Alternativas Penais que atuam no Patronato; Propor parcerias e acompanhar programas de colocação profissional através do SINE (Serviço Nacional de Empregos) – Órgão da secretaria do Trabalho, sindicatos, programas das prefeituras, bem como através do Programa Começar de Novo do Ministério da Justiça, etc; Monitorar os convênios firmados e planos de trabalho que versem sobre sua área de atuação (DEPEN, 2013, p.15).

O Patronato Central tem a incumbência de garantir o suporte e as diretrizes para o funcionamento e andamento dos Patronatos Municipais atuantes em 20 (vinte) municípios do Estado do Paraná, sendo eles: Apucarana, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procopio, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo e Umuarama. Apesar da mudança de nomenclatura, o Patronato Central desenvolverá suas atividades que eram atribuídas ao Patronato Penitenciário, conforme determina a LEP.

2.3 PATRONATO MUNICIPAL EM GUARAPUAVA

O Patronato municipal surgiu em 15 de julho de 2013 por meio de uma cooperação técnica e financeira entre a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Esta secretaria atua por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras, vinculado ao Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais, a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO e Prefeitura Guarapuava.

No período de julho a agosto de 2013 foi realizado pela UNICENTRO o processo de seleção e contratação dos profissionais recém-formados e estagiários que atuavam no Programa. Somente no mês de setembro de 2013 a equipe do Programa Patronato Municipal iniciou as atividades com atendimento aos assistidos. A partir do término do convênio do Programa Pró-Egresso, em 31 de janeiro de 2013 até o início do mês de setembro, quando o Patronato Municipal iniciou suas atividades, o atendimento aos assistidos foi realizado de maneira emergencial por uma funcionária técnica administrativa da SEJU que já atuava no Programa Pró-Egresso e continua atuando no Programa.

Segundo o Departamento Penitenciário, esse novo Programa objetiva o monitoramento, fiscalização e acompanhamento do cumprimento das Alternativas Penais e Regime aberto decorrente da Progressão de pena. Sua conceitualização consiste em toda e qualquer forma de cumprimento de pena ou medida alternativa em meio aberto, o que dá continuidade ao modelo anterior denominado de Pró-Egresso de atendimento aos assistidos. Nesta perspectiva, segundo o DEPEN (2013), o Patronato Municipal:

Deverá desenvolver suas atividades sob a perspectiva de corresponsabilidades entre os Poderes Públicos Estaduais e Municipal, Poder Judiciário e Ministério Público de maneira educativa e ressocializadora, pautada no respeito aos direitos humanos e na correlação entre direitos e deveres inerentes à condição de cidadania (DEPEN, 2013, p.4).

Para a instalação do Patronato Municipal em Guarapuava, conforme determina o DEPEN, havia a necessidade do comprometimento e participação do município. Diante desta exigência, em 18 de outubro de 2013, através da Lei n. 2.184, a Câmara Municipal de Guarapuava aprovou e sancionou a lei que cria o Patronato Municipal de Guarapuava. A lei reafirma a parceria que deveria existir entre as esferas municipal e estadual e ainda a criação de um Fundo Municipal de Alternativas Penais, com o objetivo de captar, repassar e aplicar de recursos destinados aos suportes financeiros.

O Programa Patronato, para a municipalização do Acompanhamento das Penas e Medidas em Meio Aberto está pautado no Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná (2011-2014). Sua estruturação acontece por meio da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos –

SEJU e da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI em parceria com os municípios paranaenses que já desenvolviam o Programa Pró-Egresso.

Caberá a SETI, através do Programa Universidade Sem Fronteiras - USF, subprograma Incubadoras dos Direitos Sociais - Patronato financeiro, controlar e fiscalizar os recursos que serão transferidos para a SEJU por meio do Termo de Cooperação Técnico Financeiro (TC) mediante a Movimentação de Crédito no valor de R\$ 292.480,00 (Duzentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta reais) no período de 12 meses, para a realização do pagamento dos bolsistas recém-formados que atuam no Programa, conforme previsto no Plano de Trabalho.

A SEJU deverá criar, implementar e administrar o Patronato Central do Estado do Paraná, o qual tem sob sua responsabilidade a gestão, planejamento, articulação, acompanhamento e fiscalização de todas as ações desenvolvidas no âmbito dos Patronatos Municipais nas atividades de execução das Penas alternativas. Também deverá realizar o pagamento dos estudantes de graduação que atuam no Programa.

O Termo de Cooperação Técnico Financeiro prevê que a UNICENTRO, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC e da coordenação do Programa Universidade Sem-Fronteiras, deverá disponibilizar os professores orientadores para o Projeto, selecionar a equipe multidisciplinar de graduandos que atuará no Programa, aplicar os recursos recebidos mediante Transferência Orçamentária nas aquisições, solicitar a liberação de recursos os valores das despesas mensais até o dia 25 de cada mês, coordenar e executar as atividades do Projeto, acompanhar, fiscalizar e executar as Alternativas Penais por meio da equipe multidisciplinar, entre outros (SETTI, 2013).

Os municípios que possuem o Programa Patronato Municipal são obrigados a criar e a gerir o Fundo de Penas Alternativas. Estas são provenientes das transações penais em parceria com a Vara de Execução Penal - VEP, a designar que os valores das penas pecuniárias sejam depositados na conta do Fundo Municipal. Os valores repassados para o Fundo Municipal de Penas Alternativas, conforme art. 10 da Lei 2.184/2013 deverão ser captados de:

- I** – Transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus Fundos;
- II** – Transferências e repasses do Poder Judiciário e do Ministério Público;
- III** – Taxas decorrentes do recolhimento de penas de multa e outras sanções pecuniárias legalmente previstas;
- IV** – Auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- V** – Produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- VI** – Doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do Imposto Sobre a Renda, conforme a Lei Federal nº 2.213/2010;
- VII** – Outras receitas destinadas ao referido Fundo, e
- VIII** – Receitas estipuladas em lei. (BRASIL, 2013)

Os valores arrecadados, principalmente do próprio Poder Judiciário, deverão ser aplicados no que for necessário para garantir a infraestrutura, na utilização de carros para realização de visitas domiciliares, aluguel do espaço físico, telefone, material de expediente e ceder profissionais do quadro próprio do município quando houver necessidade.

O Programa é composto por uma equipe multidisciplinar formada por cinco professores orientadores, quatro docentes funcionários da UNICENTRO, os quais atuam na área de Direito, Administração, Psicologia e Pedagogia, e um professor orientador na área de Serviço Social, vinculado à Faculdade Guairacá – Guarapuava.

A equipe também é composta por profissionais recém-formados, bolsistas que atuam por meio do Projeto Universidade Sem Fronteiras, sendo dois Assistentes Sociais, dois Advogados, dois Psicólogos e um profissional da área de Pedagogia. Esses profissionais são contratados por um período de um ano. Após esse período, haverá outra seleção para ocupação dessas vagas com a finalidade de que não ocorra o vínculo profissional, o que desobriga a Administração Pública de pagar qualquer obrigação ou direito trabalhista.

Visto que a equipe que atua no Programa, com exceção somente de uma funcionária da SEJU, trabalham por meio de contrato de trabalhos, sem garantias trabalhistas como o décimo terceiro salário, férias remunerada e os direitos previdenciários como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e a contribuição para a aposentadoria. Fica claro que o Programa é mais

uma forma da materialização do neoliberalismo⁶, por apresentar um caráter provisório, pontual e de precariedade.

O número de graduandos que atuam no Programa como estagiários totalizam nove, sendo dois da área de Direito, dois de Serviço Social, dois de Pedagogia, dois de Psicologia e um de Administração. O quadro 1, demonstra os valores utilizados para o pagamento das bolsas dos profissionais e estagiários que atuam no programa:

TABELA 1 – NÚMEROS DE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NO PROGRAMA, VALORES DA BOLSAS E CUSTO ANUAL DO PROGRAMA.

Equipes	Quantidade	Duração (Meses)	Custo Unitário em R\$	Custo Mensal em R\$	Custo Total
Orientadores	5	12	970,00	4.850,00	58.200,00
Recém Formado	7	12	1.770,00	12.390	148.680,00
Graduandos	9	12	700,00	6.300,00	75.600,00

Fonte: Dados retirados do Plano de Aplicação, cedido pelo Programa, Guarapuava, 2013.

A SEJU atua de forma efetiva no Programa por meio de uma coordenadora, que é funcionária concursada do quadro próprio da SEJU, o único cargo permanente no Programa. Existe ainda outro cargo de diretora municipal, cargo este indicado pelo prefeito do município, que no Patronato Municipal de Guarapuava é ocupado pela mesma funcionária e coordenadora da SEJU.

No mês de janeiro de 2014, a prefeitura disponibilizou um estagiário para auxiliar nas atividades administrativas do Programa. Porém, como não há espaço no Patronato Municipal até a inauguração do novo Fórum, inicialmente previsto para final de novembro de 2014, ele atuará no Conselho da Comunidade de Guarapuava⁷.

⁶ Nesta perspectiva Neoliberal, tem-se sua fundamentação na desregulamentação do Estado nas relações sociais e de trabalho, privatizações de empresas estatais alegando ineficiência e a abertura ao mercado. O Estado passa a intervir minimamente, dando total liberdade ao mercado.

⁷ Conselho da Comunidade, órgão responsável pelo atendimento aos presos e seus familiares conforme regulamentado nos Artigos 80 e 81 da Lei nº. 7.210/84 de 11 de julho de 1984, a Lei de Execuções Penais – LEP (BRASIL, 1984).

2.4 ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR DO PROGRAMA

Quando o assistido chega ao Programa, após o término da audiência admonitória, primeiramente é agendada uma nova data para que ele retorne ao Programa para realização da entrevista cadastral. Nesta entrevista será realizada a coleta de informações referentes a seus dados pessoais como endereço, documentação, tipo de delito cometido, tempo de cumprimento da pena, entre outros. Após o término da entrevista e realização do cadastro, o sentenciado passa a ser atendido pelos profissionais de Direito, os quais irão informá-lo sobre a atual situação jurídica e recomendar orientações referentes às determinações judiciais que deverão ser cumpridas e sobre a importância do cumprimento da sentença.

Após o atendimento jurídico, o assistido será atendido pela equipe de Psicologia. Esta irá traçar o perfil psicológico do assistido com vistas a estruturar o acompanhamento individualizado se necessário, ou conforme determinação judicial. Em seguida, a equipe de Serviço Social fará o atendimento social cujo o objetivo é traçar o perfil socioeconômico e familiar e quando necessário encaminhar os assistidos para unidades de atendimento especializadas como o CAPS II ou AD⁸. A equipe de Pedagogia finalizará o atendimento, com a análise do perfil de escolaridade com o objetivo de proporcionar a inserção e/ou reinserção em processo de ensino formal e/ou profissionalizante.

O coordenador do Programa e os professores orientadores cumprem a carga horária semanal de 04 (quatro) horas. Os profissionais recém-formados devem ter dedicação exclusiva ao Projeto trabalham de segunda a sexta-feira das 12 (doze) horas às 19 horas. Os graduandos cumprem a carga horária de 06 (seis) horas diárias, o que totaliza 30 (trinta) horas semanais. Cada área de atuação possui atribuições específicas referenciadas pelo Patronato Central.

Os bolsistas profissionais recém-formados devem supervisionar os graduandos de nível superior, os quais desenvolvem suas atividades sob orientação e supervisão do coordenador e dos professores orientadores do Programa Universidade Sem Fronteiras.

⁸ CAPS II: Centro de Atendimento Psicossocial para pessoas que apresentam Transtorno Mental; CAPS –AD: Centro de Atendimento Psicossocial – Álcool e Drogas.

2.5 PROJETOS DESENVOLVIDOS NO PROGRAMA

Os projetos que deverão ser desenvolvidos nos Patronatos Municipais, são projetos padrões recomendados pelo Patronato Central do Estado. Esses projetos visam a atender cada assistido individualmente, visto que ele será obrigado a participar de um dos Projetos referentes ao crime pelo qual responde, conforme determinação judicial, que objetiva “[...] mudanças comportamentais, conscientização e internalização de novas condutas” (DEPEN, 2013, p.17).

Os Projetos sugeridos a serem desenvolvidos nos Patronatos Municipais são: Projeto SAIBA, para os assistidos usuários de Drogas em Conflito com a Lei; O Projeto BLITZ, que visa a reflexão sobre conduta no trânsito, para os assistidos que respondem por algum delito relacionado ao trânsito; o Projeto BASTA, que busca atingir os agressores que cumprem pena referente à Lei Maria da Penha, e intervém junto ao autor de violência doméstica; Projeto ECO – AULAS, que objetiva a conscientização ambiental; e Projeto CIBERCRIMES, que objetiva atender o autor de crimes cibernéticos.

Cada projeto deverá ter duração de oito encontros semanais com a participação de no máximo quinze assistidos. Nesse período será realizado um acompanhamento pela equipe multidisciplinar do Programa e, após o quarto encontro, cada assistido passará por um atendimento individual. Após o oitavo encontro ele passará por outro atendimento individual, cuja a avaliação será encaminhada para a Vara de Execução Penal em que cada indivíduo cumpre sua pena. Se a equipe do Programa julgar necessário, encaminhará o assistido para a rede de apoio municipal para que continue sendo acompanhado por uma equipe especializada do município como para o Centro de Atenção Psicossocial Tratamento de pessoas portadoras de transtornos mentais decorrentes do uso/abuso e dependência de álcool - CAPS-AD, Centro de Referência Especializado em Serviço Social – CREAS, Centros de Referências da Assistência Social - CRAS, entre outros.

Apesar de a Secretaria de Estado de Justiça anunciar que o Patronato Municipal seria uma nova proposta, percebemos durante os meses que semanalmente estivemos no Programa para a realização da pesquisa, que ainda não ocorreram muitos avanços comparado com o modelo anterior do

qual atuamos como assistente social no período de 2007 á 2012. As mesmas situações problemas que já estavam presentes no Programa anterior Pró-Egresso ainda persistem no Patronato Municipal como a falta de estrutura física, falta de um carro para realização de visitas domiciliares e institucionais, o descanso com o pessoal que atua no Programa pela falta do pagamento em dia das bolsas, entre outras questões que trataremos mais adiante.

O espaço físico, por exemplo, com apenas 02 duas pequenas salas é insuficiente para o total de 18 (dezoito) pessoas que compõem a equipe de trabalho. Não há nem mesmo cadeiras suficientes para todos realizem suas atividades sentados ao mesmo tempo. Não há espaço destinado para a alimentação, visto que devido o horário de funcionamento do programa é das 12 horas às 19 horas sem intervalos, o horário que coincide com a entrada na universidade dos estagiários, deveria ter um local adequado para se alimentar, visto que os mesmo saem do Programa e vão direto para a universidade. Não existe banheiro destinado aos funcionários do Programa, eles utilizam o banheiro público que nem sempre se encontra em boas condições de higiene.

Não há um carro específico para o Programa para realização de visitas domiciliares, as quais são imprescindíveis para que a equipe multidisciplinar possa fazer um atendimento de qualidade com os assistidos, familiares e com a comunidade em geral, visto que o Programa Patronato Municipal tem a característica de ser um Programa extensionista da UNICENTRO, qual deve desempenhar a função de aproximar a universidade com a comunidade em geral. O carro é emprestado com agendamento pelo Conselho da Comunidade. Dada esta dificuldade, somente as visitas de caráter emergencial são realizadas, o que impossibilita aos profissionais desenvolverem outras atividades preventivas, individualizadas com as famílias e a comunidade.

Outras questões preocupantes é o atraso frequente das bolsas dos estagiários da graduação que fica sob a responsabilidade da SEJU, o que contribui para que ocorra a rotatividade da equipe de trabalho. A falta da regulamentação do Programa como um programa permanente, gera a incerteza constante a cada término do contrato se o convenio será renovado ou cancelado, submetendo o Programa, os profissionais que nele atuam e principalmente os usuários a vontade política vigente. É preciso que o

município assuma realmente o Patronato e realiza a contratação dos profissionais e técnicos por meio de concursos públicos.

Percebe-se que a necessidade imediata de investimentos como em espaço físico, em uma equipe qualificada e permanente de profissionais especializados como fatores imprescindíveis para que o Programa consiga atingir os objetivos proposto com mais qualidade.

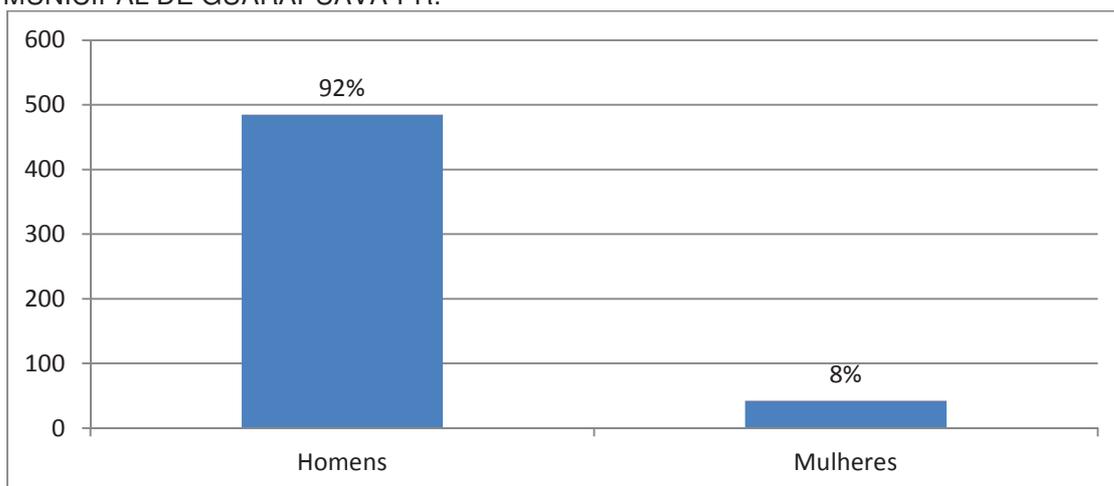
2.6 PERFIL DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

É de suma importância conhecer o perfil, as características sociais e econômicas vivenciadas pelos assistidos do Programa, para que possamos identificar quais foram às trajetórias de vida de cada participante. Acredita-se que cada história de vida esta concatenada com o modelo das relações sociais que cada sujeito vivenciou em seu histórico de vida, enquanto seres sociais, recebemos influencias do meio e ao mesmo tempo corroboramos para a construção do mesmo.

O perfil que apresentaremos a seguir se refere aos atendimentos realizados no Programa Patronato Municipal de Guarapuava a partir do mês de setembro de 2013 quando este retomou as atividades e aos atendimentos que estavam paralisados desde o dia 31 de janeiro, após o término do convênio do Programa de atendimento aos egressos do sistema penitenciário do Estado do Paraná, denominado Programa Pró-Egresso.

No período de três meses subsequentes, setembro, outubro e novembro, o Programa registrou o total de 526 atendimentos aos assistidos. Na perspectiva de conhecer e traçar o perfil dessa população, segue-se os dados referentes ao gênero, grau de instrução, faixa etária, procedência, moradia, índice de delitos e dados sócio-profissionais.

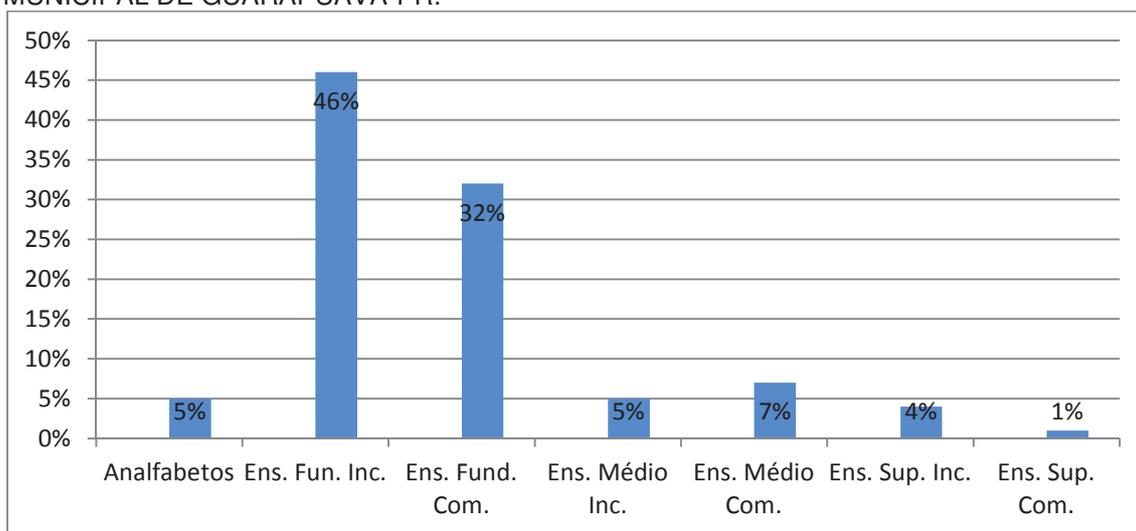
FIGURA 1 - GÊNERO DOS ASSISTIDOS ATENDIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal, Guarapuava-PR, 2013.

Este gráfico demonstra que do total dos 526 (quinhentos e vinte e seis) assistidos, 484 (quatrocentos oitenta e quatro) são pertencentes ao gênero masculino e 42 (quarenta e dois) ao gênero feminino. Ou seja, as maiorias dos indivíduos que cometeram algum tipo de delito são do gênero masculino com índice de 92%, apenas 8% são pertencentes ao gênero feminino. O gráfico 2, demonstra o grau de instrução dos sujeitos apenados.

FIGURA 2 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

Devemos nos atentar nesta pesquisa para a baixa escolaridade dos assistidos. Pois 5% dos assistidos declaram serem analfabetos, sujeitos que não sabem nem mesmo escrever ou desenhar seu próprio nome.

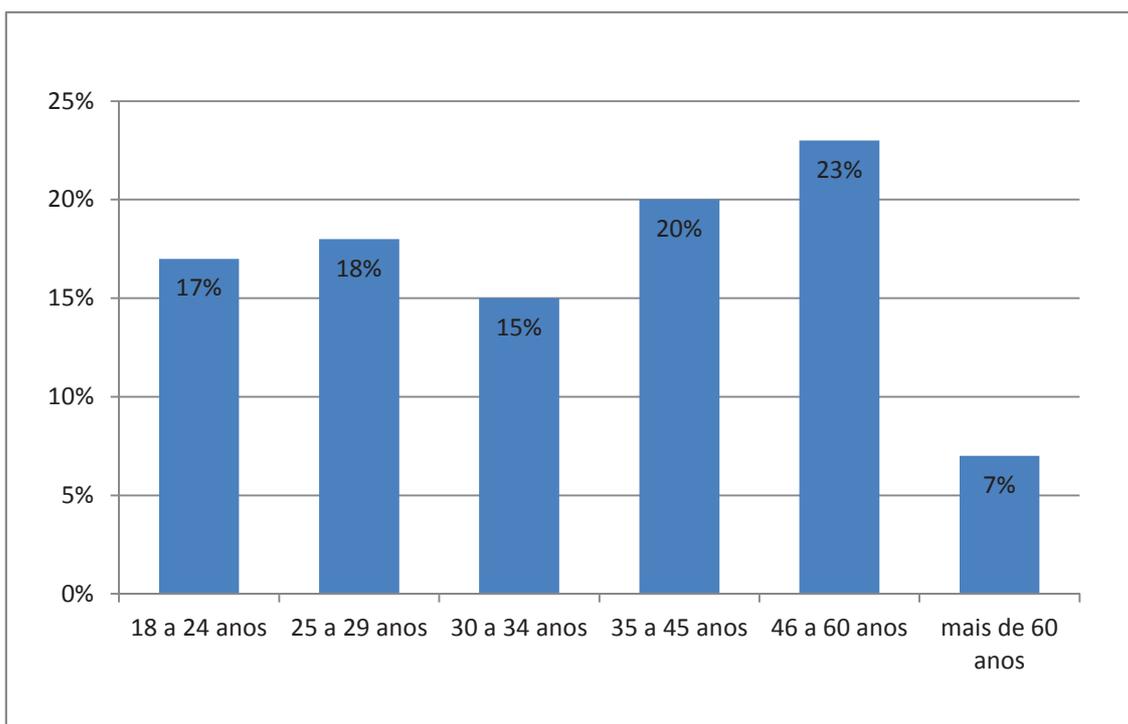
O total dos assistidos que declaram possuir o Ensino Fundamental Incompletos foi de 46%. Não foi possível contabilizarmos com exatidão quantos anos de escolaridade que cada assistido cursou. Consideramos os assistidos com o Ensino Fundamental Incompleto, aquele o indivíduo que não concluiu esse grau de ensino independente do número de anos que este permaneceu na escola, acreditamos segundo seus relatos que existe uma grande porcentagem de sujeitos que apenas iniciaram os primeiros anos das séries iniciais e por não terem se apropriado da leitura e escrita somente sabem “escrever o nome”. Os quais se enquadram como “analfabetos funcionais”, ou seja, sujeitos que apenas sabem desenhar seu nome, porém, são incapazes de utilizarem a leitura, escrita, de realizarem interpretações ou cálculos básicos.

Os assistidos que declaram ter o Ensino Fundamental Completo foi de 33%. Apenas 5% dos assistidos declaram ter iniciado e não concluído o ensino médio, e 7% declaram ter concluído. No tocante ao Ensino Superior apenas 4% dos assistidos declaram ter iniciado um curso superior, porém abandonaram os cursos. Somente 1% dos assistidos declaram ter concluído o Ensino Superior. Esses índices demonstram que a escolarização, apesar de ser defendida como um direito de todo cidadão e dever do Estado, conforme aponta nossa Constituição Brasileira, está longe de ser um direito de todos, visto que apenas a minoria tem acesso.

A questão educacional é um importante meio para analisarmos e conhecermos o perfil dos participantes da pesquisa. Na busca de compreender o universo social vivenciado por esses sujeitos, procuraremos responder no decorrer desta pesquisa, por meio das entrevistas, quais as relações existentes que contribuiram para a baixa escolarização dos sujeitos assistidos pelo programa, bem como todas as características sociais em comum que encontramos nesta parcela da população atendida pelo Programa.

No gráfico 3, apresentamos os dados referentes à faixa etária dos sujeitos apenas, os quais em sua maioria são jovens.

FIGURA 3 - FAIXA ETÁRIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

O número de assistidos jovens chama nossa atenção, visto que 17% deles possuem idade entre 18 a 24 anos, 18% estão na faixa etária de 25 a 29 anos, 15% contemplam a idade de 30 a 34 anos, 20% possui idade superior a 35 e inferior 45 anos e somente 7% dos assistidos atendidos no Programa têm idade superior a 60 anos de idade.

Os jovens com idade inferior a 30 anos totalizam 31% do total dos sujeitos assistidos, dos quais deveriam estar estudando, se qualificando ou atuando no mercado do trabalho. Porém, estão excluídos cumprindo pena, pois já cometeram um ou mais de um delito. Passaram por uma unidade prisional e estão em regime aberto na difícil tarefa de serem reinseridos na sociedade.

Vale destacarmos que Guarapuava é uma cidade marcada pelo coronelismo político⁹ e grande concentração de renda. Segundo dados divulgados em 2013, pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

⁹ O coronelismo político que se refere em específico no município de Guarapuava, trata da gestão municipal, a qual sempre esteve sob o comando de duas famílias que possuem alto poder aquisitivo, oriundo da concentração de Terra e geralmente se alternam no poder. Porém, práticas como troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente o paternalismo em que os direitos dos cidadãos são tratados como privilégio cedidos pelos gestores, prevalência de regalias pessoais, para seus camaradas e para a elite em detrimento da população em geral é comum.

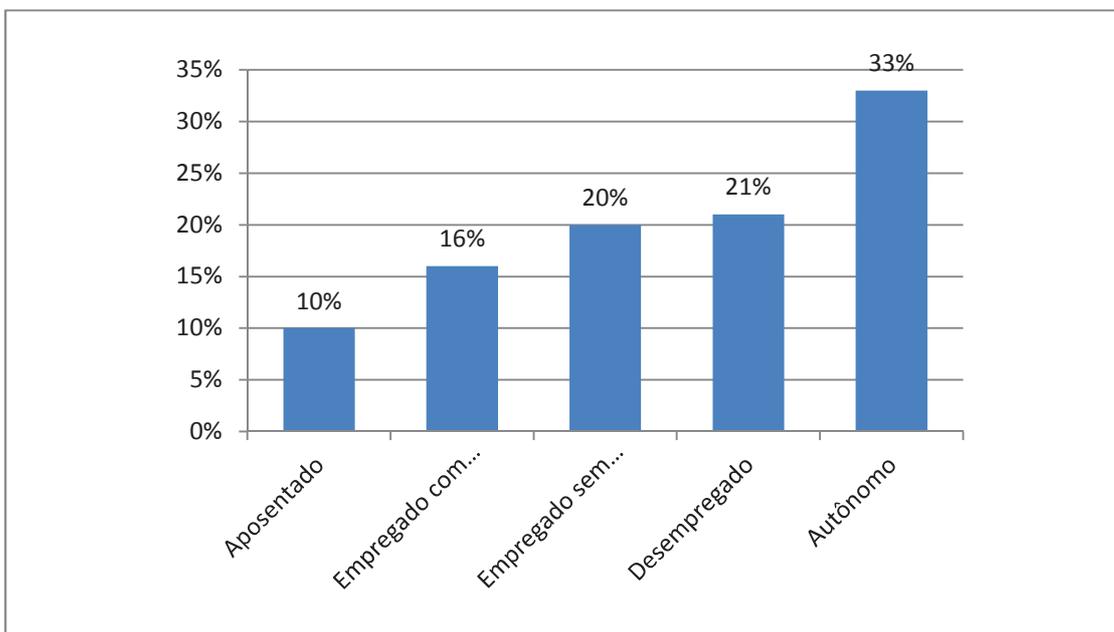
referente os anos de 2010, a renda de 70,23% dos trabalhadores ocupados no município é de, no máximo, dois salários mínimos, e em que 17,77% ganham até um salário mínimo. A renda per capita média de Guarapuava é de R\$ 750,09 (setecentos e cinquenta reais e nove centavos.) em 2010. A escolarização da população adulta em 2010 aponta para o índice de 51,92% da população de 18 anos ou mais de idade, com o ensino fundamental e 34,85% o ensino médio. E se tratando dos jovens os dados são mais preocupante, visto que 59,86% dos jovens entre 15 e 17 anos possui o ensino fundamental completo.

Neste contexto apresentado anteriormente, verificamos que os atendidos pelo Programa, em sua maioria jovens e poderiam estar desenvolvendo alguma atividade laboral estão inclusos do mercado de trabalho, eles apresentarem baixa qualificação e escolarização, e carregam o estigma de terem sido presos, o que contribuirá para que eles encontrem mais barreiras e dificuldades para o ingresso ao mercado de trabalho e a reinserção social, frente a problemática do desemprego estrutural que estamos vivenciando por conta do modelo de reestruturação produtiva neoliberal especificamente depois dos anos 90, conforme trataremos mais adiante.

Os próximos dados do gráfico a seguir retratam a situação empregatícia dos sujeitos assistidos pelo Programa, visto que segundo o Art. 114 da LEP, somente poderá ingressar no Regime Aberto o condenado que estiver trabalhando¹⁰ ou comprovar a possibilidade de fazê-lo imediatamente, na maioria dos casos, com algumas exceções como no caso do município de Guarapuava, conforme esclarecimento da juíza da Vara de Execução Penal.

¹⁰ Em Guarapuava a Dr^a. Patrícia R. Carbonieri, juíza da Vara da Execução Penal - VEP, por meio de entrevista gravada, esclareceu que: “Essa exigência da ocupação ilícita ou ensino, ou participação em ensino formal ou profissionalizante, nada mais é do que um dos requisito que a lei exige para que o assistido seja colocado em Regime aberto. Eu exijo a comprovação posterior, eu não exijo que eles comprovem que irão trabalhar para dar o aberto, eu dou o aberto para ele, e em 30 dias eles necessitam comprovar o trabalho ou estudo”

FIGURA 4 - SITUAÇÃO EMPREGATÍCIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

Esses dados demonstram que mais da metade dos assistidos, com o percentual de 53%, exerce alguma atividade profissional na informalidade, na condição de autônomo, trabalhadores que exercem alguma atividade laboral sem registro em carteira profissional, ou seja, sem nenhuma garantia trabalhista, colocando esse trabalhador e sua família ainda mais em situação de vulnerabilidade. O índice de assistidos desempregados é de 21%.

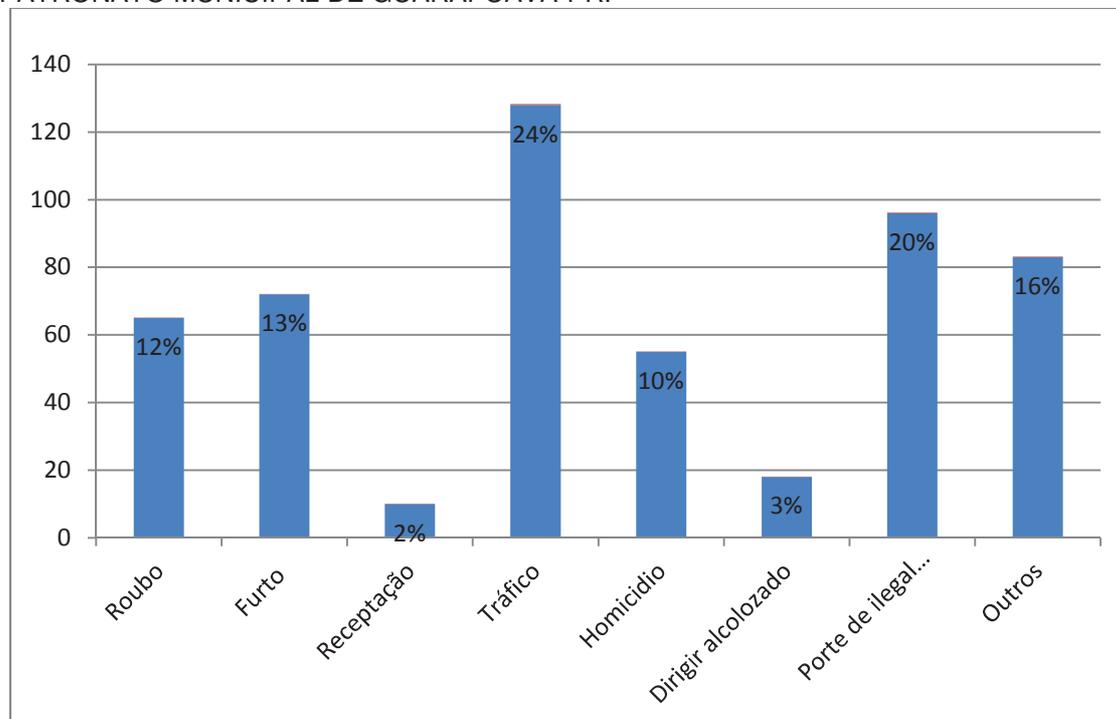
Como podemos acreditar que realmente ocorra a reinserção social sem que esses indivíduos estejam nem ao menos inseridos no mercado de trabalho? Quais são os meios que esses sujeitos buscam para suprir suas necessidades e de seus familiares? Esses questionamentos buscará ser respondido nos próximos capítulos, quando apresentaremos análise da sociedade e das entrevistas.

Mesmo o trabalho lícito sendo um das condições postas para que o sujeito apenas continue cumprindo sua pena em Regime Aberto, 21% dos assistidos não conseguem cumprir essa determinação, pois não desenvolvem nenhuma atividade laboral.

O percentual de aposentados no Programa é de 10%, e somente 16% dos assistidos declaram estar trabalhando formalmente com registro em

carteira. O próximo gráfico apresentará os dados referentes aos índices dos delitos mais recorrentes no Programa:

FIGURAS 5 - ÍNDICE DE DELITOS COMETIDO PELOS ASSISTIDOS DO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA-PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

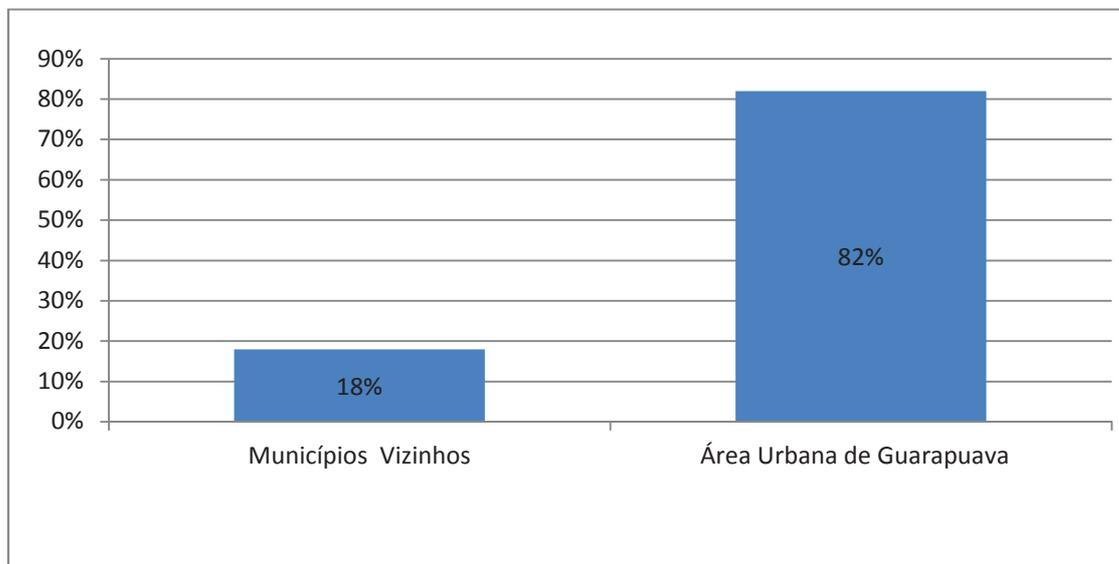
O tráfico de drogas lidera o ranking de maior índice de cometimento com 24% dos crimes cometidos pelos assistidos. Porém, essa é uma realidade que se estende em todo o Paraná, segundo reportagem publicada no dia 10/06/2010, no jornal Paraná – online. O Estado se destaca pela localização geográfica privilegiada na rota do tráfico, por conta da tríplice fronteira formada pelo Brasil, Paraguai e Argentina, e, logo, serve como porta de entrada de drogas provenientes destes dois países.

A cidade de Guarapuava está no corredor central do estado do Paraná. Localizada a 257 quilômetros de Curitiba e 387 quilômetros de Foz do Iguaçu. Foz é a cidade que faz fronteira com o Paraguai e Argentina, de onde vem a maior parte da droga do país e, conseqüentemente, a cidade se tornou rota para a distribuição de drogas no âmbito nacional e internacional, o que contribui para os altos índices de delitos relacionados ao tráfico de drogas.

Os dados referentes à população que vive em Guarapuava, segundo o censo 2010, apontam que 91,43 % vivem na zona urbana e 8,57% na zona

rural. O próximo gráfico apresenta a procedência dos sujeitos assistidos pelo Programa.

FIGURA 6 – PROCEDÊNCIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

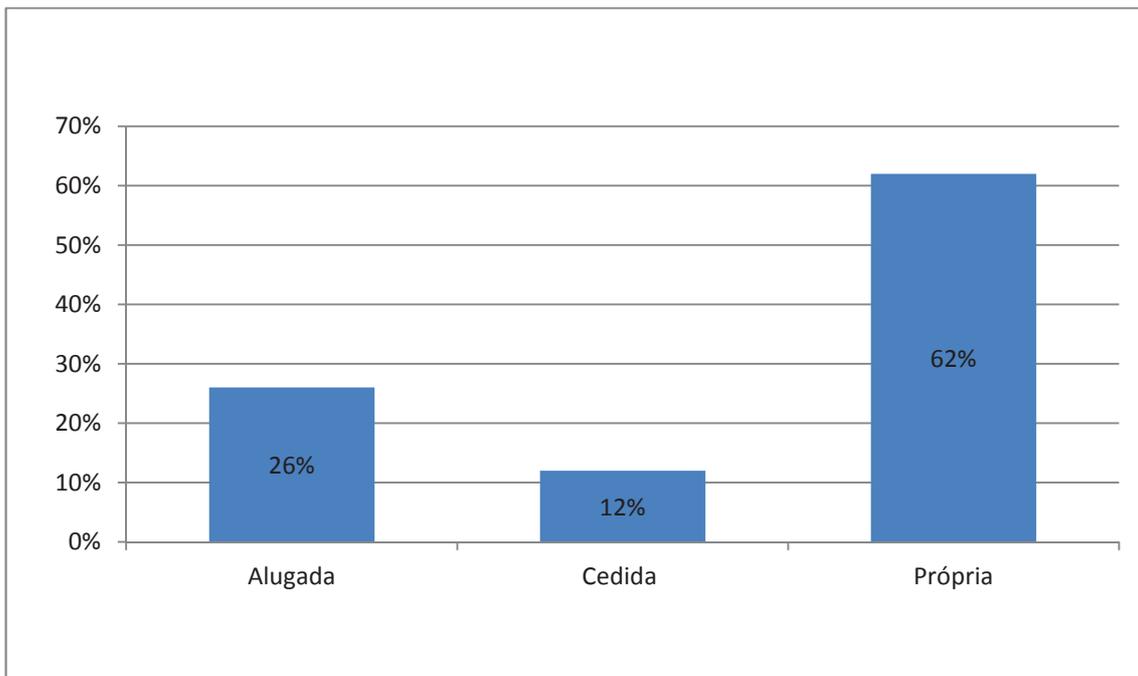
Com base nestes dados, constatamos que os assistidos atendidos pelo Programa em sua maioria, com índice de 72%, pertence à área urbana e somente 18% dos desta população são oriundos dos municípios vizinhos e zona rural, que pertencente à circunscrição de Guarapuava.

Segundo os dados do IBGE 2010, a população no município de Guarapuava apresenta 92,43% de urbanização. E as atividades econômicas desenvolvidas no município esta distribuída em três principais áreas: Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 15.981(quinze mil novecentos e oitenta e um); Indústrias de transformação 9.206 (nove mil duzentos e seis); Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura 8.598 (oito mil quinhentos e noventa e oito) empregos. As principais atividades laborais e econômicas desenvolvida pela população que reside na zona urbana é no comércio ou em indústrias da cidade.

A população rural trabalha na agricultura e segundo dados do IPARDE (2012), os principais produtos cultivados são a Soja com a produção de 168.845 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e quarenta e cinco) toneladas, milho com 236.160 (duzentos e trinta e seis mil), a Cevada 49.155 (quarenta e nove mil cento e cinquenta e cinco)toneladas e o trigo com 43.855 (quarenta e

três mil oitocentos e cinquenta e cinco) toneladas. A situação da moradia dos participantes da pesquisa, apresentaremos na figura 7.

FIGURA 7. SITUAÇÃO DA MORADIA DOS ASSISTIDOS PELO PROGRAMA PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA PR.



Fonte: Programa Patronato Municipal - Guarapuava-PR, 2013.

A situação da moradia demonstra que 62% dos assistidos declaram morar em residência própria, porém, não ficam especificadas as condições dessas moradias. As pessoas que não têm casa própria e que pagam aluguel apresentam o índice de 26% e aos assistidos que moram em casas cedidas por familiares ou amigos representam 12%.

O perfil dos assistidos pelo Programa Patronato Municipal de Guarapuava não é novidade, visto que pesquisadores como Gonzaga (2002), Seron (2009) e Madeira (2010) já demonstraram essa realidade em nosso país. Para Madeira (2010), pesquisadora que analisou quatro Programas de reinserção social no Brasil, dentre eles o Programa Pró-Egresso de Maringá, afirma que:

O perfil dos beneficiários dos programas coincide: são preferencialmente homens; solteiros, apesar de terem filhos e, muitas vezes, com uniões estáveis informais constituídas; com idades e escolaridades baixas; com uma grande representatividade negra (encontrada, obviamente, no caso do Rio de Janeiro, mas sobrerrepresentada no caso de Porto Alegre); condenados – pela prática de crimes contra o patrimônio (roubo e furto), de

entorpecentes, homicídios ou sexuais – a penas médias; com índices relativamente baixos de reincidência (por volta dos 30%); desempregados ou trabalhando na informalidade; em ocupações desqualificadas; sem renda ou com renda insuficiente (MADEIRA, 2010, p.11).

E o perfil que apresentamos dos assistidos do Programa, em que na grande maioria esses sujeitos são jovens, pobres, com baixas condições financeiras, pouca ou nenhuma qualificação profissional, com altos índices de desempregados não é novidades. Confirmamos as pesquisas realizadas anteriormente com essa população, porém, o que buscaremos compreender e apresentaremos no capítulo 3, a partir da análise da trajetória de vida escolar, profissional e de cometimento de delito, quais as condições vivenciadas por esses indivíduos em sua trajetória de vida que contribuiu para a formação desse perfil. Partimos do pressuposto de que o universo da sociedade Guarapuava é uma mediação para entendermos o complexo da sociedade brasileira.

3 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO BRASIL E DA QUESTÃO SOCIAL

Partimos da afirmação de Prado Junior (1989, p.19) de que para entendermos o presente necessitamos dialogar com o passado na perspectiva de “[...] sobre tudo em nosso passado que se há de buscar informações necessárias para preposição adequada e solução acertada dos problemas atuais”. Não há como compreendermos o desenvolvimento da sociedade brasileira ou de qualquer outra, sem navegarmos pelos mares da História.

A transição do sistema feudal para o capitalismo, que tem seu auge no século XIX, na Europa, inicialmente na França e na Inglaterra, contribuiu para o surgimento de um novo paradigma de desenvolvimento em todo o mundo. E essas transformações de ordem social ocorreram através da ascensão da sociedade de classes tanto no campo quanto nas cidades. Tais mudanças promoveram uma nova ordem econômica, capitalista, urbana e industrializada. Em seus aspectos culturais, ascende o antropocentrismo e, no aspecto político, a visão de Estado moderno e democrata. (FERNANDES, 2005).

Em cada caso, em cada país, esse desenvolvimento ocorreu em tempos e de formas diversas. No Brasil a sociedade se desenvolveu de maneira articulada entre os diferentes setores econômicos internos de produção e exploração do trabalho. Inicialmente utilizando da mão-de-obra dos indígenas na exploração do pau-brasil, em troca de quinquilharias como miçangas, espelhos, entre outros. Assim que as exigências dos nativos foram crescendo e “ameaçando a margem de lucro”, inicia-se o modelo senhor-escravo pela coação, modelo esse que depois se multiplica, em função da economia colonial agrária no Brasil. (PRADO JÚNIOR, 1989, p.46).

Com os problemas de adaptação dos indígenas ao trabalho escravo, os portugueses substituíram os índios pelos negros africanos. Não se sabe ao certo a data de chegada das primeiras levas de africanos no Brasil, mas esse processo se prorrogará dos primeiros anos da colonização até o final do império, ou seja, de 1500 até 1888, somando-se quase 400 anos de escravidão.

Fernandes (2005) destaca que, para compreender o processo da revolução burguesa no Brasil, é preciso levar em conta que:

Não tivemos todo o passado da Europa,mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. (FERNANDES, 2005, p.37).

Para o autor, a revolução burguesa é um fenômeno estrutural que ocorreu de formas variadas conforme o contexto histórico específico. Na especificidade do caso brasileiro, segundo o autor, não havia se formado ainda, enquanto Colônia, um “espírito capitalista”. O senhor era mais um “[...] delegado das agências que operavam política e comercialmente, a partir de fora [...] que em termos de situações internas de interesses econômicos, sociais e políticos.” (FERNANDES, 2005, p. 42).

Com a Independência ocorrida em 1822, o foco da economia voltou-se para o país, embora não tenha se modificado estruturalmente o modelo econômico. A heterogeneidade da aristocracia agrária e o aparecimento de novos agentes econômicos foram os dois elementos auxiliares desse processo. Os senhores passam a viver nas cidades e entrar para a política da corte ou nos governos provinciais. O que para Prado Júnior (1989) integraria o Brasil em uma ordem internacional:

A separação de Portugal e a independência brasileira significarão assim a integração do Brasil naquela nova ordem internacional sem ser por mediação do reino. Não se modificará, contudo, substancialmente com a exposição da ex-colônia promovida a nação independente, pois continuará como dantes, elemento marginal e periférico do sistema econômico internacional para cujo o comércio contribui como fornecedor de produtos primários tropicais (PRADO JÚNIOR, 1989, p.38)

Uma questão discutida por Florestan Fernandes, que, embora seja diferente desta de Caio Prado Júnior, não lhe é oposta, é quando o Brasil passa a ser um país capitalista, ou seja, quando ocorre a revolução burguesa no Brasil. O primeiro passo é admitir que o senhor de engenho não possuía todas as características deste sujeito histórico.

O senhor de engenho não era burguês: ele tinha a função de organizar a produção de tipo colonial, uma produção heteronômica, destinada à apropriação metropolitana [...] ele entrava no circuito colonial como dependente, sujeito à expropriação pelos grupos europeus que dominavam o comércio internacional e pela Coroa, que

tinha o direito de cobrar tributos. Ele não tinha lucros, mas um tipo de remuneração [...] Portanto, a história da burguesia brasileira não emerge com a colonização, ou melhor, o Brasil não é capitalista desde o seu descobrimento. (FERNANDES, 2005, p.215-216)

Observa-se também que com a independência surge a figura do pequeno burguês, que exercia atividades relacionadas ao comércio, baseado no sucesso do café e da imigração, e nas atividades autônomas, como profissionais liberais e funcionários públicos. Eram negociantes, pequenos empresários, banqueiros, funcionários públicos, entre outros sujeitos localizados nas nascentes cidades brasileiras.

Nem mesmo com o processo de independência o “aburguesamento” trouxe para o país o sentido da democracia, visto que esse não foi um movimento popular, mas sim uma concessão das elites que entraram em acordo, acordo este caracterizado como acordo entre elites, ou “acordos pelo alto”. Em consequência, os traços coloniais persistiam mesmo nessa nova fase. O Brasil não mudou muito após a independência. O que mudou muito foi o mundo, agora sob a dinâmica capitalista. E essa nova situação gera mudanças substantivas no país, como aponta Prado Júnior (1989, p. 83): “O Brasil continuará nesse sentido como era dantes, mas o que se modifica, e profundamente é a ordem internacional que o país e sua economia se enquadra.” (PRADO JR, 1989, p.83).

Florestan Fernandes considera quatro elementos que subsidiaram o desenvolvimento capitalista no Brasil. O primeiro foi a Independência política, a qual:

Não conduziu a nenhuma transformação econômica revolucionária, mas alterou de modo significativo a relação de dependência econômica. Ela foi o ponto de partida para uma maior liberdade econômica, para a absorção de novos padrões sócio-econômico-culturais, novas técnicas, agentes e modelos de ação econômica; ela produziu, internamente, a mudança no padrão de civilização. Pela primeira vez, emergia na cena brasileira o “burguês”. (FERNANDES, 2005, p.220-221)

A Independência foi, sem dúvida, um grande marco político para o país, visto que com ela iniciou-se um novo tipo de “autonomia política”, promovendo um rearranjo do poder organizado de dentro para fora, porém, com a influência econômica, política e diplomática da nação pela Inglaterra, e não mais por Portugal. Com a independência, o senhor passa a ter seu poder ampliado ao Estado agora nacional.

O segundo elemento refere-se ao fazendeiro de café do interior paulista e ao imigrante, considerando-os como autores centrais das transformações nas relações de produções. O espírito, que veio de fora para dentro, antecede a materialidade capitalista, mas sem dúvida é um forte impulsionador desta. São estas as condições que geraram o fazendeiro de café e o imigrante, os dois tipos humanos que tiveram papéis cruciais na revolução burguesa no Brasil. Também para Prado Júnior (1989), o produtor de café tem papel ímpar no desenvolvimento do capitalismo no país, pelo rompimento do exclusivismo comercial e a alta demanda dos mercados internacionais.

O cultivo do café iniciou-se no Vale do Paraíba, na fronteira entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, e expandiu-se para o interior de São Paulo. Porém, o modelo adotado era insuficiente para suprir a demanda internacional do produto, bem como a infraestrutura e o transporte. Dessa forma a introdução das estradas de ferro tornou possível o sucesso do café no oeste paulista, com iniciativa e investimento de tecnologia vindo e de capital estrangeiro.

A arrecadação fiscal cafeeira de São Paulo estimulou o desenvolvimento econômico para todo o país, por meio de realização de obras públicas. Na análise sobre as contribuições da economia cafeeira, Prado Júnior reconhece que ela contribuiu também para o desenvolvimento da indústria manufatureira, incentivando a primeira grande indústria têxtil no país, e que o capital acumulado com o café foi revertido na industrialização. (PRADO JÚNIOR, 1989).

Estes fazendeiros não estão mais ligados ao *status* tradicional, típico das relações coloniais dominantes nos primeiros séculos, mas vinculam-se entre si, com relação à sociedade e com relação aos negócios, pela via econômica, da racionalização das atividades e dos investimentos presentes e futuros. A fazenda é sua empresa. Ele habita na cidade e convive com o espírito burguês urbano, e passa a ser seu portador. Entretanto ele se torna um homem movido por interesses puramente econômicos, impiedoso, tenaz, ambicioso, apetitivo. “Esse agente transformador representou uma ruptura no interior das elites tradicionais. Seu passado é senhorial, oligárquico, tradicional; seu presente é burguês, classista, modernizador.” (FERNANDES, 2005, p.226).

Esta presença do passado no presente do fazendeiro moderno não o torna tão revolucionário como a burguesia urbana europeia. O passado está presente no impulso modernizador, que é freado.

Em terceiro lugar, podem ser colocadas as mudanças no padrão de relacionamento da economia interna com a externa, a economia brasileira e outras economias centrais. Segundo Silveira (1975, p.202):

Essa dupla articulação ocorre de maneira dialética visto que faz parte de uma mesma unidade: a estrutura da sociedade brasileira. O externo - a dependência - não é tomado como uma referência para se compreender o interno, ele ganha poder explicativo quando é pensado como fazendo parte mesmo da estrutura interna, ou seja, o "externo" é um determinante essencial das condições internas.

E o quarto e último elemento crucial para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi a expansão da ordem social competitiva, ou seja, a implementação de uma economia tipicamente capitalista, com seu corolário social, político e cultural.

Essa dupla articulação interna entre o "moderno" e o "arcaico" segundo Oliveira (2003), como condição para o desenvolvimento do moderno:

Tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja a função histórica era fornecer elementos para a acumulação do capitalismo centro. (OLIVEIRA, 2003, p.126)

Nessa perspectiva o subdesenvolvimento não se deu de maneira evolutiva, visto que o que ocorreu numa relação de dependência "pela conjunção de lugar na divisão internacional do Trabalho capitalista e articulação dos interesses internos." (OLIVEIRA, 2003, p.127).

O surgimento do sistema bancário brasileiro, as próprias agricultura de subsistências que contribuíam para o baixo custo das reproduções das forças de trabalho, facilitava a acumulação de capital industrial. E o conjunto que o Oliveira (2003, p.130) chamou de conjunto de imbricações entre a agricultura de subsistência e, sistema bancário, financiamento da acumulação industrial e barateamento da produção da força de trabalho que resultou no:

Inchaço das cidades como marginalidade, com a incompatibilidade da legislação do salário mínimo com a acumulação do capital [...] sua debilidade ainda residia e reside ainda precisamente na má

distribuição de renda que estrutura, que constituirá sério empecilho para a futura acumulação.(OVILEIRA, 2003, p.130)

O autor chamou a sociedade capitalista no Brasil de ornitorrinco, pelo fato de ser uma das economias mais desiguais, mesmo apresentado em determinado momento histórico altas taxas de crescimento, há contradição entre o rebaixamento da força de trabalho que contribuiu para sustentar a forma de acumulação que financiou a expansão, com a dependência externas de países imperiais, que se transformou em um mercado interno apto para o consumo.

É importante ressaltar que, por um lado, a Independência significou grande modificação na estrutura do poder interno, mas por outro lado, ela não promoveu a mudança das elites nem a democratização da sociedade. Também não negou a ordem social anteriormente existente. O resultado é que no Brasil a democracia não seguiu o sentido de universalização proposta pelas democracias mais avançadas, mas foi limitada à participação das elites.

O povo ficou excluído dos processos políticos, e sua participação sempre foi subalternizada, quando não simplesmente negada de forma violenta. O caráter conservador se deve à base econômica, mineração e cana de açúcar, que para serem produtivas dependiam das estruturas coloniais da escravidão, concentração de renda e de terras, poder das elites e marginalização das massas, fatores esses que contribuiriam drasticamente para a posição subalterna do país dentro da ordem internacional.

Uma característica da revolução burguesa no Brasil é que aqui não houve um enfrentamento radical entre a burguesia e a aristocracia, mas sim uma conciliação entre as elites arcaicas e as emergentes. Os conflitos que ocorriam entre aristocracia agrária e a burguesia se davam dentro dos limites da ordem estabelecida. Isso foi e é vantajoso para a burguesia brasileira. Segundo Florestan Fernandes (2005, p.217):

A burguesia se comprometeu com tudo o que lhe fosse vantajoso, e era vantajoso para ela tirar proveito dos tempos desiguais e da heterogeneidade da sociedade brasileira. Ajustou-se à tradição, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.

Neste contexto no Brasil, pela configuração que aqui existia não houve uma revolução avassaladora, simplesmente pelo fato da burguesia se conciliar

com a aristocracia agrária e burocrática. Dessa maneira, Florestan Fernandes caracteriza nosso capitalismo como dependente. “A dominação da burguesa no Brasil fugira do modelo clássico, ela não foi nacional e nem democrática, mas dependente e autoritária.” (FERNANDES, 2000, p.218).

Nesta perspectiva, consideramos que a sociedade brasileira se organizou de fora para dentro, o que impossibilitou uma significativa mudança. Nas palavras de Fernandes (2005, p.219): “O Brasil precisava de uma burguesia mais audaciosa, mais agressiva, menos prudente e tímida”.

As características do capitalismo brasileiro e de outros países subdesenvolvidos coloca a burguesia nacional como “um sócio menor”, o qual recebe influências de fora e segue os pressupostos estabelecidos pela burguesia internacional. Conforme Fernandes o capitalismo no Brasil é voltado para fora e controlado pelo exterior (1984, p.71):

O povos de origem colonial ou não partilharam dessa evolução do capitalismo, ficando à margem das verdadeiras vantagens dessa civilização, ou participaram dela como colônias, semicolonias e nações dependentes, o que gerou várias formas de desenvolvimento capitalista *controlado de fora e voltado para fora*, no sentido de que as estruturas e os dinamismos de suas economias e de suas sociedades estavam sempre nucleados a centros externos, que exerciam ou pelo menos compartilhavam do comando da exploração capitalista. Alguns desses países de origem colonial conheceram o não desenvolvimento, outros o subdesenvolvimento, e todos tiveram enormes parcelas da riqueza *nacional* transferida para o exterior, alimentando o esplendor do florescimento do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos (ou no Japão).

Para o autor, foi somente em 1889, que no Brasil se formou em um Estado burguês, considerando todos os brasileiros como sujeitos de direitos, embora limitado. Mesmo na República, os requisitos do escravismo sobreviveram e a democracia que se implementou era restrita, o voto não era universalizado, o estado era autoritário, os senhores mantinham poderes locais como “coronéis”, os movimentos sociais eram duramente reprimidos. “A democracia era oligárquica e elitista, não ainda burguesa. Mas era um Estado burguês assim mesmo.” (Fernandes, 2005, p.229). O autor considera que somente na década de 30 é que o impulso capitalista será acelerado.

A burguesia brasileira possui um espírito modernizador, mas circunscreveu essa modernização à esfera econômica. Fora daí, ela faz um discurso revolucionário, imitando a burguesia clássica, mas

que não passa de ostentação verbal, farsa.” (FERNANDES, 2005, p.229-230)

Identifica-se na realidade histórica brasileira, a ocorrência de um processo de confronto entre as classes, porém, sem em uma ruptura significativa. Com o Golpe Militar de 1964, tem-se o agravamento de várias questões conforme descreve Fernandes (2005, p.230):

Em 1964, a burguesia unida estabeleceu uma relação íntima com o capital financeiro internacional, reprimiu a subversão política da ordem, apossou-se do Estado, que se tornou então exclusivamente burguês. A dominação burguesa no Brasil revelou então como ela é. As burguesias interna e internacional se associaram economicamente e tomaram o Estado para a modernização capitalista “pelo alto”. Desde 1808-1822, a revolução burguesa no Brasil se deu de cima para baixo, autoritária, autocrática, repressiva. Desde o início, essa revolução excluiu a população brasileira do acesso ao poder político e das conquistas democráticas. O liberalismo político foi esquecido ou minimizado; só o econômico foi praticado. (FERNANDES, 2005, p.230)

Percebe-se assim que o liberalismo econômico foi praticado, estimulado e encontrou um terreno muito fértil para continuar a se desenvolver no Brasil, e em outros países periféricos da América Latina. No ano de 1973, com a crise mundial do petróleo, em que obtivemos o aumento do preço do petróleo e seus derivados, ocorreu no Brasil uma alta taxa inflacionária em todos os produtos comercializados no país, ocasionando a diminuição de bens de consumo e altos índices de desemprego. Conseqüentemente essa crise implicou em uma nova reconfiguração das relações de produção.

Essa situação exigiu que os países pensassem em alternativas para se reestruturar tanto economicamente quanto politicamente. Na Inglaterra com Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos com Ronald Reagan, na tentativa de reativar a economia, foram adotados princípios neoliberais que sugeriam a privatização do Estado, com a finalidade de retomar a rota do desenvolvimento. Esse modelo que propunha a redução do Estado acabou sendo seguido por diversos países, de modo espontâneo ou forçados pelas relações de dependência com os países credores.

Antes, porém, de continuar a explanação sobre o neoliberalismo e seus rebatimentos no Brasil, é importante lembrar que o legado histórico das relações econômicas e políticas brasileiras foi o de um país autoritário, excludente em vários aspectos, desde a esfera econômica mais elementar até

a exclusão dos aparatos culturais e educacionais, violento contra os opositores. Tal herança histórica não poderia deixar de estar presente no contexto específico da pesquisa que ora se apresenta, ou seja, na cidade de Guarapuava, que pelo seu contexto histórico, reproduz com formas específicas os aspectos mais relevantes de exclusão e violência que os autores aqui abordados trataram no âmbito nacional.

3.1 GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO

Segunda Petras (1999), o processo de Globalização iniciou ainda no século XV, com o crescimento do capitalismo e sua expansão ultramarina, associada ao imperialismo e considera tanto como um efeito, como uma causa de que a política estatal “desempenha um papel decisivo na determinação do investimento de capital “internamente ou no “exterior”, e apresenta uma função da correlação de forças sociais de diferentes classes mobilizadora, cuja política econômica do Estado que se apresenta como principais objetivo de:

Transferir riquezas para cima, ao retirar ou diminuir os benefícios, proteções, regras de pagamentos e de emprego, e enfraquecer organizações da classe trabalhadora característica do período pós-guerra. (PETRAS, 1999, p.12)

As principais consequências da globalização se acentuam mais perversamente no período pós - guerra, especificamente com a reestruturação neoliberal. Fenômeno esse que se desenvolve por meio de estabelecimento de estratégia econômica que favoreçam os interesses do capital, representados pela classes altas e por corporações que atuam em conjunto para explorar os trabalhadores cada vez mais, sua fonte de riquezas, diminuindo sobre tudo além do salário, benefícios e proteções da classe trabalhadora.

Sobre a Globalização o autor destaca que desde seu surgimento ela está associada ao imperialismo, especificamente na cadeia global de acumulação europeia, se materializando por meio da “exploração do Terceiro Mundo para a acumulação no primeiro mundo.” E ainda desataca que:

A globalização não é a fase final do capitalismo, mas sim um produto de políticas estatais ligadas a instituições econômicas internacionais. A globalização é um fenômeno cíclico, que altera com períodos de

desenvolvimento nacional [...] A condição fundamental para a globalização é o êxito do capital em minar o poder popular, desmantelar o *Welfare States* e converter o Estado em um instrumento da expansão ultramarina.(PETRAS, 1999, P.29)

Para compreendermos a globalização, devemos entendê-la como “consequência de um processo sociopolítico”, fundamentando em três argumentos. O primeiro ele trata dos avanços tecnológicos, defendendo que esta facilita porém, não determina porém, ela depende de que maneira será utilizada para que se chegue ao lucro. (PETRAS, 1999)

O segundo argumento é o imperativo do mercado mundial, que atuou como protagonista na abertura da economia mundial através da criação de instituições econômicas supostamente “internacionais”, como o BM¹¹, FMI ¹²e o GATT¹³, instituições que atuam em nome do mercado e pessoas organizadas em classes como os executivos de empresas por exemplo.

E em terceiro e ultimo a argumentação da globalização como resultado da lógica capitalista, e que esta constituída por múltiplos autores, como principal fator na reconstrução econômica das principais economias em dominação com a criação de instituições econômicas supostamente “internacionais”, como o BM, FMI e o GATT, mas que eram controladas por indivíduos designados por países imperiais, em específico americano dos Estados Unidos com a função de:

Deslocar mercados nacionais e produtores locais a minar a legislação social popular para facilitar a entrada de multinacionais e a primazia das elites exportadoras locais que produziam para o mercados dos países imperiais.(PETRAS, 1999, P.33)

Nessa perspectiva, o Estado imperial teve um papel básico na reconstrução econômica das principais economias dominadas por grandes empresas, fornecendo cobertura político militar, a garantir a atuação das agencias de fomento internacional de créditos, a abertura de mercados e

¹¹ BM - O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional que fornece empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital, criado no ano de 1944.

¹² FMI- Fundo Monetário Internacional é uma organização internacional criada em 1944, com o objetivo, inicial, de ajudar na reconstrução do sistema monetário internacional no período pós-Segunda Guerra Mundial.

¹³ GATT - Acordo Geral de Tarifas e Comércio, foi estabelecido em 1947, está na base da criação da Organização Mundial de Comércio, são um conjunto de normas e concessões tarifárias, criado com a função de impulsionar a liberalização comercial e combater as práticas protecionistas, regular, provisoriamente, as relações comerciais internacionais.

investimento. Para isso passou a exigir do Estado uma postura mais ativo para em função do capital internacional, o que resulto no desmonte e agravamento das políticas e direitos trabalhistas e socais.

Petras (1999) destaca o declínio dos sindicatos, partidos de esquerda, a repressão sofrida no Brasil e países latinos, com fatores contributivos para altas taxas de acumulação no Brasil e na América Latina. Com a redução de mão de obra, encorajando, assim, o processo de globalização, ocorrendo investimentos na mão de obra barata no exterior, passou-se a minar o papel do operariado como uma força de resistência. Na medida em que os sindicatos e movimento operário se fragmentam, ouve incentivo ainda maior para que o capital se intensificasse, a exploração e exportação de capital em formato de uma espiral a se desenvolver.

Com o neoliberalismo e a intensificação das medidas neoliberais, por meio das políticas de ajuste estrutural, com a colaboração de agencias internacionais com o FMI/ BM, contribuem para os elevados índices de concentração de renda e privatizações realizadas por multinacionais e pela minoria de pessoas que compõem a elite nacional mais abastada, de propriedade publicas.

A etimologia da palavra neoliberalismo vem de *neo*, que significa “novo”, liberalismo, que é uma teoria de sustentação do sistema capitalista, elaborada entre os séculos XVII e XVIII¹⁴. A centralidade da filosofia neoliberal encontra-se na absoluta liberdade de mercado e na restrição à intervenção estatal sobre a economia. O neoliberalismo surgiu tanto na Europa quanto na América do Norte, após a Segunda Guerra mundial. Foi uma reação ao estado de bem-estar social e intervencionista, de um lado, e principalmente uma crítica ao

¹⁴ O liberalismo é um conjunto de ideias que objetiva assegurar a liberdade individual e a propriedade privada. Ele surgiu no processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Os princípios fundamentais do liberalismo centram-se na Liberdade, Tolerância, Defesa da Propriedade Privada, Limitação do poder e Individualismo. O Estado deve atuar minimamente sobre a economia e nas relações entre indivíduos, mas manter a segurança para que todos pudessem desenvolver suas atividades. É importante entender que, para os liberais, o estado tinha que garantir o direito à propriedade privada e assegurar as liberdades, para que todos pudessem desenvolver suas atividades econômicas. quanto aos autores representantes do liberalismo clássico, Lafer (1991), destaca John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755), Kant (1774-1804), Adam Smith (1723-1790), Humboldt (1767-1835), Benjamin Constant (1767-1830), Alexis Tocqueville (1805-1859) e John Stuart Mill (1806-1873).

estado soviético, por outro. O texto de origem é o livro “O caminho da servidão”, do economista austríaco Friederich Hayek, escrito em 1944.

Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 2003, p.09).

O princípio do neoliberalismo, assim como do liberalismo clássico, é a liberdade de mercado. Segundo Holanda (2001, p.30), a liberdade é entendida “[...] como ausência de coerção sobre os indivíduos, ausência de impedimento às satisfações pessoais, aos gostos e à livre procura de objetivos individuais.” Nesta perspectiva as suas principais características centram-se na livre iniciativa; lei de oferta e demanda; livre concorrência; ostentação do lucro; individualismo; propriedade privada, etc., características essas pautada sempre na atuação mínima do Estado sobre a economia e na liberdade individual como princípio máximo da sociabilidade.

As consequências para o entendimento da sociedade é que o neoliberalismo radicaliza o individualismo e a concorrência. Para esta concepção é o indivíduo que deve se responsabilizar pela condução de sua vida e dos seus interesses, agindo em defesa de seus interesses pessoais e, em sociedade, o que se verifica é a luta incessante entre esses indivíduos pela conquista dos objetivos traçados. O mérito ou não pela conquista é individual, não cabe ao Estado arcar com o fracasso dos indivíduos que não conseguem dirigir suas vidas. Holanda coloca esta questão muito clara:

Na compreensão neoliberal, a reivindicação da igualdade na lei não pode ter como base a argumentação de que somos naturalmente iguais. As razões da existência da igualdade perante a lei são: que o trabalhador seja livre e objetive a mais alta produtividade e que possa receber, através dos salários, os frutos de seu trabalho; que haja manutenção da harmonia social [...] Portanto, a igualdade perante a lei está em função da preservação da propriedade privada e da economia de mercado. (HOLANDA, 2001, p.42).

Os princípios neoliberais estão fundamentados na tríade composta pela desregulamentação das leis trabalhistas, privatizações de empresas estatais, abertura do mercado e retirada do estado da ordem econômica. (HARVEY, 2008).

No ano de 1973, a crise mundial do petróleo e o aumento de seus derivados acarretou uma inflação generalizada, ocasionando a diminuição do

consumo por conta dos altos índices de desemprego, o que implicou e fomentou a precarização das relações de trabalho e inúmeros problemas econômicos e sociais. Para o enfrentamento dessas condições nefastas para o capitalismo os países centrais optaram pela adesão às políticas neoliberais e automaticamente os países periféricos seguiram a mesma tendência.

Em 1989 uma nova realidade foi colocada em orientação. Segundo Bruno (2001, p. 05), a queda do Muro de Berlim:

Expressava a inauguração de uma nova fase desse modo de produção, fundada em um único modelo, o de mercado coordenado a partir de múltiplos centros de poderes estreitamente integrado, cujos agentes mais decisivos são os maiores grupos econômicos, que operam transnacionalmente, ignorando fronteiras e regime político.

A queda do muro de Berlim significou um discurso de derrocada do socialismo, e, com isso, porém, o capitalismo em sua fase neoliberal ganhou forças em nível mundial. Em 1990 ocorreu a desintegração da União Soviética e o surgimento de novos Estados soberanos. A partir da década de 1990, começaram a se formar blocos econômicos como o NAFTA¹⁵, MERCOSUL¹⁶, a União Europeia, entre outros, fatos que demonstram que o mundo estava se reorganizando economicamente e consolidando o capitalismo.

Nessa perspectiva mundial em que o Brasil está inserido, o Estado se apresenta e se reconfigura seguindo os princípios neoliberais da desregulamentação das relações sociais e de trabalho, que se materializam na privatização de empresas estatais, com a justificativa de que elas eram ineficientes e necessitavam de abertura ao mercado, para alcançar o progresso. O Estado então passa a intervir minimamente nas questões econômicas e principalmente sociais, dando total liberdade ao mercado e conseqüentemente se tem o agravamento da pobreza e da questão social no país.

No Brasil o neoliberalismo chegou aos poucos e se efetiva no anos de 1990 com a eleição do presidente Fernando Collor de Melo. Collor criticava abertamente a intervenção do Estado na economia e propunha à liberdade de mercado, a abertura econômica, a liberação das exportações e importações

¹⁵ NAFTA- O Tratado Norte-Americano de Livre Comércio Canadá pelos seguintes países: México e Estados Unidos e tendo o Chile como associado

¹⁶ MERCOSUL - Mercado Comum do Sul, composto pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai, Venezuela e Uruguai.

objetivando estimular a competitividade interna e um amplo programa de importações. Em pouco tempo o neoliberalista se consolida, dando início o processo de privatização das empresas estatais, abertura da economia para o capital estrangeiro, liberdade do mercado como organizador da Nação, e as consequências nefastas para os trabalhadores, se materialização na precarização e desmantelamento dos direitos trabalhista.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu a consolidação da Reforma de Estado. Em 1995, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado a cargo de Luiz Carlos Bresser-Pereira, o qual tinha como objetivo a efetivação de um Estado gerencial, que fosse capaz de produzir as condições necessárias para a reprodução do capital na fase neoliberal, mas também, por outro lado, superar o histórico estado de inércia do aparato estatal brasileiro, que o ministro Bresser-Pereira, como intelectual, sempre acusou em suas obras, ao criticar as elites burocráticas encravadas no Estado brasileiro.

Durante o seu governo, FHC consegue aumentar a dívida externa mais que os militares, em uma média de U\$ 5,4 bilhões ao ano. Um fator importante do seu governo foi às privatizações. No total, foram privatizadas 68 empresas federais, somando U\$ 70.855 milhões de dólares. Fato que impressionou, foi que mesmo com as privatizações, o estrangulamento dos gastos públicos e soma dos investimentos externos no país, a dívida externa continuava a crescer. Isso acontecia devido às altas taxas de juros pagas aos investimentos externos, a fim de que estes aportassem seus recursos aqui, o dinheiro proveniente ia, portanto para o pagamento de juros.

Com a tentativa de controlar as finanças do governo, foram cortados os gastos públicos, gastando menos do que o arrecadado não surtiu efeito positivo na vida do cidadão brasileiro. O PIB per capita aumentou em torno de U\$ 3 mil dólares entre 1995 e 2002, mais este crescimento não foi capaz de diminuir as desigualdades entre os cidadãos. O Brasil ocupava nesse momento a 69° posição no Índice de Desenvolvimento Humano, não mostrando, no entanto grandes avanços.

Em 2003 quando Luis Inácio Lula da Silva assume presidência com uma proposta oposta aos seus antecessores, porém, na realidade isso não se concretiza. Conforme Boito Jr (2003, p.10), no governo de Lula “[...] os pilares

do modelo capitalista neoliberal dependente, como esta aprofundando alguns de aspectos desse modelo”, que se caracteriza:

Herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não o fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo. (BOITO JÚNIOR, 2003, p.10).

Toda a pretensa reforma do Estado, iniciada com FHC e continuada no governo Lula, foi financiada e orientada por organismos internacionais como o Banco Mundial, o Banco Internacional para a reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO entre outros parceiros. Essa reforma se materializa a partir das políticas econômicas e sociais aplicadas por meio de princípios de mercado, ocupada e comprometida com a descentralização e a redução de custos das tarefas para o Estado, porém, preocupada em manter a concentração de decisões estratégicas sob comando do Estado.

Nesta perspectiva a reforma do Estado passa a transferir suas responsabilidades para a sociedade civil, na afirmativa de que esse processo deve ser controlado pelo mercado. Porém, na realidade o Estado inicia um gigantesco processo de desmonte e privatização de políticas fundamentais como as de educação, saúde, cultura e pesquisa científica, com o nome “publicização”, por meio do terceiro setor. Para Montão (2002, p.47) a publicização tem como perspectiva:

Por um lado, a diminuição dos custos da atividade social — não pela maior eficiência destas entidades, mas pela verdadeira precarização, focalização e localização destes serviços, pela perda das suas dimensões de universalidade, de não-contratualidade e de direito do cidadão — desonerando o capital. (...) É neste terreno que se inserem as ‘organizações sociais’, o ‘voluntariado’, enfim, o ‘terceiro setor’, como fenômeno promovido pelos (e/ou funcional aos planos dos) governos neoliberais, orientados para América Latina no Consenso de Washington. (MONTÃO, 2002, p.47).

O Consenso de Washington, marco inaugural da imposição das políticas neoliberais na América Latina, foi uma conferência realizada em Washington em 1989, que definiu e listou as políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a superação da crise econômica dos países da América

Latina, as quais foram adotadas com imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos.

Essas medidas visavam a abertura da economia por meio da liberalização financeira e comercial e da eliminação de barreiras aos investimentos estrangeiros, o que foi minimamente realizado por meio das privatizações de empresas públicas, redução de subsídios e gastos sociais por parte dos governos e pela desregulamentação do mercado de trabalho para permitir novas formas de contratação e redução dos custos das empresas.

Com a retirada do Estado como “primeiro setor” alegando ineficiência para tratar de questões sociais, e do mercado “segundo setor”, por tratar de questões não lucrativas, quem cuidaria de questões sociais? A sociedade civil, então denominado como “terceiro setor” (MONTÃO, 2002).

Com o modelo de Estado neoliberal e globalizado e dependente, temos a retração do Estado em suas responsabilidades e suas ações no campo social manifestam-se na compressão das verbas orçamentárias e na deterioração da prestação de serviços sociais públicos, o que implica na transferência para a sociedade civil de parcela das iniciativas para o atendimento das sequelas da “questão social”.

A promessa da globalização é que todos possam compartilhar sem fronteiras interesses pessoais, inovações, tecnologias em um desenvolvimento equilibrado entre as nações. Porém, os resultados são alarmantes pois nunca houve tamanha concentração de renda e de exclusão social. A classe trabalhadora não encontra mais no Estado a garantia de seus direitos individuais e trabalhistas, que passaram a ser estritamente condicionados e regulados pela ação do capital. (RIBEIRO, 2009).

Para acercar-nos do tema da dissertação, será tratado a seguir a questão social, que é uma importante mediação para a compreensão das políticas voltadas para as pessoas que cometeram crimes, como a política do Programa Patronato.

3.2 A QUESTÃO SOCIAL

Segundo Castel (2008, p.30), a denominação do termo “questão social”, apesar de já existir foi nomeada primeiramente em 1830, na Inglaterra. Este

termo foi atribuído “[...] pela tomada de consciências das populações que são ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da revolução industrial, na Inglaterra”. Tem seu fundamento no pauperismo, miséria em consequência do processo de industrialização. E o autor finaliza:

O hiato entre a organização política e o sistema econômico permite assinalar, pela primeira vez com clareza, o lugar do “social”: desdobrar-se nesse entre dois, restaurar ou estabelecer laços que não obedecem nem a uma lógica estritamente econômica nem a uma jurisdição estritamente política. “O social” consiste em sistemas de regulações não mercantis, instituídas para tentar preencher esse espaço. Em tal contexto, a questão social torna-se a questão do lugar que as franjas mais dessocializadas dos trabalhadores podem ocupar na sociedade industrial. A resposta para ela será o conjunto dos dispositivos montados para promover sua integração. (CASTEL, 2008, p. 31).

Anterior ao processo de industrialização, ainda no século XIV, as práticas e as instituições de assistência social eram destinadas às pessoas consideradas como indigentes ou para algumas parcelas da população, que não podiam exercer alguma atividade laboral. As intervenções “social-assistencial”, objetivavam a “[...] repressão da vagabundagens, obrigação do trabalho e controle da mão de obras” (CASTEL, 2008, p.31), e, nesta perspectiva, o Estado, desempenha as atribuições referentes à manutenção da organização do trabalho e de regular a mobilidade dos trabalhadores. Sobre a perspectiva história da questão social Castel (2008, p.34), destaca que:

A volta histórica proposta mostrará que o que se cristaliza na periferia da estrutura social - sobre os vagabundos antes da revolução industrial, sobre os “miseráveis” do século XIX, sobre os “excluídos” de hoje, inscreve-se numa dinâmica social global.

Historicamente as transformações econômicas ocorridas na sociedade capitalista, como a concentração de pessoas nas cidades, as modificações nas relações sociais e trabalho, por meio do desmantelamento dos direitos trabalhista, aumento das desigualdades sociais e da pobreza, colocam para o Estado a urgência em solucionar esses problemas conjunturais como um fator integrador. Dessa maneira Castel (2008) destaca:

Estamos sem dúvida, diante de uma bifurcação: aceitar uma sociedade inteiramente submetida às exigências da economia ou construir uma figura do Estado social a altura dos novos desafios. A aceitação da primeira parte da alternativa não pode ser excluída. Mas poderia custar o desmoronamento da sociedade salarial, isto é, desta

montagem inédita de trabalho e de proteções que teve tanta dificuldade para se impor. (CASTEL, 2008, p. 35).

Anterior ao século XVIII, a questão social tratou de amenizar a miséria, não de repensar, a partir dela, as condições da existência de um poder. Depois dos anos de 1900, ocorreram transformações em função do acesso ao mercado do trabalho, porém, não se teve avanços em relação ao estímulo e promoção da condição salarial do trabalhador. Para o autor, mesmo com a contratualização das relações do trabalho não foi possível remediar ou melhorar a condição dos assalariados.

Neste período de livre acesso ao mercado, inicia-se uma nova fase de conflitos. E a questão social passa a ser reformulada a partir do desenvolvimento econômico, que se transforma em um processo “monstro de pauperismo”, engendrado pelo processo de industrialização.

Segundo Castel (2008), a questão social hoje, manifesta-se a partir do enfraquecimento da questão salarial. Em consequência a questão da exclusão vem assumindo dimensões gigantescas, deslocando um grande número da população para a margem da sociedade, pelo fato de não possuírem trabalho, nem condições de promoverem sua subsistência e ainda longe do alcance das políticas sociais para minimizar essa situação, o autor conclui que:

O trabalho como se verificou ao longo deste percurso, é mais do que o trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais que o desemprego, o que não é dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é sem dúvida o reaparecimento de um perfil de trabalhadores sem trabalho. (CASTEL, 2008, p.496).

Para o autor temos a forte tendência da questão da individualidade em detrimento do coletivo, como o cerne da questão social hoje, incentivada pelo modelo liberal de desregulamentação do Estado a partir dos anos 70, são alguns dos principais fatores, além do modo de produção e acumulação monopolista pelo capital, responsáveis pela nova configuração da questão social.

A nova questão social se apresenta frente à relação do trabalhador com o enfraquecimento da condição salarial, o desemprego estrutural, o trabalho informal, e na flexibilização das relações de trabalho. Em consequência, há necessidade de se pensar e propor um novo modelo de controle social, agora

no campo do direito. O autor ainda aponta a necessidade do fortalecimento das funções do Estado como:

Estrategista que estenda amplamente suas intervenções para acompanhar esse processo de individualização, desarmar seus pontos de tensão, evitar suas rupturas e reconciliar os que caíram aquém da linha de flutuação. Um Estado até mesmo protetor porque, numa sociedade hiperdiversificada e corroída pelo individualismo negativo, não há coesão social sem proteção social. Mas este Estado deveria ajustar o melhor possível suas intervenções, acompanhando as nervuras do processo de individualização. (CASTEL, 2008, p.610).

Para Castel (2008) o núcleo da questão social hoje está centrado na existência dos chamados inúteis para o mundo do trabalho, de supranumerários, ou seja, a super população relativa, em consequência de um desemprego estrutural. Desemprego esse que vem tomando dimensões gigantesca, estimulado pela tecnologia, apropriada pelo capitalista que por meio da mais-valia relativa, aumenta a produtividade do trabalhador por meio do uso de máquinas, nos quais o trabalho morto sob a forma de máquinas assume o lugar do trabalho vivo.

Nessa perspectiva, a classe trabalhadora segundo Braverman (1981), pode ser considerada como: A parte animada do capital, parte que acionará o preço que faz brotar do capital total seu “aumento do valor do excedente. Nessa condição a classe trabalhadora é antes de tudo matéria prima para a exploração.” (BRAVERMAN, 1981, p.319). Para este autor, o processo de tecnologia contribuiu para que o burguês, detentor dos meios de produção se utilizem das máquinas e da tecnologia para obter um maior controle sobre a produção. Os processos de produção automatizados passam a ser ditados e controlados pelo próprio maquinário, programado, independente da vontade ou das próprias condições do trabalhador.

A degradação do trabalho não centra apenas na precarização do trabalho, mas na retificação do trabalhador, por meio da atividade laboral sobre aquilo que ele produz, a ponto de nem mesmo identificar o produto de seu trabalho como parte do próprio esforço, o que impossibilita que a classe em si, possa se converter em classe para si. (BRAVERMAN, 1981).

Nessa perspectiva, a concentração de grandes contingentes de trabalhadores, executando tarefas simples de baixo custo para o mercado de trabalho e com grande produtividade e índices enormes de lucros e

promovendo o estímulo da formação do exército de reserva, segundo Marx (2002) incentivado pela lei geral absoluta da acumulação capitalista que:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (MARX, 2002, v. 2.)

Para o autor nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria, o pauperismo historicamente inédito, ocasionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, no modelo de produção capitalista estimulado pela lei geral da acumulação como principais resultados desse processo histórico, temos o agravamento da questão social, e o aumento da exclusão e vulnerabilidade social de maneira global.

A seguir para um maior entendimento sobre essa questão, desenvolveremos uma análise da questão social no Brasil e mundo, desde seu surgimento até suas atuais configurações.

O surgimento da “questão social” ocorreu no bojo desse processo selvagem de industrialização e de adesão ao neoliberalismo. Esse surgimento está associado às reivindicações da classe trabalhadora por algum tipo de proteção social, dada à consciência da miséria a que estava submetida. Portanto: A “questão social” é indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que reproduz sobre o conjunto da classe trabalhadora (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada dos homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Portanto a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação entre capital, trabalho e a exploração. Sendo assim, no âmbito da produção e reprodução da vida social, as relações sociais historicamente particulares que a sustentam são geradoras da “questão social”, porquanto presididas por

desigualdades nas esferas da produção e distribuição dos meios de vida e trabalho apropriados privativamente.

A questão social se apresenta dentro da estratégia das contradições no sistema do capital, baseado na venda da força do trabalho do trabalhador ao burguês, o qual o explora por meio da mais-valia, com a única finalidade gerar lucros exacerbados garantido o acúmulo. Toda a riqueza acumulada pelo capitalista, é fruto do processo de empobrecimento da classe trabalhadora, no sentido de assegurar as condições gerais de reprodução do capital como o pauperismo, as contradições sociais, da classe que vive do trabalho, desemprego, violência, entre outros.

Nesta perspectiva, a “questão social” passa a ser entendida no âmbito da produção e reprodução das relações sociais como expressão do processo social como totalidade, reproduzindo o movimento do real em suas manifestações universais, particulares e singulares, o que significa compreender os componentes de sua objetividade, em suas dimensões econômicas, políticas, éticas,, ideológico e cultural.

A partir desta compreensão entendemos que a “questão social” se apresenta como eixo central capaz de articular a gênese das sequelas inerentes ao modo de produzir-se e reproduzir-se do capitalismo contemporâneo, que envolve: as mudanças no mundo do trabalho, suas manifestações e expressões concretas na realidade social, particularmente a exclusão social e as estratégias de seu enfrentamento articuladas pelas classes sociais e o papel do Estado nesse processo de reestruturação produtiva.

Harvey (1992) que descreve sobre a reestruturação produtiva pós-guerra nos anos 70, em que o “Estado deve assumir novos papéis”, e o “trabalho organizado assumir funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processo de produção”, por meio da precarização das relações de trabalho e da Acumulação flexível em que se caracteriza por ser:

Marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimentos de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 1992, P.140).

Transformações essas no mundo do trabalho que culminaram na exclusão social, desemprego estrutural e violência. Segundo PETRA (1999, P.14) durante os anos 80, vinte milhões de trabalhadores foram deslocados, demitidos sem possibilidades de serem recontratados. E as consequências do desemprego e subemprego, que é o trabalho em tempo parcial, temporários ou subcontratados, afeta a saúde mental e do desempregado, com sintomas que segundo Petras (1999) variam de:

Um estado de espírito crescentemente negativo a aumento da ansiedade, assim como um maior número de queixas psicossomáticas e níveis mais altos de paranoia e hostilidade [...] Encontrou-se uma relação positiva entre o desemprego e a instabilidade conjugal [...] Há uma forte conexão entre o abuso infantil e o desemprego. Uma variedade de estudos, usando diferentes métodos, indica uma conexão entre violência conjugal e desemprego (PIETRAS. 1999, p.16/17)

E todas as mazelas oriundas e causadas pelo desemprego estrutural, conforme apontadas pelo autor, são fatores que contribuem para gerar a violência.

Segundo Santos (2010), fala-se de violência como se essa fosse característica do nosso tempo, toda via é formada por violências funcionais derivadas, o que chamamos de violência estrutural.

“Violência estrutural resulta da presença e das manifestações conjuntas, nessa era da globalização, do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro cuja a associação conduz a emergências de novos totalitarismo muito mais do que globalização. Paralelamente evoluímos de situação em que a perversidade se manifesta de forma isolada por uma razão na qual se instala um sistema da perversidade, que, ao mesmo tempo, é resultado e causa da legitimação do dinheiro em estado puro, da competitividade em estado puro e da potência em estado puro, consagrando, afinal o fim da ética e o fim da política” (SANTOS, 2010, P.55)

A violência acaba sendo vista, ou seja, colocada para a sociedade pela mídia, de maneira isolada, particularizada e periférica. Porém, a violência estrutural tem sua base produção do modelo capitalista de grande concentração de renda de uma minoria parcela da população que detém os meios de produção, sendo esse a violência central e original.

3.3 A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Como vimos a questão social, surgiu no processo intrínseco ao modelo de formação de uma sociedade capitalista e no Brasil ela nasce em um contexto de processo de industrialização com a contradição entre a classe de trabalhadores, que apenas vendem sua força de trabalho com os burgueses, estes detentores dos meios de produção. Cerqueira Filho (1982), desataca que no Brasil esse processo ocorre na década de 30, no bojo do processo de industrialização, a crise mundial da economia de 29 e o movimento de 1930, como um marco importante da sociedade brasileira exercendo pressão constante pelo proletariado, devido ao processo acentuado de pauperização.

Para o autor é nesta perspectiva que a questão social se caracteriza no país, como “expressão concreta das contradições entre capital e trabalho no interior do processo de industrialização capitalista” (p.58), como vista mais adiante segundo Marx, com a lei geral da acumulação capitalista, que para o acúmulo e crescimento do capital, existe a necessidade de que se produzir a miséria.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), a população operária industrial formada inicialmente por imigrantes que viviam em condições carentes e sub-humanas nas cidades. As indústrias inicialmente não possuíam lugar adequado para o funcionamento, e conseqüentemente apresentavam as mínimas condições de higiene e segurança para seus funcionários. Sobre as condições de trabalho nesse período as autoras destacam que:

Em 1920 em São Paulo um terço da mão de força de trabalho industrial era constituído por mulheres, metade aproximadamente são menores de 18 anos de idade, e 89 menores de 14 anos. Em 1911 seria em média por volta de 11 horas e em 1920, 10 horas. [...] O operário contará para sobreviver apenas com a força diária do trabalho, sua e de sua mulher e seus filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde, ou qualquer espécie de seguro regulamentado por lei. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.129).

Iamamoto e Carvalho (2005), destacam que nesse período eram frequentes as crises na indústria em processo emergente que resultavam em dimensões maciças, rebaixamento salarial, estimulando o pauperismo dos proletários. Vivenciado as precárias de condições citadas, o proletariado

começa a se organizar em prol de sua defesa, o que resultou em 1925 na criação do Conselho Nacional do Trabalho e em 1926 ainda timidamente a legislação trabalhista começa a ser pensada abrindo caminho á intervenção do Estado na regulamentação do mercado de trabalho. No ano de 1927, por meio dos movimentos os trabalhadores obtiveram um grande avanço, que foi a aprovação leis para cobrir uma parcela importante como “a lei de férias, acidente de trabalho, código de menores, trabalho feminino, seguro doenças, etc”, ainda que a aplicação dessas legislações deu-se de forma tímida e precária somente nos principais centros urbanos”. (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p.133).

Neste contexto, o Estado não reconhecia a existência da questão social, e, com isso, principalmente os movimentos operários eram tratados com ações assistências vinculados à igreja católica e via repressão policial. Ao invés da criação de políticas sociais que poderiam ser eficazes. Sobre essa questão as autoras destacam:

A violência do Estado se fará constantemente presente á trajetória das lutas e dos movimentos operários como o mais eficiente instrumento de manutenção da paz social necessária a acumulação capitalista [...] Seu posicionamento natural (dos burgueses), variará entre a hostilidade e o apoio explícito a repressão policial e ações caridosas e assistencialista, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo. (Iamamoto e Carvalho, 2005, p.143).

A questão social no Brasil aparece com caráter dinâmico e oficial somente a partir do ano de 1930. Antes dessa data a questão social era reconhecida como caso de polícia, algo ilegal e ilegítima, a qual deveria ser tratada no interior dos aparelhos repressivos do Estado.

Segundo Cerqueira Filho (1982), após a década de 30 no governo de Getúlio Vargas, se aprofundará o tratamento da questão social, reconhecendo-a como legítima. Nesse sentido o autor relata que:

Após essa data a intervenção dos poderes públicos nas questões trabalhistas crescerá continuamente visando a desmobilização/despolitização da classe operária e culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.75).

Segundo o autor, somente depois da década de 30 que a questão social passa a ser entendida como uma questão política, e que conseqüentemente exigia soluções mais sofisticadas. Cria-se, no corpo do Estado o Mistério do Trabalho, o que na realidade se transformará em um:

Aparelho do Estado com efeitos ideológicos por excelência para conduzir a questão social por meio de um discurso totalmente integrador, objetivando ocultar a luta de classes fundamentada no paternalismo e na filosofia do favor, o qual faz parte da constituição histórica da sociedade do Brasil, baseada no coronelismo. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.75).

No período de 1937-1945, com o Estado Novo e ditatorial, a questão social voltou a ser tratada novamente como caso de polícia. No período de 1946-1964, temos o advento do fenômeno do populismo, e a questão social recebe um tratamento chamado por Cerqueira Filho (1982) de integração social, nesta perspectiva ocorreu o mascaramento e ocultamento dos conflitos entre o capital e trabalho, se pautando no paternalismo, autoritarismo e sistema de favor. Até então não havia a perspectiva do enfrentamento que fosse fundamentado na perspectiva dos direitos sociais, visto que somente em 1988 com a Constituição Federal é que esse quadro começa a modificar.

O paternalismo esteve presente nos discursos hegemônicos, como característica do tratamento da questão social, o que rendeu ao presidente Getúlio Vargas o apelido de pai dos pobres, durante a regulamentação da legislação trabalhista. Para Cerqueira Filho (1982, p.33), as contradições estão no país “entre o favor e a via prussiana¹⁷” entre um esforço ideológico para “ocultar a presença da classe operária como autor político no cenário da luta de classes no Brasil.” .

Com a intervenção militar de 1964, tivemos um Estado totalitário, arbitrário e repressivo. Finda-se o período populista e também a participação ou qualquer tentativa de participação política dos cidadãos brasileiros. Para Lamamoto (2009) a questão:

¹⁷. Segundo Oliveira (2003, p. 132), designa esse período no Brasil durante a ditadura 1964-1984: “fortíssima repressão política, mão - de - ferro sobre os sindicatos, coerção estatal no mais alto grau, aumentado a presença de empresas estatais com a proporção de nenhum nacionalista do período anterior numa proporção que nenhum outro nacionalista tinha sonhado, abertura do capital estrangeiro, industrialização a marcha forçada [...] e nenhum esforço para liquidar com patrimonialismo nem resolver o agudo problema do financiamento interno da expansão do capital.

Tais desigualdades revelam o descompasso entre a temporalidade histórica distinta, mas coetaneamente articuladas atribuindo particularidades a formação do país. Afetam a economia, a política e a cultura, redimensionando simultaneamente, nossa herança histórica e o presente. Imprimem um processo particular ao processo de mudanças em que tanto o novo, quanto o velho alteram em direções contrapostas: a modernidade das forças produtivas do trabalho social convive com padrões retrógrados nas relações no trabalho, radicalizando a questão social. (IAMAMOTO, 2009, p. 128-129).

Para a autora a crise do petróleo desencadeada nos anos de 1970, configura profundas transformações em todo o mercado global, o qual sob o comando do capital financeiro provocam profundas transformações e alterações no Estado e na sociedade civil, que significou a ascensão da reestruturação produtiva ocasionando o desemprego em massa estrutural, o qual perde a capacidade de reversão findando inclusive com postos profissionais e até mesmo profissões. Instaurou-se um conturbado período pós crise de reestruturação econômica e reajustamento social e político.

Iamamoto (2003), no tocante a questão social contemporânea destaca que esta deve ser apreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades sociais capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2003, p.27).

Essas medidas de reestruturação, despontou uma nova crise do padrão de acumulação capitalista, a partir de uma tendência decrescente das taxas de lucros, acompanhada de altas taxas de inflação, ruindo, assim, os pilares econômicos que sustentavam, apoiada em uma organização da produção de bases taylorista/fordista, se caracterizava pelo modelo de produção em série e em massa para o consumo massivo, que Braverman (1981) caracterizou em três princípios, o primeiro da dissociação do trabalho especializado, a desagregação com relação aos antigos ofícios, às tradições e conhecimentos dos trabalhadores. Em segundo a separação da execução; Em terceiro na concepção de gerência que tinha exclusividade com relação ao planejamento.

Para Gounet (1999, p.18-19), as mudanças introduzidas pelo fordismo centram-se na produção em massa a custo baixo; no parcelamento das tarefas, conforme o taylorismo, movimentos repetitivos e parcelados; A introdução da esteira rolante na linha de produção ao longo da qual os trabalhadores

esperam pelo produto, para efetuarem sua tarefa, no tempo estipulado na esteira pela gerência, limitando o estoque e reduzindo o tempo no transporte de uma operação a outra; Na padronização das peças, o que leva Ford a comprar as firmas de auto-peças; E por ultimo na automatização da fábrica.

A crise dos anos 70 forçou as corporações a adotarem mudanças nos paradigmas de gerenciamento da produção, de modo a responder à crise de superprodução e ociosidade das fábricas e equipamentos, e um cenário de acirramento da competição capitalista, o que resultou na reestruturação da produção baseada na racionalização e enxugamento, com a incorporação de novas tecnologias.

O resultado dessa crise ressalta Iamamoto (2003), como notórios sinais de estagnação, com altos índices de inflação e mudanças no cenário mundial em relação a distribuição do poder. No tocante aos anos 80 a autora ressalta:

Com o desmonte do leste europeu, há um redimensionamento das relações de poder no mundo. Estabelece-se intensa concorrência por novos mercados acirrando a competitividade intercapitalista, que passa a exigir mudanças no padrão de produção (...) o que alguns qualificam de acumulação flexível, ou modelo japonês, ou toyotismo, enfaixada no mote da flexibilização. (IAMAMOTO, 2003, p. 31).

A acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, bem como dos produtos e padrões do consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente, novos mercados e, sobre tudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Essas medidas de ajustes sobre o enfoque teórico neoliberal estão sedimentadas num projeto ideológico, político e econômico que exalta a liberdade dos mercados. No econômico se caracteriza pela desregulamentação da economia. No político o Estado deveria ser fortalecido naquilo que fosse necessário para manter o funcionamento do mercado, criando um movimento de mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Esse novo modelo de acumulação flexível, implica no desmonte dos direitos sociais, quais perdem identidade e a concepção de cidadania se restringe. A legislação trabalhista evolui para uma maior mercantilização e, portanto, desproteção da força de trabalho. A legitimação do Estado se reduz à

ampliação do assistencialismo e como resultado temos o aumento das desigualdades sociais e uma nova reconfiguração da questão social no Brasil.

A velha questão social se metamorfoseia devido às transformações social, econômica e políticas das últimas décadas assumido “novas roupagens”, que segundo Iamamoto (2011):

Evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura essa que vem se traduzindo na banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e as esferas a serviço da propriedade e do poder dos que dominam. Violência que tem no aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e do poder dos que dominam, o seu estudo de proteção e de disseminação. (IAMAMOTO, 2011, p.144-145).

Características essas que atingem principalmente os sujeitos que possuem apenas a sua força de trabalho para sobreviver. Segundo a Organização Mundial da Saúde sobre violência, ela define a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou potencial, contra si próprio, contra outras pessoas ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002, p. 5).

Violência que se materializa de formas diversificadas, podendo ocorrer ou não a utilização de força física ou do poder, contra si ou contra os outros, caracterizado como um danos ou privação de si ou de outras pessoas. Nessa perspectiva, Peres (2002) destaca que a violência atinge diferentes níveis, macroestrutural, conjuntural, cultural e individual. E destaca que a violência estrutural é um fator desencadeador para outras formas de violência:

A estrutura política e os sistemas econômico e social aumentam a vulnerabilidade dos países à violência. Desigualdade e exclusão sociais, desemprego, regime político e eficácia das instituições governamentais e de segurança pública são alguns dos fatores que, do ponto de vista macroestrutural, favorecem o desenvolvimento da violência. O modo como esses determinantes são atualizados e expressos no cotidiano exemplificam os fatores conjunturais: aumento da criminalidade urbana, da delinquência juvenil, do crime organizado e da prostituição infantil, entre outros. São favorecidos por contextos marcados pela desigualdade social e impunidade e, por sua vez, favorecem a escala da violência em contextos específicos. Recentemente vem sendo dada importância aos fatores culturais e individuais que atuam como determinantes do comportamento violento, tais como atitudes, comportamentos e normas, padrões de

relação familiar e de gênero, uso de drogas e álcool, entre outros. (PERES, 2002, p. 54).

A violência em nível macroestrutural que ocorre no seio da sociedade capitalista pode ser considerada, como a primeira de todas as demais formas violências, claro que não desconsiderando os fatores individuais que também são participes e interferem no desenvolvimento das violências. O processo a ser analisado deve ser considerado dialeticamente, analisando desde a sociedade que esse indivíduo se encontra inserido e de maneira individual, a partir das condições sociais, culturais, econômicas, entre outros que esse sujeito vivenciou em sua trajetória histórica.

Lolis (2004, p.11), ao analisar as principais causas da violência, destaca que as questões sociais, se manifestam por meio das desigualdades sociais, exclusão, miséria, o desemprego, a falta de rendimentos, a falta de informação, o não acesso à educação, com mais frequência como causas da violência. A autora caracteriza atividades ilícitas desenvolvidas na sociedade como por exemplo o tráfico de drogas, como “novas formas de trabalho”, como um fator motivador de outras violências.

No próximo capítulo discorreremos sobre as condições materiais vivenciadas pelos assistidos do Programa. Segundo o perfil já apresentado, verificamos que todos os assistidos se encontram em situação de vulnerabilidade social, reafirmando a relação que se estabelece entre a violência estrutural e a questão social, engendrados no de relações capitalistas sociais, econômicas e conjunturais.

3.4 O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA

O município de Guarapuava localiza-se no Sul do Brasil, na região Centro - Oeste do Paraná. O nome da cidade de Guarapuava é de origem Tupi, e significa Guará “lobo” e Puava significa “bravo”.

O povoamento de Guarapuava foi o resultado de um processo histórico iniciado no século XVIII, com as Expedições do Tibagi e levado a cabo pela Real Expedição de Conquista do Povoamento dos Campos de Guarapuava, comandada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal, que chegou à região em 17

de junho de 1810, o qual construiu o Fortim Atalaia, onde foram abrigadas as primeiras tropas, seus familiares e povoadores que dela fizeram parte. (CLEVE, 2009).

Especificamente analisaremos o município de Guarapuava partir dos anos 1950, considerado por Abreu *apud* Silva (2003) um período muito significativo por apresentar “mudança da estrutura agrária, levando em consideração a posse e o uso da terra nos séculos XIX e XX”, de Guarapuava.

Mudanças na pecuária e agricultura tradicional que foram sendo substituída, por uma nova forma de pecuária mais que além do consumo interno visasse também a exportação segundo Silva (2007):

Fizeram com a prática da pecuária extensiva e da agricultura tradicional fosse substituída em parte, por uma pecuária mais racional e pela produção de grãos para o consumo interno e para a exportação. (SILVA, 2007, p.73).

Essas alterações foram impulsionadas pela chegada das ferrovias em 1952 e também pelo asfaltamento da BR 277, oferecendo “maior dinâmica á economia local e regional” impulsionando também o processo de imigração interna e estrangeira na região, como os Suábios formados por 500 famílias vindas da Alemanha, Iugoslávia, Romênia e Hungria. Povos que contribuíram para a miscigenação e formação de colônias que se formarão por meio de ajuda financeiras oriundas de seus países de origem, esses povos adquiriram grande quantidades de terras para a implantação da agricultura e também investiram em infraestrutura e equipamentos, para produção de alimentos para o mercado nacional e também para a exportação.

A formação do Distrito de Entre Rios, localizada a 15 Km de Guarapuava de origens suábica está distribuído entre cinco colônias: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Samambaia e Socorro. Atualmente Entre Rios possui belezas naturais e uma interessante arquitetura, além disso, a população procura manter vivos seus traços culturais, a maior maltaria da América Latina, que segundo o cultivo e plantio iniciou-se segundo KOHLHEPP (2001), ainda na década de 1970:

No âmbito dos constantes esforços no sentido de diversificar as culturas de inverno, que se destinam a reduzir o risco econômico e a

evitar danos de erosão nas terras em pousio, já se começou, em 1973, com o cultivo de cevada em Entre Rios. [...] A iniciativa da cooperativa agrária baseava-se na demanda de malte da indústria cervejeira do Brasil, que tinha que ser coberta quase que inteiramente por importações. Já em 1975 Entre Rios alcançou 15,5% da área de cultivo e 27,7% da produção de cevada do Brasil. (KOHLHEPP, 2001, p.127).

No tocante a concentração de terra na década de 1950 no município de Guarapuava Silva (2007, p.74), destaca que, com o povoamento dos imigrantes, a “absorção de médias e pequenas propriedades em função da substituição da agricultura tradicional e da pecuária, em parte, pela agricultura capitalista”, contribuiu para a consolidação e concentração de terras, que se expandiu em todo o Estado.

Porém, na atualidade a cidade de Guarapuava se mantém conservadora, o poder político alterna entre alguns grupos, ou seja, famílias, segundo Silva:

Na verdade, as transformações ocorridas ao longo do tempo em termos político-econômicos não foram capazes de afetar, por completo, os poderes hegemônicos seculares de alguns grupos, que se sustentam na permanência, em ideologias conservadoras, impedindo mudanças. São grupos arraigados as origens como forma de manutenção do poder. Nesse universo, o conservadorismo é utilizado como uma forma de proteção, em particular no que se refere a aceitação de outros no grupo ou na sua inserção em novos contextos sociais. (SILVA, 2007, p.117)

O poder político no município apresenta características tradicionais de dominação pautado na alternância de grupos ou familiares com o repasse de mandatos tanto para prefeitos ou deputados entre as famílias, como apontar Silva:

Não há na verdade, um poder político familiar que tenha se reproduzido ao longo de muitos anos até os dias atuais, com mandatos repassados de pais para filhos ou parentes próximas. As exceções são os três governos de Nivaldo Passos Kruger, a família Mattos Leão, no poder político local desde os anos de 1940 [...] a família Silvestre, passando por cargos municipal e federal, desde Moacyr Julio Silvestre (prefeito pela primeira vez em 1960). (SILVA, 2007, p.124)

Atualmente a cidade de Guarapuava é administrada pelo prefeito Cesar Silvestre Filho. Este filho de Cesar Augusto Carollo Silvestre eleito vice-prefeito de Guarapuava em 1988, que de lá pra cá exerceu três mandatos como

deputado estadual e, em 2010, foi reeleito para o terceiro mandato como deputado federal, atualmente Secretário da casa Civil do Estado do Paraná.

Vejamos como esse coronelismo se mantém forte no município, conforme demonstra o resultado das eleições municipais para deputado nas últimas eleições realizadas no dia 05 de outubro de 2014:

TABELA 2 – RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL DOS CANDIDATOS PELO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA QUE RECEBERAM MAIS VOTOS.

Candidatos	Número de votos	Condição	Cargo	Partido
Bernardo Ribas Carli	55.481	Eleito	Dep. Estadual	PSDB
Artagão de Mattos Leão Jr.	78.594	Eleito	Dep. Estadual	PMDB
Dr. Antenor	43.608	Não Eleito	Dep. Federal	PT
Cristina Silvestri	38.926	Suplente	Dep. Federal	PPS

Fonte: Elaborado pelo pesquisador segundo dados da Justiça Eleitoral, Guarapuava, 2014

O candidato eleito Bernardo Carli é filho de Fernando Ribas Carli, ex-prefeito de Guarapuava, qual já foi prefeito do município por três vezes, deputado federal e estadual. Seu irmão o ex- deputado estadual, Luiz Fernando Ribas Carli Filho, ficou conhecido nacionalmente por dirigir alcoolizado e matar dois jovens em um acidente de carro na cidade de Curitiba, enquanto era deputado no ano de 2009.

Artagão de Mattos Leão foi novamente reeleito como Deputado Estadual, com o maior número de votos 78.594, atualmente é presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR).

Atualmente a cidade possui 167.463 habitantes, segundo o censo de 2010 do IBGE. Ocupa a 82ª posição no ranking de IDH do Paraná, com IDH médio de 0,773%, tem alta taxa de pobreza de 24,85% e a população tem rendimentos menores que um salário mínimo. Sua economia é baseada na agropecuária e no comércio.

Historicamente Guarapuava tem a centralidade de sua economia no setor primário, com tudo o que isso historicamente significa na história brasileira: exclusão, superexploração dos trabalhadores, concentração de renda e suas consequências políticas como o coronelismo ou mandonismo, o conservadorismo, o fenômeno das compras de votos, os direitos sociais como privilégios e como produtos da ação “magnânima” dos que estão no poder, além, claro, das consequências culturais e na sociabilidade, que se espalham

para todos os setores da sociedade e, especialmente, toma conta do senso comum das pessoas. (MELO, 2013).

A renda per capita média de Guarapuava cresceu 90,13% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 394,52 em 1991 para R\$ 583,96 em 2000 e R\$ 750,09 em 2010, o demonstra uma evolução significativa dos dados de renda nas duas últimas, claro que ainda exige-se uma preocupação, pois apesar desse dado ter evoluído de maneira considerável, ainda há o percentual de 2% de famílias que ainda estão na extrema pobreza, e este dado nunca poderá nos confortar, mas em relação a 1991 a evolução é considerável.

Outro dado preocupante levantado por trata da questão da pobreza, ainda temos na cidade, segundo este levantamento, 10,09% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza (estes eram 17,46%) em 2000. Em uma população estimada em 167.328 habitantes, 10,09% significa nada menos que 1.688 pessoas aproximadamente, apenas nesta faixa etária, em condições de vulnerabilidade social, sem estudo ou trabalho. Melo (2013).

Guarapuava é uma cidade pobre, em que a renda de 70,23% dos trabalhadores ocupados é de, no máximo, dois salários mínimos, e 17,77% ganham até um salário mínimo. Já vimos que mais de 70% das pessoas adultas empregadas ganham até dois salários mínimos. Mas outro dado referente ao grau de escolaridade da população impressiona 60,84% das pessoas empregadas possuem apenas o ensino fundamental completo, e apenas 42,37% o ensino médio completo.

Os dados da escolarização na cidade de Guarapuava são dos mais preocupantes, ainda que houve uma melhora sensível nas últimas décadas, apenas 51,92% dos adultos da cidade possuem o ensino fundamental completo (em 1991 eram apenas 24,92%), um dado alarmante para uma cidade que projeta um futuro com mais desenvolvimento econômico e social, isso porque demonstra, em primeiro lugar, uma exclusão absoluta e relativa, e, por outro lado, demonstra que para chegar até aqui, da forma como se desenvolveu a cidade, não foi preciso incluir grande parte da população no que diz respeito à escolaridade de forma excludente e conservadora, já que não necessita de uma população escolarizada e, claro, politicamente avançada e

consciente. As oligarquias agradecem aquilo que, na verdade, é produto seu também. (MELO, 2013).

Segundo os dados apresentados anteriormente sobre o município cidade de Guarapuava, percebemos que está não se diferencia do modelo sociedade brasileira, bem como das cidades dos países subdesenvolvidos, como sendo pobre, excludente, com poucas oportunidades sobre tudo de escolarização e trabalho principalmente para os seus jovens.

O grande nó excludente da educação se dá no ensino médio, ou seja, na formação da mão-de-obra mais qualificada e produtiva, na formação dos jovens para o ensino superior e, portanto, para carreiras mais avançadas ou percursos profissionais melhor remunerados e avaliados positivamente pela sociedade. Temos apenas 44,49% de jovens entre 18 e 20 anos com o ensino médio completo, o que é uma demonstração clara do projeto para a juventude que foi produzido ao longo dos anos, mesmo que este número hoje seja muito menor que os 11,74% de 1991 e dos 26,21 de 2000. Parece haver um verdadeiro extermínio do futuro da nossa juventude: sem emprego bem remunerado, sem escolaridade elevada, o que podemos esperar do futuro? E, outra perspectiva: se a cidade até hoje não dependeu do nível de escolaridade para manter-se como está, e se claramente esta forma de desenvolvimento tem mantido uma certa elite no poder, como podemos esperar que esta mesma elite, no que tange aos esforços municipais, irá modificar a forma de lidar com a população mais pobre?

Outro dado para confirmar este massacre contra a população jovem e pobre: apenas 59,86% dos jovens entre 15 e 17 anos possui o ensino fundamental completo. A questão é que o atraso educacional da juventude pobre, e é desta que se trata sem dúvida, não poderá ser recuperado por esta mesma geração, e a forma como vemos demonstrada nos números e a capacidade do sistema de se reproduzir tal e qual, não nos revela ou não nos deve dar otimismo de que as próximas gerações poderão superar este fosso de desigualdade. Voltando a uma questão levantada já em 1844 por Karl Marx, no seu texto “A questão judaica”, parece evidente que para as elites a manutenção do sistema de status de Guarapuava não precisa ser modificado para que estas elites sem mantenham ricas, e, assim, há de se desconfiar que é por

meio da política oficial destas elites que ocorrerá qualquer transformação radical nos rumos da sociedade, local, nacional ou global.

Como forma de conclusão das reflexões acima levantadas, podemos dizer que existe em Guarapuava uma situação de degradação da força de trabalho que parece um fenômeno importante e que, na verdade, é um resultado direto e indireto da forma social de uma cidade tradicionalmente marcada pela desigualdade social e pela relação política e social patrimonialista, em que uma elite se apodera das melhores oportunidades sociais, superexplorando os trabalhadores com baixos salários.

4 TRAJETÓRIAS DE EXCLUSÃO: ANÁLISE DOS SUJEITOS ASSISTIDOS NO PATRONATO MUNICIPAL DE GUARAPUAVA

Neste último capítulo, apresentaremos as análises dos dados coletados a partir das entrevistas para a realização deste estudo. Objetivamos analisar e compreender o percurso escolar, o cometimento do delito e a trajetória de vida de quinze assistidos pelo Programa Patronato Municipal de Guarapuava, bem como de que maneiras esses momentos históricos se relacionam.

Buscou-se identificar e analisar os principais motivos que contribuíram para que esses sujeitos cometessem algum delito, e de que maneira a questão da educação se caracteriza na trajetória de vida de cada sujeito.

4.1 TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS PAIS DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Ao investigarmos a trajetória escolar dos pais dos assistidos pelo Programa Patronato, observamos que seus pais já foram excluídos da escola, todos possuem pouca ou nenhuma escolarização com grande número de analfabetos, conforme os dados abaixo:

TABELA 3 - GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PAIS DOS ASSISTIDOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

	Analfabeto	Ens. Fund. Incompleto	Ens. Fund. Completo	Ens. Méd. Incompleto	Não soube responder
Pai	3	10	1	-	1
Mãe	4	19	1	-	-

FONTE: Dados coletados na entrevista aplicada aos participante da pesquisa. Guarapuava, 2013.

Verificamos que 26% das mães e 20% dos pais são analfabetos, e que 66% dos pais, segundo as respostas concedidas, possuem o ensino fundamental incompleto, e somente cursaram os primeiros anos dessa modalidade de ensino o que os caracteriza como analfabetos funcionais conforme podemos identificar na fala de João¹⁸: *“Eu parei na quinta série, se pedirem para eu fazer um texto eu posso até fazer, mas vai sair com muita*

¹⁸ Para que assegurarmos o sigilo dos participantes da pesquisa, adotamos pseudônimo para que os verdadeiros nomes não sejam identificados.

coisa errada né, até no celular se eu mandar uma mensagem muitas vezes você já né faz letra errada ali.”

Em seu relato, João reconhece a fragilidade de sua formação escolar, mesmo estudando até quinta série ele diz que não consegue produzir um texto com segurança devido aos erros ortográficos e de vocabulários. Apesar de não termos perquirido nas entrevistas os motivos da incompletude da escolarização dos pais, esse processo de exclusão escolar preocupa quando verificamos que ele persiste, visto que seus filhos, os participantes da pesquisa não apresentam uma escolarização muito diferente de seus pais.

Para entender quais fatores influenciaram para que esses adultos de hoje não tivessem acesso à escola no passado e porque esse processo persiste no presente, perpassando gerações esse processo, analisaremos o perfil dos quinze participantes da pesquisa.

4.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Para participar da pesquisa convidamos quinze assistidos que haviam cometido Crimes Contra o Patrimônio, na modalidade de Furto (Art. 155 e 157 do Código Penal), e também assistidos que haviam cometido crimes relacionados à Lei de Drogas (Lei n.11.343/2006), enquadrados no seu Art.33, como usuário, e nos Art. 34 e 35, como venda e associação ao tráfico. Não foi possível entrevistar nenhum assistido que estivesse respondendo pelo art. 171, pelo fato desses delitos estarem relacionados com a obtenção e vantagens financeiras¹⁹.

Do total dos participantes da pesquisa, três assistidos respondem pelo Art. 155, quatro pelo art. 157 do Código Penal, três pelo Art. 33 da Lei 11.343/2006, sendo três que respondem pelos artigos Art. 34 e 35.

Em relação à faixa etária, seis assistidos apresentaram idade inferior a 30 anos de idade, cinco com a idade entre 30 e 35 anos, três com idade entre 35 a 40 anos e somente um com 41 anos de idade.

¹⁹ Havíamos selecionado esse artigo (171) pelo fato de que o crime de estelionato tem como causa exclusivamente a vantagem financeira. No cadastro do Programa em dezembro de 2013, constava 12 assistidos que respondem por esse delito. Porém, nos dias que estivemos no Programa realizando a entrevista não compareceu nenhum participante que respondesse por esse delito. Realizou-se contato telefônico com três assistidos, agendamos a entrevista, mas ninguém compareceu no dia marcado.

É importante ressaltarmos que sete assistidos passaram pela PIG e CRAG e tiveram a oportunidade de estudar no sistema. Porém, oito assistidos que permaneceram presos somente na 14^a SDP não estudaram, pois ela não oferece a oportunidade de estudos para seus presos. Embora esta se dedique a guardar provisoriamente os presos, na realidade isso não ocorre, e a cadeia pública acaba por se tornar um local em que muitos sujeitos presos permanecem até receberem o benefício para cumprir sua pena em Regime Aberto, com a alegação de não haver vagas suficiente na Centro de Regime Semi-Aberto de Guarapuava - PIG e CRAG.

Todos os participantes da pesquisa passaram pelo regime fechado. Quatro permaneceram presos por um período inferior a um ano e dois assistidos permaneceram presos entre dois anos e um mês a três anos, somente na 14^a SDP de Guarapuava.

A maioria dos entrevistados cumpriram pena em regime fechado por período superior a três anos, totalizando sete, que desse total, cinco passaram pela PIG e dois permaneceram somente na 14^a SDP. Todos os participantes da pesquisa cumpriram pena no Regime Fechado até receberem o benefício do Regime Aberto para continuarem a cumprir suas penas em liberdade, acompanhados e fiscalizadas pelo Programa Patronato Municipal de Guarapuava.

Quando levantados os dados referentes aos benefícios sociais recebidos ou não por eles ou algum familiar, constatamos que apenas três assistidos informaram não receber nenhum benefício assistencial, e onze declararam ser beneficiários: três informaram receber o Benefício de Prestação Continuada - BPC²⁰, seis recebem a Bolsa Família e dois recebem aposentadoria.

Referente à composição familiar dos participantes da pesquisa, constatamos que uma assistida declarou morar somente com uma filha, dois assistidos residem com três pessoas, oito apenas tem sua família composta

²⁰ Benefício de Prestação Continuada: “É um benefício assistencial. O benefício de assistência social será prestado, a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme prevê o art. 203, inciso V da Constituição Federal. A regulamentação deste benefício se deu pela Lei 8.742/93, conhecida como Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e do Decreto 1.744/95, os quais estabelecem os seguintes requisitos para concessão: a) Ser portador de deficiência ou ter idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos para o idoso não-deficiente; b) Renda familiar mensal (per capita) inferior a 1/4 do salário mínimo; c) Não estar vinculado a nenhum regime de previdência social; d) Não receber benefício de espécie alguma, salvo o de assistência médica; e) Comprovar não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família”.

por quatro pessoas, dois assistidos com composição de cinco pessoas e dois assistidos que residem com seis pessoas.

Mesmo as famílias sendo numerosas, quando questionados sobre a questão salarial e renda familiar, obtivemos o seguinte perfil: um assistido que trabalha como operador ecológico, e relatou ter sua renda mensal inferior a um salário mínimo. Doze declararam receber salários entre um e dois mínimos e somente dois declararam ter salários superiores a dois salários mínimos; apenas um participante declarou renda familiar superior a dois salários mínimos, mas este nos informou que reside com dois irmãos deficientes e que ambos recebem o BPC, e ele, por sua vez, trabalha em uma fábrica e recebe o valor de quinhentos reais, inferior ao salário mínimo e sem registro em carteira.

Quanto à profissão desses sujeitos apenas constatamos que doze trabalham com serviços gerais, ou seja, executam “o que aparecê”²¹, exercem profissões como operador ecológico, zeladora, entregador de gás, trabalhador rural, construção civil (pedreiro e carpinteiro), para as quais não se exige uma qualificação especializada. Com um pouco mais de qualificação encontramos somente um tratorista, um soldador e um assistido que exercia a profissão de professor até ser preso, o único que possui o ensino superior.

A situação empregatícia dos entrevistados demonstra que cinco assistidos trabalham com registro em carteira, sete como autônomos e dois se encontravam desempregados no momento da entrevista.

A partir da análise do perfil dos entrevistados, constatamos que essa parcela da população atendida compõe um quadro social com baixa renda, o que justifica o fato de 80% dos entrevistados receberem algum benefício assistencial. Também é comum entre eles pouca escolarização e profissionalização. Essa amostragem resultante das entrevistas compõe os dados já apresentados no capítulo anterior do perfil geral dos participantes do programa em Guarapuava.

²¹ Essa expressão apareceu várias vezes durante as entrevistas. Mesmo declarando uma profissão eles completavam que trabalham “no quê aparecê”, referindo-se a serviços gerais.

4.3 REINCIDÊNCIA CRIMINAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Constatamos que cinco participantes da pesquisa foram condenados por mais de um crime, o que caracteriza a reincidência criminal²². Segundo reportagem publicada no dia 17 de setembro de 2011, no jornal Gazeta do Povo, referente à reincidência Criminal no estado do Paraná, constata-se que:

Estimativas de especialistas indicam que a taxa de reincidência criminal brasileira beira os 70%. No Paraná a pesquisa organizada pela SEJU aponta que 30% dos presos do sistema penitenciário voltam a cometer crimes (GAZETA DO POVO, 2011, p.1).

Ao analisar os dados das entrevistas, verificou-se que o índice de reincidência entre os entrevistados foi de 33%, o que reafirma os dados citados de reincidência no estado do Paraná. Quando se questionou os motivos que contribuíram para que eles reincidissem, obtivemos as seguintes justificativas:

Depois que eu saí, eu parei um pouco de trabalhar. Daí caí no caminho das drogas, aos 15 anos comecei a fumar maconha e daí depois disso já fui fazer coisas que não prestava. Eu fui preso mais de uma vez. Foi uma vez que foi pelo furto e depois por um porte de arma. A primeira vez eu fiquei 30 dias, a segunda vez fiquei 22 dias e agora fiquei mais 30 dias, porque, eu não cumpri a pena que tinha que cumprir de dois anos de serviços comunitários. Daí por isso soltaram esse mandato de prisão para mim. (VERCI)

Verci ainda era menor de idade, tinha 15 anos, quando começou a furtar em função do vício em drogas. Além de responder por furto, ele contou que foi preso por porte ilegal de arma, por estar com um revólver.

Para Silvio, seu primeiro delito foi motivado por vingança. Pelo fato de quando menino, ter presenciado o assassinato de seu pai e ter jurado para ele que se vingaria. Ainda era menor quando matou o assassino de seu pai. Sobre seus delitos ele relata:

O homicídio [primeiro delito cometido] foi por vingança né, a pessoa matou meu pai. E daí esses outros [furto] foi aí por má companhia mesmo. Daí eu me envolvi com gente errada e fui. E eu não precisava na época. Eu estava morando aqui e tava trabalhando com pinus [cortando árvore de espécie *pinus Elliotti*] ali perto do Jordão [bairro do município de Guarapuava]. Daí por companhia má mesmo, graças a Deus eu nunca fui disso. Eu me enturmei com pessoas erradas e foi um furto só, daí eu já fui preso também e graças a Deus que não aconteceu mais coisas. (SILVIO)

²² Segundo o Art. 63 do Código Penal – considera-se reincidência criminal quando o agente comete novo crime depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou estrangeiro o tenha condenado por crime anterior.

Diferentemente do Verci, o qual informou que o vício pelas drogas o motivou a cometer os crimes, Silvio relatou nunca ter usado drogas. Inclusive quando cometeu os delitos de furto estava trabalhando no corte de plantação de *pinus elliotti*, e afirma que realizou os assaltos influenciados pelos seus “amigos” da época. O que chama a atenção é o fato dele dizer “dou graças a Deus” de ter sido preso, o que impediu que ele voltasse a cometer novos delitos, pois ele afirmou que depois de ter sido preso, “aprendeu a lição”, e não cometeu mais nenhum delito.

Raquel relatou que saiu muito cedo de casa, com 14 anos de idade, para trabalhar como doméstica, pois seus pais não tinham condições financeiras suficientes para suprir as necessidades básicas da família e ela precisava trabalhar para ajudar em casa. Ela conclui que:

Com quinze anos engravidei, com dezesseis anos já fui mãe e daí aquela situação. Fui trabalhar de volta em Curitiba. Daí vinha e voltava, daí parei, daí comecei a fazer muitas coisas erradas. Comecei a roubar, sabe, um monte de coisas, daí fui para cadeias várias veis, e fiquei um monte de tempo presa. (RAQUEL).

Ela relatou ainda que roubava em estabelecimentos comerciais como mercados e lojas objetos de uso pessoal para ela e para sua filha, e que quando foi presa estava gestante pela segunda vez. Relatou que foi “bem difícil”, pelo fato da filha necessitar passar vários dias na UTI e ela ter que voltar para a prisão. Porém, depois desse episódio, ela passou a cumprir sua pena em liberdade e relata que atualmente:

Eu estou conseguindo fica só sossegadinha porque daí eu tenho que cuidar mais dela [a filha tem paralisia cerebral]. Comecei a por na cabeça mais de cuidar delas né e ter um salário dela [a filha recebe o BPC] que ajuda bastante e daí para não ficar sem ter um dinheirinho a mais eu pego umas roupinhas para vender. (RAQUEL).

Como sua filha é doente e necessita de cuidados especiais, ela não trabalha fora de casa para poder cuidar da criança, e disse que atualmente vende roupas como autônoma e recebe em média o valor de R\$300,00 mensais.

Fabiano relatou que também iniciou cedo na criminalidade, quando tinha onze anos. Afirmou que o uso de drogas foi um dos fatores contribuintes, dentre a outros, como a questão familiar, pois a mãe precisava trabalhar e

deixou-o sob os cuidados dos avós desde bebê, e, em seguida, houve a morte da avó e a violência e o vício do álcool do padrasto, que impossibilitou que ele fosse morar na casa da mãe. Então ele foi parar na rua, conforme seu relato:

Eu morava com a minha avó, dai quando eu tinha 11 anos de idade um carro bateu na minha avó e eu estava junto com ela e ela morreu [...] Daí eu fiquei um pouco com a minha mãe uns 2 a 3 anos e fiquei na rua. Não deu certo por causa do marido da minha mãe. Ele tomava gole sabe [referência ao uso de bebida alcoólica em excesso]. Daí ele batia na minha mãe. Daí ela tinha que sair correndo e fui pra rua. Só que tipo assim, eu trabalhava [Fabiano nesta época catava papelão] e a gente tomava um gole. Daí queria usar outra droga e daí não tinha dinheiro para usar e daí não tinha serviço e nem dinheiro, o que eu ia fazer? Ia roubar. A droga vai muito dinheiro, então é difícil para você. (FABIANO).

Segundo seus relatos, contou que foi preso inúmeras vezes, sempre pelo mesmo delito, Art. 155 do Código Penal, para obtenção de dinheiro com o objetivo de sustentar o seu vício pelo crack, álcool, entre outras drogas.

Mário relatou que também iniciou no mundo do crime com 12 anos de idade. Praticava furtos, pois era viciado em drogas e precisava manter o vício.

Sai cedo de casa. Meu pai só né, carrasco mesmo né. Daí você sai para o mundo. Fui para rua, daí virei pivete de rua. Eu me criei junto com toda essa tropa, aí hoje em dia a maioria está morto. Saíamos para a rua e ficávamos um mês, três meses aprontando. Nessa época a gente ficava na fulia do tiner [Ele e seus amigos eram viciados em cheirar tiner, o que também oferece efeito alucinógeno]. Um dia eu estava saindo daqui, da praça ali e na fatura de um dinheiro e o cara falou: “te dou quinhentos reais naquela moto ali”. Daí eu falei eu levo, não tenha dúvida. Só que na hora de chegar para entregar a moto para o cara, a polícia me pegou [...] Pelo dinheiro fácil, pelo trabalho menos pesado e daí fica tudo mais leviano. (MÁRIO)

Como já apontamos anteriormente, a questão das drogas, seja somente pelo uso, ou seja como atividade informal, ou seja, como atividade continuada dos sujeitos, ou pelo tráfico, está presente na cidade de Guarapuava. Dos cinco assistidos reincidentes entrevistados, três declaram ser usuários de drogas e apontam como justificativa para o ingresso no crime a necessidade financeira exclusiva para manter o vício.

Segundo David Deitch e Igor Koutsenok, citados por Azevedo (2013), as drogas podem ensejar a prática de crimes nas seguintes circunstâncias:

O mecanismo farmacológico estimulante das drogas enseja comportamento violento; 2) algumas drogas geram alucinações, que fazem com que os usuários reajam acreditando estar em uma situação de perigo; 3) vários usuários acabam cometendo crimes para obter dinheiro para comprar a droga e sair da abstinência; 4) a

violência doméstica está fortemente correlacionada com álcool e outras drogas; 5) traficantes, não usuários, matam em virtude das dívidas de que são credores. (AZEVEDO, 2013, s.p).

Constatou-se em nossa realidade que o que predomina é o fato de usuários cometerem delitos para adquirir a droga e manter o vício. Também observou-se a partir dos relatos apresentados, a manifestação de várias facetas da questão social presentes nas famílias dos sujeitos participantes da pesquisa, como a falta de condições financeiras para que os mesmos continuassem na escola, o que os obrigaram a abandonar a escola e adentrar no mercado de trabalho, mesmo de maneira informal, para contribuir com o sustento da família ou para que pudessem adquirir roupas, calçados ou qualquer objeto pessoal.

Analisamos que as medidas neoliberais e o desemprego na década de 1990, cresceu em ritmo acelerado o que passou a ser considerado como um acontecimento conjuntural pelo fato de estar inseridos em uma “longa era de perda de empregos”. Tem-se como consequências a saúde mental do desempregado bem como a vida familiar e conjugal afetada. Segundo estudos realizados, o aumento na taxas de desemprego estão associadas a aumentos de taxas de divórcios, a conexão entre Violência conjugal e desemprego. (PETRAS, 1999).

Outro agravante que gostaríamos de salientar, é o fato do Brasil fazer fronteira com os três maiores países produtores de cocaína no mundo: o Peru, a Bolívia e a Colômbia, e, ainda, fronteira com o Paraguai, considerado o maior produtor de maconha do planeta. Outro dado estratégico em nossa região para o tráfico quase refere à região de fronteira está na extensão com cerca de 16.400 km, e uma costa marítima de 7000 km, que garante ao Paraguai possuir “duas rotas para a entrada de drogas no Paraná. A primeira pela cidade de Guairá e a segunda pela cidade de foz do Iguaçu, utilizando também vias terrestre e aquáticas pelo rio Paraná (PIRES, 2012).

Especificamente no município de Guarapuava, dos crimes que pesquisamos contra o patrimônio, por objetivo da vantagem financeira, muitos o justificaram pela necessidade de sustentar o vício. Os assistidos que somente eram traficantes e não consumidores, justificaram seu delito pela busca pelo dinheiro fácil e rápido, facilitado pela localização privilegiada do município, como já apontava o jornal Gazeta do Povo em 2006: “Depois que a

droga entra no Paraná, a rota mais utilizada pelo tráfico de maconha é a BR-277, no trecho entre Foz do Iguaçu e Guarapuava, destacando-se as cidades de Céu Azul e Cascavel.” (GAZETA DO POVO, 09/03/2006, p. 72).

Os dados apresentados justificam o papel de destaque que a questão das drogas ocupa não somente no município de Guarapuava, como no estado do Paraná. Para o enfrentamento dessa problemática não basta somente criminalizar e prender. A causa implica a prevenção por Políticas Públicas sérias e comprometidas para o enfrentamento da questão das drogas e de suas reais consequências. No entanto, tal como podemos apreender desde a crítica realizada por Marx em seus textos críticos ao Estado, como a Questão Judaica (MARX, 2004), as políticas públicas nunca serão suficientes para superar as mazelas reais do capitalismo. No caso das drogas, ainda mais esta análise tem sentido, já que ela é parte integrante do núcleo deste sistema, sendo uma das mais poderosas “indústrias” do mundo. A pergunta pertinente seria esta: a quem interessaria acabar com o tráfico de drogas?

Na sequência serão analisadas as trajetórias escolares dos participantes da pesquisa, com o intuito de adensar ainda mais o quadro compreensivo da vida destes sujeitos apenados.

4.4 TRAJETÓRIA ESCOLAR DOS ASSISTIDOS EM IDADE REGULAR

Com essa análise buscamos descobrir com que idade cada participante da pesquisa estudou em idade regular. Constatamos que em sua maioria eles abandonaram a escola entre 12 e 14 anos de idade, ainda nos primeiros anos do Ensino Fundamental, situação semelhante à de seus pais apresentada anteriormente. Somente um assistido relatou ter abandonado a escola no segundo ano do Ensino médio, quando estava com 18 anos e porque foi preso, e apenas um assistido concluiu seus estudos inclusive o Ensino Superior, conforme podemos verificar na tabela 4:

TABELA 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO E SÉRIE DOS ASSISTIDOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Médio. Incompleto	Ensino Superior Completo
3º ano	1		
4º ano	3		
5º ano	5		
6º ano	2		
8º ano	2		
Total	13	1	1

FONTE: Dados coletados na entrevista aplicada aos participantes da pesquisa – Guarapuava, 2013.

Verificamos que 60% dos assistidos estudaram no máximo até o quinto ano do Ensino Fundamental, 27% possuem entre seis e oito anos de estudo e somente um assistido concluiu Ensino Superior.

No tocante aos motivos que contribuíram para que eles deixassem a escola ainda em nos primeiros anos do Ensino Fundamental, constatamos que a justificativa está na dificuldade e necessidade de entrarem para o mercado de trabalho, para que pudessem ajudar seus pais ou para poderem comprar alguma mercadoria desejada. Estas foram as principais causas da evasão escolar, conforme podemos verificar nos relatos de Elias, João, José e Raquel:

Eu vim de uma família muito pobre, daí na época meu pai ficou doente, meu pai ficou cinco anos sem poder trabalhar, minha mãe é também era doentia, tem problema de coração, trabalhava para os outros mais tem problema de coração e daí eu parei para mim poder ajudar a trabalhar na casa. (ELIAS)

Estudei para falar bem a verdade até a quinta série. Dai a mãe queria que eu voltasse a estudar, que continuasse estudando. Só que dai eles não podiam me dar roupa e calçado e eu resolvi largar da escola para eu trabalhar. Daí depois eu comecei a trabalhar e larguei mão da escola, parei com quinze anos. (JOÃO)

Trabalho né, tinha vontade de aprender a trabalhar e ter o que era meu né. E que nem diz né, não era sempre que o pai e a mãe podiam dar alguma coisa para a gente, então a gente preferia estudar, para conseguir aos poucos o que eu queria né. Daí comecei a conhecer os serviços e que nem diz, os patrões foram gostando dos serviços, daí o horário foi ficando um pouco mais comprido. Daí então, eu pedi para estudar aqui no CEEBEJA, naquele tempo, daí como eu era de menor eles não me matriculavam ainda, por causa de eu ser de menor. Daí eu já tinha pedido transferência e tudo, já pensando que iria dar certo ali e não deu, então daí para me ajudar e ajudar um pouco meus pais eu preferi parar. (JOSÉ)

Gostava e senti de ter saído, porque se eu tivesse estudo hoje não sofreria tanto e meus pais precisavam que ajudasse. (SÍLVIO)

Observamos que os relatos coincidem, todos os motivos se caracterizam como manifestação das mazelas da questão social, intrínseca à sociedade capitalista. Todos admitem gostar de ir para a escola, porém, devido a necessidade de trabalhar foram obrigados a deixar a escola para trabalhar.

Mesmo deixando a escola ainda nos primeiros anos, é interessante a afirmação dos assistidos de que disseram que gostavam de ir para escola com o índice de 73% dos entrevistados, e que só deixaram de estudar por necessidades, conforme demonstra os relatos a seguir:

Eu gostava mais tive que saí por causa da doença da minha mãe, pra ajuda na casa, pois só morava, eu, a mãe, o pai e minha que era doente. (Elias)

Gostava, mais tinha muita dificuldade, por que igual hoje os filhos e a gente tem tudo e as vezes não quer ir, eu antes não tinha nada, não tinha como eu morava com meus avôs por que eu não fui criado pelo meu pai, então ficava tudo mais difícil, não tinha um *carsado bão*, não tinha mochila para levar o material tinha que levar naqueles pacotes de arroz, então era muito complicado essa situação, então eu tinha que trabalhar para ajudar eles. (JAIR).

Outro fato interessante foi o relato de dois assistidos, que disseram gostar da escola somente até a quinta série. Eli, por exemplo, relatou que não gostava de ir a escola porque tinha dificuldades em matemática depois da quinta série. Já Verci, por sua vez, relatou gostar de ir também na escola somente até a quinta série, sempre tirava notas boas e nunca havia repetido de ano, mas que: “depois da quinta série eu já não gostava mais, e gazeava aula bastante.”

Somente dois assistidos Joaquim e Raquel, declararam que não gostavam de estudar pelos seguintes motivos:

Eu não gostava porque meu pai sempre foi um cara difícil de lidar com ele, então, eu trabalhava para comprar minhas coisas ou eu não tinha as minhas coisas. Eu dei de comer tá bom é assim, se não está bom vá para o mundo você quem sabe, dizia meu pai. Então eu precisava trabalhar né, para poder ajudar em casa também, porque era complicado. (JOAQUIM)

Eu não gostava de ir para escola. Era muito ruim, porque na época a gente não tinha muita roupa e calçado e dai ficavam caçoando da gente e dai eu me sentia mal, não gostava e tinha dificuldade em matemática, sempre fui péssima em matemática e assim mais, os meus pais sempre me incentivaram a estudar. (RAQUEL)

O primeiro relato se justifica pela necessidade do assistido em ajudar financeiramente em casa e pelo fato de seus pais não terem condições financeiras para suprir as necessidades básicas da família, e, com isso, a questão da escola ficou em último plano. Esta questão remete à questão da liberdade e as possibilidades e limites impostos pelas relações sociais para que efetivamente os sujeitos tenham capacidade de escolher entre opções viáveis, segundo uma concepção que leve em conta a qualidade de vida. Na verdade o que se enxerga nos relatos é a verdadeira limitação concreta da capacidade de escolher, e, com isso, os caminhos adotados pelos sujeitos não o são conforme ações planejadas com antecedência, com racionalidade em relação aos fins a que se quer chegar. As limitações concretas reduzem o horizonte das escolhas e levam os sujeitos a abandonarem a escola.

No segundo relato encontramos duas questões centrais. A primeira diz respeito à discriminação na escola, que a assistida relata sofrer pelo fato de não possuir roupas e calçados adequados e a segunda questão refere-se a dificuldades na disciplina de matemática. De toda forma, percebe-se que o fato de existir estes problemas não é central para a evasão da escola, mas sim as dificuldades de fundo material sofridas pela família e a dificuldade de manter um membro desta sem trabalhar. Estas dificuldades perpassam muitos sujeitos aqui investigados.

4.5 COMO OS PAIS VIAM SUA PERMANÊNCIA NA ESCOLA

Quando questionamos sobre como os pais ou responsáveis viam a permanência dos mesmos na escola quando crianças, cinco assistidos declararam que os pais ou responsável não queriam que eles deixassem a escola, porém, não dispunham de condições financeiras para suprir as necessidades de seus filhos na adolescência, e, assim, acabaram deixando a escola para poderem trabalhar e poder ter sua autonomia para comprar as mercadorias que desejassem ou mesmo para auxiliar na renda familiar, conforme os relatos de João e José:

É, eles queriam, mas daí, que nem, eu queria as coisas e eles não podiam me dar, que aquela época era difícil né, a gente sábia que era difícil, daí peguei e larguei mão, eles queriam, mas dai não adianta né

quando a gente não quer né. Mais para falar bem a verdade acho que foi a falta de dinheiro, eu tinha muita vontade de trabalhar, muita vontade mesmo. só que dai eles não podiam me dar roupa e calçado e eu resolvi largar da escola para eu trabalhar, dai depois eu comecei a trabalhar e larguei mão da escola. (João)

Eles chamaram um pouco a atenção, só que ai eu falei, agora não tem eu não vou voltar, estou ganhando bem, estou ajudando você, claro que o estudo mais tarde vai me fazer falta, só que não me dá o que eu quero, então, se a escola não me dá tudo que eu quero tenho que trabalhar então para eu conseguir. (José)

Tanto no primeiro relato quanto no segundo relato, os dois sujeitos deixam claro a importância da escola para eles, porém, ela fica em segundo plano pelo fato de precisarem trabalhar, objetivando suprir suas necessidades básicas ou auxiliar a família. Estes e outros relatos demonstram que a trajetória de vida dos sujeitos apenados pelo sistema esbarram nas dificuldades encontradas no seio familiar, dificuldades estas claramente materiais, inclusive de condições básicas de manutenção adequada da vida cotidiana. Para estas famílias até mesmo a aposta no futuro dos filhos, ao manterem-nos na escola pelo tempo adequado, é impossível ou quase inviável. A manutenção do núcleo familiar exige a contribuição de mais um membro, cujos ingressos podem ser valiosos para a situação imediata, cotidiana. O planejamento familiar, tão propalado, somente pode existir se existirem condições mínimas para poder planejar. É justamente isso que falta na maioria das famílias, pelos relatos apresentados.

Quanto à oposição dos pais em relação à decisão dos filhos em deixar a escola, oito assistidos relataram que seus pais ou responsáveis não se opuseram quando eles deixam a escola, conforme exemplificado nos depoimentos abaixo:

Morava só com meu vó, nem ligou. Na escola tinha briga, muita encrenca com os colegas. Tipo assim, nas matérias eu nunca tirei nota vermelha. (Fabiano)

Achou bom eu ajudar. Foi para trabalhar, ajudar meu pai na roça e nós que trabalhava na roça, ficava assim lidando na roça. (Sílvio)

Fabiano relatou que ele não tirava notas vermelhas, mas que sempre arranjava confusão e brigas na escola e como seu avó era solicitado para comparecer na escola com frequência, nem ligou quando ele deixou a escola.

Sílvio contou que sua família passou por muitas dificuldades e seus pais gostaram quando ele abandonou a escola para poder contribuir com o

orçamento da casa. O fato de oito dos quinze entrevistados, ou seja, a maioria destacar que tiveram apoio de sua base familiar para deixar os estudos é um forte indício de que a educação, como uma atividade cuja resposta encontra-se distante no tempo, é secundarizada pela necessidade imediata das famílias.

Esta questão é de suma importância, por exemplo, na avaliação de programas sociais como o Bolsa Família, que assiste parte dos assistidos do Programa Patronato Guarapuava. As medidas para garantir uma mínima condição para que as crianças permaneçam na escola é fundamental para que estas crianças, com o acúmulo de estudos, possam pleitear socialmente uma melhor colocação, e, com isso, melhorar os índices de qualidade de vida, pessoal, familiar, etc.

Apenas um assistido declarou que parou de estudar na oitava série quando foi preso, e quando saiu em liberdade não conseguiu retomar seus estudos pelo fato de precisava trabalhar.

Outro participante da pesquisa relatou que parou de estudar também com 18 anos para ir para o quartel, e que, devido à doença da mãe, precisou trabalhar e não conseguiu retomar seus estudos.

4.6 A ESCOLA ATUALMENTE

Esse dado realmente impressiona, pois como já vimos anteriormente apesar de apresentarem baixa escolaridade, os entrevistados, unanimemente, reconhecem a escola como fundamental para o desenvolvimento pessoal, principalmente profissional, e atribuem a ela uma condição de “escada” para alcançar melhores condições de vida e trabalho. Dizem acreditar na escola, mas somente um participante da pesquisa declarou que continua estudando, justamente aquele que já possui ensino superior. Ou seja, é uma importante constatação de que as pessoas em condições de vulnerabilidade social, tal como os assistidos entrevistados, vivem uma constante dualidade entre os sonhos que possuem, as vontades de realização, e a capacidade de levar adiante estes planos. Parece claro também que o fato de o único a continuar estudando ser o sujeito que possui ensino superior demonstra que a presença

do capital cultural²³ é importante para a continuidade dos estudos, além, claro, da possibilidade material de estudar.

Os assistidos elegeram a questão do trabalho como empecilho na atualidade que impossibilita o retomar aos seus estudos, vejamos os relatos de Fabiano, Sara e Raquel:

Eu penso em voltar a estudar, só que não sei se vai dar. Eu penso que claro que eu queria terminar meus estudos, queria fazer o segundo grau, por que se eu terminasse o segundo grau [...] se eu tivesse terminado os meus estudos, nossa eu fichava numa firma aí, com qualquer coisa. (FABIANO).

Eu estava estudando ano passado, mas eu parei por causa dos meus filhos e que eu trabalho, meu marido trabalha e não tem com quem deixar os filhos e pagar daí não adianta. (SARA).

Não, porque agora fica muito difícil, para mim voltar a estudar, porque eu tenho as duas meninas comigo a minha pequena e a outra tem problema e precisa muito que eu fique bem perto dela, assim nesses horários eu saio agora, quando e num dia de hoje, que nem para vir aqui se apresentar e levar umas coisas para ela, umas fraudas comprar, então eu saio bem pouco e já volto para a casa, deixo ela só com a minha mãe que é a única que confio mais. (RAQUEL).

De modo geral, a incompatibilidade do trabalho com a escola demonstra, por um lado, que a realização do trabalho nas condições de estranhamento, típicas do capitalismo, não necessitam de alta qualificação da maioria dos trabalhadores, como bem demonstrou Harvey (2008). Por outro lado, demonstra também o caráter degradante do trabalho sob o capitalismo, e especificamente no contexto já analisado de Guarapuava, onde os salários percebidos são baixos com uma jornada extenuante em média. Desta forma, o trabalho, que ontologicamente é formador da própria humanidade, sob o capitalismo ele se generaliza pelo estranhamento, como já afirmou Marx nos *Econômico-Filosóficos* de 1844.

²³ A teoria do Capital Cultural foi desenvolvida por Bourdieu e Passeron, eles consideram o fato dos bens culturais fazerem parte do ambiente familiar exerce um efeito educativo por sua simples existência, e é, sem dúvida, um dos fatores estruturais determinantes para o sucesso escolar, uma vez que o aluno encontra na escola uma continuação do seu meio. Segundo os autor: A noção de capital cultural impôs-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar, ou seja, os benefícios específicos que as crianças das diferentes classes podem obter no mercado escolar, à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classes. (Bourdieu e Passeron, 2007. p.73/74).

4.7 OPINIÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Quando questionamos os participantes sobre suas opiniões referente o seu processo de escolarização, se caso eles tivesse concluídos seu estudos em idade teria feito alguma diferença em suas vidas, quatorze participantes responderam que sim, que acreditam que caso tivessem concluído as etapas escolares teriam mais possibilidades na vida, principalmente no mercado de trabalho, em conseguir um emprego e com registro em carteira. Vejamos alguns relatos:

Tinha. Eu poderia estar num serviço melhor, ter uma profissão melhor, mais adequada né, que assim tem muitas pessoas que vem a gente trabalhar com reciclado, esse desvio sabia, a gente tem que mexer no lixo. (MÁRIO)

Tinha né, eu tinha né talvez me tornado que nem vocês né, ter um emprego bão e tudo ai, talvez não iria estar me lascando, por que estaria num serviço mais leve mais tranquilo, talvez iria ter a minha própria empresa né, o estudo ajuda muito a gente. (JAIR)

Eu acho que sim né, podia ter feito uma faculdade e ter um emprego bom (...) eu pretendo fazer faculdade, que nem a gente conversa direto com meu irmão ele e professor de matemática ele me instrui direto para eu estudar. (JEREMIAS)

Eu acho que ia, porque se pelo menos eu terminasse os estudos eu poderia nem ter me envolvido com drogas, porque eu estaria colocando a cabeça com os estudos, que até no segundo grau eu já iria estar com mais de 15, porque quando eu cai nas drogas eu tava com 15, então eu ia estar na escola ocupando minha cabeça e não ia ter tempo, eu não iria estar na rua, eu acho que tem muito haver isso ai. (VERCI)

Essa última fala ilustra o valor e as expectativas depositadas pelo entrevistado na escola. Verci acredita que “se estivesse estudando não teria tempo para se envolver com drogas e não iria para a rua”. Identificamos claramente como a importância da escola ainda está preservada nas falas.

Somente uma participante da pesquisa Roseli diz acreditar que concluído os estudos não teria feito diferença:

Não, acho que não, porque tá difícil hoje, até veja por um lado, não dizer que para todo mundo acontece, mas eu vejo que tem pessoas que terminam o terceiro e ainda não conseguem um trabalho né. Sendo que tem outras até estão sofrendo de pedreiro, se esforçando um monte para ganhar né, mas isso não justifica. (ROSELI)

Os participantes da pesquisa, demonstraram em seus relatos que confiam na escola e acreditam que ela seja a garantia para uma vida melhor, considerado-a como a porta da frente para a inserção no mercado de trabalho, com garantias de uma boa remuneração. Segundo Patto (2010 *apud* BEISIEGEL,1981), no tocante ao papel da escola no decorrer da história destaca que:

Apesar da extensão da escola às massas populares desfavorecidas, esta escola não sofreu mudanças significativas em suas atribuições na reprodução das desigualdades sociais. No passado, a exclusão atingia os que não ingressavam na escola, hoje, atinge os que nela chegam, operando, portanto, de forma menos transparente. Vejam-se os altos índices de evasão nos primeiros anos de ensino. A extensão de oportunidades escolares e a transformação do sistema formal do ensino, não produziram, de fato, consequências mais significativas da situação de classes da grande maioria dos habitantes. (PATTO, 2010, p. 155).

Patto (2010) analisa a questão do fracasso escolar e da repetência de alunos de pobres nos primeiros anos do Ensino Fundamental, em uma escola periferia, na perspectiva de compreender esse processo. Para sua análise, ela escolheu quatro alunos com histórico de reprovação escolar e com diagnóstico técnicos que considerando alunos com problemas de aprendizagem.

Esses alunos eram estigmatizados pela escola e seus professores pelo fato de morarem na periferia, serem pobres, por seus pais possuírem baixa renda, desestruturados por serem famílias numerosas e com conflitos conjugais, (como se nas famílias de classes mais abastada não houvesse conflitos), isentado as responsabilidades da escola e do professor nesse processo, ao caracterizar os professores dessa escola Patto (2010) destaca:

Destituídas de uma visão da totalidade social da qual exercem sua profissão e portadoras do desprezo social generalizado pelas classes “baixas”, as educadoras se encarregam das primeiras e segundas séries da escola do Jardim dedicando-se diariamente á praticas pedagógicas autoritárias, arbitrárias,e mais comprometido com interesses particulares do que com os interesses da clientela [...] fazem dos moradores do bairro e dos usuários da escola os principais responsáveis pelos resultados insatisfatório que obtém. (PATTO, 2010, p.251)

Porém, a pesquisadora destaca ao fim de sua análise, após realizar um estudo de caso exaustivo, vivenciando e compreendendo o cotidianos dos pesquisados e de seus familiares, bem como da escola frequentada e seus

professores, ela destaca que a causa do insucesso dos alunos pobres e que não conseguem aprender perpassa pela:

Precariedade das condições de trabalho do professor, sua insatisfação profissional e suas lacunas de formação, sua representação negativa da clientela, a inadequação dos processos de ensino e de avaliação da aprendizagem [...] o compromisso das educadoras da escola do Jardim era com os números e não com cada uma das crianças, quer como cidadão com direito a educação, quer como representante de uma classe social expropriada que precisa escolarizar-se. (PATTO, 2010, p.417)

E ainda conclui que a ação desenvolvida na escola pesquisada não é práxi, mas somente a prática, e essa por sua vez, materializada pelo professor diariamente em sua prática, em sala de aula, por meio de uma prática pedagógica irreflexiva, reprodutivista, de um discurso naturalizado do aluno pauperizado.

No passado as crianças não podiam ir à escola, e muitas dessas ausências eram justificadas pela necessidade serem inseridas no mercado de trabalho, para ajudar financeira a manutenção da família. Atualmente, devido às políticas de incentivo como a Bolsa Família, por exemplo, há um controle social mais rígido sobre a frequência dos jovens e adolescentes em idade escolar nas instituições de ensino, fiscalizada por meio da criação de órgão de proteção, como Conselho Tutelar. Porém, a autora destaca que a evasão escolar continua a se manifestar, na atualidade não pela ausência da frequência escolar, mas, nos altos índices de repetências, na má qualidade do ensino público, como consequência da falta de comprometimento e investimento do poder público.

Como pode verificar através relatos dos participantes desta pesquisa,as característica excludente presentes na escola analisada pela autora nos anos 1980, pode ser caracterizada como uma forma de violência. Segundo os dados do relatório de Acesso, Permanência, Aprendizagem e Conclusão da Educação Básica na Idade Certa, produção pela UNICEF em 2012, sobre as crianças e adolescentes fora da escola, quais estão entre 7 a 14 anos de idade é de 2%,que contabiliza o total de “ 534.872 crianças que não têm garantido o seu direito de aprender”. E ainda desse total, “329.571 são negras, o equivalente a 61,6%” do total de crianças fora da escola.

Não podemos deixar de apontar o processo de exclusão sofridos pelos participantes da pesquisa, bem como pelas pessoas em idade escolar, que frequentam escola pública pertencentes à camada mais pobre da população, muitas vezes estereotipada pelos professores, quais se isentam de suas responsabilidades nesse processo. PATTO (2010), reafirma que essa condição é fruto de uma primeira violência, gerada, estimulada e mantida como um aparelho ideológico do Estado em trabalhar em função da manutenção do “Stato quo”, que deveria desenvolver uma função inversa que é a própria instituição escolar.

A seguir analisaremos como ocorreu o processo de cometimento do delito de cada participante da pesquisa, e que maneira processo de escolarização e os processos sociais se configura nesse processo na vida de cada assistido.

4.8. O PROCESSO DE COMETIMENTO DO DELITO

Como já enunciamos ainda na Introdução, escolhemos para participar da pesquisa somente os assistidos que haviam cometido crime contra o patrimônio e que objetivasse a vantagem financeira. A seguir objetiva-se elucidar os motivos que contribuíram para o cometimento do delito dos assistidos participantes.

4.8.1 Motivos que contribuíram para o cometimento do delito

Quando questionamos os assistidos sobre os motivos que contribuíram para o cometimento do delito obtivemos diferentes respostas. Para os assistidos Elias, Mario, José, “a ganância e o dinheiro fácil” foram os principais motivos. Ressaltamos que vivemos em uma sociedade de consumo, fruto do capitalismo exacerbado e recebemos estímulos diariamente para consumir.

O assistido Elias, cometeu crime de roubo e permaneceu fechado por um período de quase nove anos. Segundo seus relatos quando ele cometeu o delito estava trabalhando na mesma fazenda que trabalha atualmente como trabalhador rural. “*Trabalhava com registro na carteira, só que e aquele negócio né as companhias erradas*”, conforme relata:

Eu penso comigo que as vezes a gente para e vê, fazendo uma comparação se a gente ganha 1.000 reais a gente sobrevive se a gente ganhar 10 mil a gente sobrevive tanto faz e eu acho que a ganância as vezes demais arreventa a pessoa, e meu motivo foi isso, por que quis dinheiro de mais e fui e não deu e estraguei 9 anos da minha vida. (ELIAS).

Mário possui sete processos, todos por furto. Ele está com 33 anos de idade, têm duas filhas pequenas, uma com dois e outra com quatro ano de idade e aguarda o nascimento da terceira, visto que sua esposa estava gestante no momento da entrevista. Ele relatou que nunca trabalhou com registro em carteira, e que atualmente trabalha como operador ecológico. Relatou que os motivos que contribuíram para o cometimento dos delitos foram:

Dinheiro fácil, pelo trabalho menos pesado e daí fica tudo mais leviano. Só que agora depois que eu peguei e tive essas crianças ai a vida muda né. (MARIO)

José, com 22 anos, trabalha em uma laminadora, sem registro em carteira e recebe o salário mínimo. Ele foi preso por tráfico de drogas, porém, relatou que traficava, mas que não era usuário. Quando questionamos sobre os valores oriundo do tráfico ele contou que ganhava em média o valor de “R\$ 200 (duzentos) a R\$ 500 (quinhentos) reais por semana”. E a razão que o levou a traficar foi para ganhar dinheiro extra e fácil, que usava para complementar a renda que ele recebia com o trabalho, vejamos sua fala:

Eu tava querendo casar né, aí o salário que eu ganhava era pouco para começar a construir o que eu queria né, dai construí minha própria casa, minha vida [...] Com o dinheiro que conseguia com o tráfico construí minha casa. (JOSÉ).

Fabiano, um jovem de 28 anos de idade, relatou que era usuário de drogas desde os quinze anos de idade. Todos os seus delitos foram furto, e o que o motivava a cometer os delitos era a necessidade de conseguir dinheiro para manter o vício das drogas, conforme seu relato:

Morava com a minha avó [...] daí quando eu tinha 11 anos de idade um carro bateu na minha avó e eu estava junto com ela e ela morreu. Dai eu fiquei um pouco com a minha mãe uns dois a três anos, não deu certo por causa do marido da minha mãe ele tomava gole sabe, daí ele batia na minha mãe, dai ela tinha que sair correndo, ele foi bolas de vezes internado, agora ele parou por que se separou da minha mãe, dai o que aconteceu eu fiquei ali com meu avô e cresci

um pouco e fui pra rua. Dai queria usar outra droga e dai não tinha dinheiro para usar e dai não tinha serviço e nem dinheiro, o que eu ia fazer ia roubar, a droga vai muito dinheiro então e difícil para você. (FABIANO).

Ele ainda relatou que o dinheiro que conseguia com os furtos e assaltos usava na compra de drogas.

Fabício é um caso atípico atendido pelo Programa, segundo seus relatos ele sempre foi usuário de maconha e, conforme explicou, isso nunca o havia sido um problema ou prejudicado à sua vida familiar, social e profissional, visto que ele vive em união estável com filhos, concluiu duas faculdades e trabalhava como professor em dos colégios particulares da cidade. Ele foi preso como traficante por equívoco, segundo seu relato:

Eu era usuário de drogas né, eu fumava maconha e num desses dias que eu estava indo comprar, vamos dizer assim, estava com a pessoa errada, no lugar errado, na hora errada né, eles tinham combinado né, essa pessoa que estava comigo ligo para lá dentro da cadeia para negociarem e querendo ou não eu iria acabar comprando, mas eu não sabia dessa negociação, quando a gente chegou lá né, que cheguei para comprar, a policia estava esperando eles e eu estava junto e por eu ser professor, o que eles fizeram, que eu estava indo comprar drogas para ir vender nos colégios, coisa que realmente eu nunca fiz. (FABRÍCIO)

Esse assistido era usuário e foi pego em flagrante, porém, pelo fato dele ser professor, foi acusado de tráfico e de vender drogas para seus alunos, o que segundo ele nunca aconteceu.

Houve cinco assistidos, totalizando 33%, que declaram ser inocentes. João, inclusive, denuncia o descaso das autoridades policiais em apurar o crime pelo qual foi condenado, porte ilegal de arma e assalto, pois afirma com convicção que não cometeu o delito de assalto.

Para falar a verdade até o dia de hoje eu não conheço bem o centro da cidade, eles me julgaram isso daí, me jogaram nesse crime até o dia de hoje eu estou pagando por algo que eu não fiz, eu não fiz isso daí e eu falei para eles só que não acreditaram, chamaram as vítimas, as vítimas não me reconheceram diz que tinha filmado eu pedi para que mostrassem a filmagem que eles tinham e não apareceu filmagem, no dia que as vitimas foram me reconhecer duas falaram que eu estava com um capuz e outras falaram que eu tava sem capuz deu contra versão das vítimas, e eles não tiveram nem ai, e só meteram a sentença assim em mim e agora até o dia de hoje estou pagando. Bom bem na verdade, armado eu tava né isso não tem, não tem como negar, eu tava armado mesmo, mas não era para

roubar ninguém, era pra me defender porque á tinha levado um tiro.
(JOÃO)²⁴

Outro exemplo foi dado pelo assistido Jair, condenado por tráfico de drogas, que relatou que era motorista de caminhão e que foi contrato para buscar um caminhão e não sabia que a carga era drogas:

Na verdade eu não ia levar, eu sempre trabalhei com caminhão né, uma certa pessoa, um sem vergonha ai me perguntou se eu queria ir buscar esse caminhão em Foz do Iguaçu que estava numa oficina e que era para trazer para cá, que ele tinha comprado. Daí eu falei não eu vou, eu ia ganhar 600 reais para trazer esse caminhão mais vazio né, peguei e fui cheguei tava lá, o caminhão ainda para arrumar os rodo, ar e os freios e o motor do caminhão. Daí ele começou a me enrolar, enrolar fiquei 11 dias no hotel, e ele falou para você não perder a viagem você vai trazer uma carga de farelo para mim, dai eu falei sem problema tava com o meu nome limpo, podia carregar para qualquer firma, e eu vou e carrego a carga de farelo como foi na sexta-feira a tarde e deixei o caminhão para eu viajar no outro dia, que era para ele me dar o dinheiro para eu pagar o pedágio e colocar óleo e nesse intervalo que eu deixei o caminhão e fui para o hotel eles tacaram drogas dentro do caminhão, no meio da carga e dai eu toquei o caminhão e ali em céu azul cai na polícia. (JAIR)

É interessante ressaltar que Jair afirma que, mesmo se soubesse do conteúdo da carga, teria trazido da mesma forma, porém, relata, que cobraria um preço maior e “à vista”, pois segundo ele além de “arrebentar com sua vida”, não recebeu o dinheiro prometido. “Se eu soubesse, eu já ia pegar um dinheiro adiantado e não por um preço desses de 600 reais onde já se viu”, qual nunca chegou a receber.

A assistida Sara relatou que não sabia que o marido era usuário, e que por meio de denúncia a polícia chegou até à sua casa e encontrou 8 pedras de crack, e que ela, mesmo sem saber de nada, foi presa junto com seu marido por tráfico:

²⁴ Segundo os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a população carcerária do Brasil chega a 500 mil presos e desse total 30% deste número é composto de pessoas inocentes, recolhidas de maneira indevida. E os números assustam, pois no Brasil cerca de 150 mil indivíduos que não deveriam estar encarcerados e estão. Dados que justificam inclusive tem uma ong para ajudar as pessoas vítimas inconformismo com a injustiça que ocorre com grande número de pessoas inocentes encarceradas. Assim como a sociedade apresentou modificações estruturais, se modernizou o sistema prisional também precisar ser modernizado e ser revisto. Problemáticas como a forma de abuso de autoridade policial, segundo o jornal Cidade Alerta 4 de junho de 2014 disponível em: <http://pr.ricmais.com.br/cidade-alerta-parana/videos/aumentam-denuncias-contra-policiais-em-curitiba>, denuncia que “cada vez mais policiais militares se envolvem em crimes e abuso de autoridade em Curitiba. Devido aos casos recentes, a população fica cada vez com mais medo das autoridades”.

Ele saía para trabalhar e eu também trabalhava fora, na época quando eu fui presa esse meu bebê estava com 14 dias. Aí pegaram em casa essas oito pedrinhas era só as que tinham, não existiam outras lá. E aí ele (marido) falou para mim que não vendia e que era usuário e que essas aí era para ele usar. (SARA)

Ela nos relatou ainda que ficou presa por quatro anos e seis meses, continua casada com seu esposo, mas, segundo ela, o marido não usa mais drogas, e o assunto da sua prisão, inclusive, ficou silenciado entre os dois, nunca tocaram nesse assunto.

Márcio também relatou ser inocente. Ele foi condenado por furto e permaneceu preso por um ano e quatro meses.

O que aconteceu, na verdade eu tenho uma casa e aluguei essa casa e aluguei para um foragido entendeu e fui pegar o dinheiro do aluguel. Daí fui lá, beleza, daí ele falou: 'me leve ali no posto daqui do lado pegar um marmita', um negócio lá. Quando eu saio dali [ele diz] vira a volta, corra que tem uns caras querendo me matar. Eu olhei para o retrovisor do carro e vi realmente um homem, mas eu ia saber, não sabia que ele era foragido, não sabia nada, e ele falou corra acelere o carro se não os caras vão encher a gente. Daí eu corri acelerei o carro e daí quando eu fui descobrir era que era a polícia na época, daí prendeu nós, eu sem dever nada ali e já ergueu nós na bordoadada e eu falei nossa o que está acontecendo, daí já deu um rolo, daí falaram para um velinho os policiais que estavam lá que eles estavam juntos eu nem sabia de nada que estava acontecendo e bem no finalmente tive que pegar esse BO, por que as polícias que falaram entendeu, por que a gente tava ali preso, algemados naquele ferro e eu não sabia de nada não devia por nada até dentro dos zio, sem saber de nada só que eles estavam atrás dele que era foragido entendeu, só que tinha um assalto que fizeram um assalto que eu não sei quem fez e também não quero saber, tinha um assalto e um velinho tava lá daí a polícia falou que pode falar que eram aqueles dois que estavam juntos, daí deu esse BO, sem eu dever nada, eu falei para a juíza, mas fazer o que né, e o velinho tava de prova dele tudo que ele tava falando como vítima e tudo né. Não tava nesse assalto aí, na verdade eu estava trabalhando né. (MÁRCIO)

Outros dois assistidos, Sílvio e Joaquim, afirmaram que o que contribuiu para o cometimento do delito foi à má companhia. Sílvio relatou que foi condenado pelo crime de homicídio, assalto e furto, e que cumpriu sua pena em regime fechado por um período de dez anos. Vejamos suas justificativas.

O homicídio foi por vingança né! A pessoa matou meu pai [...] eu tava junto no dia que eles mataram o pai E daí esses outros foi aí por má companhia né, não tinha e eu não precisava a na época eu estava morando aqui e tava trabalhando com pino ali perto do Jordão daí por companhia má mesmo, graças a Deus eu nunca fui disso eu me enturmei com pessoas erradas e foi um furto só, daí eu já fui preso também e graças a Deus não aconteceu mais coisas.(SÍLVIO)

Atualmente Sílvio trabalha como tratorista em uma fazenda na zona rural do município de Guarapuava, e recebe o valor de um salário mínimo. No seu relato ainda agradece a Deus por ter sido preso e, não mais cometer outros crimes.

Joaquim foi condenado por furto e ficou preso por um período de dois meses e oito dias. Quando questionado sobre os motivos do cometimento do seu único delito, relatou o seguinte:

Burrice né, mal companhia. Na verdade a gente entrou na casa, para fazer coisa [...] tinha umas meninas com a gente e tal e a gente entrou na casa, porque a casa até por sinal estava aberta a gente entrou na casa e logo em seguida a gente ia sair. Nisso, uns senhores muito bem educados né, começaram a arrastar umas mercadorias, meus colegas só gente boa! (risos). Daí quando eu dei por mim, eu não tinha visto, a polícia estava na frente, eu saí com a minha ficante que seja e aí e daí foi todo mundo preso. (JOAQUIM)

Somente Raquel declarou que cometeu o delito por que estava passando por dificuldades financeiras. Ela foi presa por furto e permaneceu por um período de uma ano e oito meses no regime fechado, sobre os motivos ela justifica:

Um pouco eu precisava sim. Trabalhava, mas daí abandonei e fui nessa vida e só me prejudiquei. Eu fiz mais por precisando e por outro lado pensando agora melhor eu vejo que não tinha nada haver, assim como eu poderia conseguir de outra forma e depois agora se fosse para eu fazer, eu não faria mais, sabe, porque agora eu olho pelas minhas filhas e penso assim não compensa, não vale apenas a gente ficar lá sofrendo e sentindo saudade da família e de tudo, principalmente das crianças, principalmente dos filhos da gente, então não né. Foi loucura da mesma forma que eu estou vivendo hoje eu podia conseguir também, mas só que na que lá época, eu não pensava assim, né. (Raquel)

Porém hoje ela reconhece que o fato de estar passando por dificuldade financeira não justifica o cometimento do delito. Atualmente ela mora com a mãe para não pagar o aluguel e com sua duas filhas. Recebem o BPC, pois uma filha é doente e trabalha como vendedora autônoma com uma renda mensal em média de R\$ 300 (trezentos) reais.

4.8.2 Arrependimento do cometimento do delito

Questionou-se os participantes da pesquisa se eles hoje ao analisar o delito cometido haviam se arrependidos, e todos, com exceção somente dos

três assistidos que afirmam sua inocência, disseram ter se arrependido de cometer os delitos. Vejamos algumas justificativas:

Com certeza, eu me arrependo por causa da minha mãe, que ficou mais doente por causa de eu ter ido preso, me arrependo por que perdi muitas coisas que na época eu tinha. Na época que eu caí e vim trabalhar nessa empresa que eu estou hoje em dia, eu tinha uma casa que era minha mesma, tinha moto, tinha mobília de casa, tudo coisa bom, hoje em dia estou começando, estou comprando de vagar, mas como se diz nos bens materiais a gente não pode pensar, a gente tem que pensar na gente, perdi tudo mais o que mais me arrependo mesmo e ter perdido os nove anos que perdi. (ELIAS)

Com certeza, eu podia ter arrumado um emprego, tá trabalhando junto com a minha namorada né. (JEREMIAS)

Me arrependo vixi! Que nem hoje eu trabalho e ganho meu dinheiro e não preciso estar gastando com drogas. (VERCI)

Observa-se nas falas que todos se referem à questão do trabalho, se “tivesse arrumado um emprego”, afirmando que “hoje em dia eu trabalho”, novamente trazendo para si a culpa de não terem se inserido no mercado de trabalho de maneira naturalizada.

Fabricio, um dos assistidos que relatou ser inocente pelo crime que foi condenado, relatou que somente se arrepende de estar no lugar errado com a pessoas errada, o que acarretou-lhe três anos e meio preso em regime fechado, o desemprego dos colégios que trabalhava e o estigma de traficante que o impossibilita exercer sua profissão de formação.

José relata que se arrepende de ter cometido o delito de tráfico de drogas, pelo fato de ter ficado preso por dois anos e quatro meses. Porém, pelo fato de ter conseguido fazer um curso de mecânico de automóveis na prisão, um curso que ele desejava fazer e não tinha condições de arcar com os custos, diz ter valido a pena:

Olha, de um lado eu me arrependo de outro lado já não me arrependo muito. O lado que me arrependo e de que está acabando comigo mesmo, 2 anos e 4 meses e tempo perdido né, já era um tempo que eu poderia estar, com a minha casa montada, com a minha vida montada. E aí foi o tempo que eu perdi né, daí do outro lado não me arrependo, porque um curso que meu pai não pode me dar, que nem dizem a cadeia me deu, então, desse lado eu já não me arrependo. Fiz curso de mecânica de automotiva. (José)

Apesar de José atualmente estar trabalhando como produtor de briquete (madeira para churrasqueira), na mesma empresa que seu pai sempre

trabalhou, ainda sonha em conseguir um trabalho na área de mecânica de automotiva.

4.9 A QUESTÃO ESCOLAR E O COMETIMENTO O DELITO

Um de nossos objetivos dessa pesquisa centrou-se em entender de que maneira a escolarização se configura na vida dos assistidos, e quais os fatores contribuem para o cometimento do delito. Em 54% das respostas aparece a crença de que a questão da educação é um fator relevante.

Sim, porque o povo não entra nessa vida por que eles querem, porque sempre precisa eu convivi no meio de 43 mulheres lá (na 14ª SBP) e todas eram a mesma coisa, só entraram lá por que o ex marido se envolveu com isso, porque não conseguia trabalho e como que iria se sustentar. Eu acho que sim. (SARA)

Sim, totalmente até, porque eles falaram aqui para mim: Professor, não adiantou você estudar e você está preso igual nós, foi uma coisa que eu sempre ouvi de alguns que não conseguiam entender né, mas eu falei: tudo bem eu estou preso aqui, porque eu sou um drogado [...] Mais tem relação sim, porque a pessoa, ela não tem muita perspectiva né, porque assim o que eu vivi foi uma experiência terrível para mim, mas foi uma experiência antropológica eu consegui ver assim cara, pelo menos eu tentei ver isso sabe. Primeiro tem a questão financeira, porque você vê o cara tá vendendo pedra, sempre foi pobre não tinha as mesmas coisas que queria quando criança uma bola, uma bicicleta com alguns problemas familiares, daí viu o colega vendendo umas pedrinhas e comprou um tênis bonitinho, comprando uma roupinha bonitinha, então vou fazer também, porque eu já não fui para escola eu já não gostava da escola, muitos falaram isso que não gostavam de ir para escola, achavam que era bobeira, que não conseguia que tinha aquela barreira psicológica, que se acha sempre que foi burro, nunca fui bem na escola, então era mais fácil vender cinco seis pedras aqui e ter meu dinheiro para comprar meu tênis bonitinho, porque daí as meninas vão me ver os meus outros amigos vão ver que eu estou mais bonitinho e tal, então eles não tinham essa preocupação de estudar, porque estudar era uma realidade muito longe uma coisa inatingível, não fazia parte da realidade deles sabe. Eu acho que até tem por que quando a pessoa sempre viveu na vila. Quando passava alguma coisa na TV relativo a ciência que eles tinham dúvidas eles sempre vinham me perguntar até tinham uma curiosidade, mas para eles era uma outra realidade totalmente distante e a maioria não dava importância se sabia ler ótimo se não sabia tudo bem. (FABRÍCIO)

Eu acho que se o governo desse estudo, desse oportunidade para o cidadão eu acho que nem existia cadeia entendeu, por que e complicado né, por que tem muita gente que está lá, e não deve nada, entendeu que nem no meu caso eu cai sem dever nada, o meu irmão que eles prenderam junto foi absolvido. (MÁRCIO)

Sara, ao analisar a sua situação e de suas colegas de cela, na época em que ficou presa, afirma categoricamente que as mulheres não estavam presas por opção, mas por que necessitavam sustentar seus filhos.

Fabrcio, que permaneceu preso em regime fechado por um período de três anos e meio, relatou que observou em seus colegas presos, na maioria muitos jovens, com pouca escolarização, diziam se acharem “burros”. Estes oriundo de famílias com poucas condições financeiras, estimulados pela mídia desejam ter acesso a bens de consumo, acabaram procurando um meio rápido e fácil para conseguirem dinheiro por meio do tráfico. Nesta fala constatou-se a busca do pertencimento social, a qual segundo SOUZA (2010, p.4):

Se traduz de forma visível, em sentidos e motivações diversos dos de suas raízes, sustentando a busca de participação em grupos, tribos e comunidades que possibilitem enraizamento e gerem identidade e referência social, ainda que em territórios tão diferentes como os da política, da religião, do entretenimento e da cultura do corpo. Em decorrência disso, essas buscas suscitam a quebra tradicional de fronteiras entre o local e o global, o público e o privado, o comum e o individual e a comunidade e a sociedade, gerando tanto hibridismos quanto novas formas de tensão e de conflito.

E essa busca pelo sentimento de pertencimento foram os motivos segundo relatos do Fabrcio, para que seus colegas presos, quais se sentiam excluído da escola por não possuírem o padrão de consumo da época, acabassem cometendo crime ou atividades ilícitas como roubo e tráfico para se sentirem aceitos.

Marcio foi o único assistido que apontou perceber a ausência do Estado, enquanto provedor de campos de trabalho de políticas para atender as pessoas que estão inclusas desse processo e que necessitam buscar outros meios para sua sobrevivência.

Destacamos nesta fala a necessidade de um defensoria publica atuante no município, visto que este órgão tem a função de Defender os necessitados, que não podem pagar um advogado e que possuam renda de até 3 salários mínimos (por família) ou que não possam bancar custos honorários advocatícios sem prejuízo do sustento familiar. E m Guarapuava segundo o Jornal Diário de Guarapuava, de 10 de outubro de 2014, o município “conta apenas com dois defensores públicos”, enquanto 24 pessoas entre psicólogos, assistente sociais, assessor jurídico e técnicos administrativos, aguardam a

nomeação de um concurso publico especifico realizado no anos de 2012 e que segundo o jornal, mesmo com a validade do concurso findando, não indícios de contratação (DIARIO DE GUARAPUAVA, 2014, P. A6).

O percentual dos assistidos que acreditam que não existe relação entre a escolaridade e o cometimento do delito foi de 33%, vejamos suas justificativas:

Eu acho que não, por que cada cabeça é uma sentença. Se a pessoa vai fazer uma coisa dessa, um delito a pessoa já vai sempre sabendo o que vai fazer, o mercado de trabalho não vai chegar e dizer para a pessoa vá lá e faça, o estudo não vai fazer isso, a pessoa tem que pensar antes, esse ai vai da consciência da pessoa, não tem nada haver, è a consciência da pessoa, se fosse assim os políticos que ganham bilhões de dinheiro não roubariam de nós pobres.(ELIAS)

Não, porque ninguém é obrigado a traficar, ninguém e obrigado a cometer um crime, as vezes ta faltando um serviço ou não; eu estou ganhando pouco, a pessoa vai traficar se ela quiser, em livre e espontânea vontade, ganhar pouco todo mundo vai ganhar, mas sempre vai ter o serviço melhor, então e só procurar um serviço melhor. Não e por falta de escola ou de educação, ou de conselho dos pais ou trabalho, não e isso só vai se a pessoa quiser né. (JOSÉ)

Eu acho que não, porque a partir do momento que você se envolve com uma droga ou alguma coisa errada e porque você não liga mais, porque serviço era para ter né, se você procurar você acha, não e um serviço bom né, pela escolaridade, mas tem eu acho que e uma burrice e lógico que quem estuda vai conseguir coisa melhor né, talvez nem tenha tempo para estar se envolvendo com pessoas erradas. Que nem hoje, se eu sei que você trafica eu não tenho amizade com você, e um oi bom dia, boa tarde e você para La e eu para cá, porque eu sei que você já e queimado pela polícia e eu vou estar junto, a polícia vai te levar e vai me levar junto, porque eu já tenho passagem e eles não querem saber se eu estou certo ou se estou errada, a lei não favorece ninguém, pegou alí eles amontou todos e não querem saber se você está certo ou não, isso que eles são estudados né, eles não estão nem ai para você e isso e verdade.(ELI)

Em sua justificativa Elias faz uma análise profunda, supondo que a questão da criminalidade é apenas uma decisão pessoal independente da situação econômicas das pessoas, e exemplifica com os políticos.

José apresenta um fala naturalizada de que existe sim trabalho para todos, e que pelo fato das pessoas possuírem pouca escolarização, consequentemente terão baixos trabalhos. E que as pessoas só comete um delito por que elas querem independente de outros fatores sociais, econômicos, entre outros.

Eli também acredita que quando as pessoas cometem algum delito é por pura vontade, escolha própria, como se fosse uma opção, pois em sua

visão existe trabalho para todos e as pessoas que trabalham não tem tempo para cometer delito ou qualquer coisa ruim.

Obeve-se o percentual de 13% dos assistidos que declararam acreditar acreditam que a questão de escolaridade e trabalho influencia sim, mas não de maneira determinante, vejamos suas afirmações:

Eu acho que é meio a meio aí. Um pouco é falta de um emprego né, e um pouco e a falta de estudo, porque se você tem um estudo bom você consegue um emprego bom, você vive ai só batendo marreta em ferro frio. Então eu acho se eu tivesse a condição de ter um estudo, para a pessoa primeiro é um jeito. O que leva a pessoa a fazer os delitos as vezes e a falta de dinheiro, pela necessidade para muitos né, mas só que tem muitos que Deus me perdoe a palavra, já nasce com esse dom de roubar, de matar, de traficar dai uma pessoa assim não muda, porque exemplo isso aqui e uma escola por aonde eu passei, para mim foi uma escola e eu não quero mais isso na minha vida [...] só que muitos não querem trabalhar, quer o dinheiro fácil tudo mais e acaba dando essas cagadas ai, esses erros na vida.(Jair)

Existe sim, porque olha, você não me conhece, então para me julgar seria muito mais fácil a realidade e essa, mas eu acho que e muito mais fácil um vagabundo, usando esse termo pejorativo já cometendo um delito e jogando desculpa eu não consigo trabalho então vou roubar né, eu acho que e muito mais fácil e também a falta de escolaridade, eu acho que isso influencia um pouco não 100%, mas influencia um pouco, porque se o cara quiser ele rouba até com caneta, vamos falar de Brasília que lascou tudo, então eu acho que influencia sim bastante né. (Joaquim)

Jair considera que “meio a meio”, pois, para algumas pessoas a falta de escola contribui para que ela não consiga inserir-se no mercado de trabalho e acabe procurando outras formas para se manter, uma outra via, a da criminalidade. Porém, Jair acredita que algumas pessoas já “nascem com esse dom para roubar”, justificando e exemplificando sua opinião com o exemplo dos políticos corruptos do nosso país, quais possuem escolaridade, empregos com vantajosos salários e mesmo diante dessas condições se apropriam de dinheiro, verbas públicas, mesmo sabendo que prejudicará milhares de cidadãos brasileiros que dependem de proteção e políticas básica do poder público como Educação, Saúde, entre outros setores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo buscamos compreender quais foram às condições materiais vivenciadas pelos indivíduos assistidos pelo Programa Patronato Municipal da cidade de Guarapuava-Pr, em uma análise sobre a estória de vida de 15 assistidos, abarcando aspectos relacionados à configuração da trajetória de vida e do processo escolar, da inserção dos mesmos no mercado de trabalho e no cometimento do delito.

Entendemos que é por meio da análise da história, buscando compreender o movimento do mundo, dentro das classes e das relações sociais de forma dialética, partindo dos princípios de que não existe neste mundo nada ou nenhum fenômeno isolado, nada que seja social que se encontra em repouso, mas que tudo está em movimento. Não há verdade absoluta, mas sim necessidade de produzir conhecimentos e aproximações para que se chegue à totalidade de um fenômeno. Para tanto, consideramos a categoria mediação como importante caminho metodológico de análise utilizado nesta para que pudéssemos compreender e explicar as particularidades históricas de cada envolvido, concatenando com a universalidade para uma compreensão da totalidade, esta composta pelas mediações e suas articulações.

Apreendemos que o percurso escolar e o processo de cometimento do delito, são importantes mediações para a compreensão da vida dos egressos do sistema penitenciário e do processo que levou cada um à prática do delito. Entendemos que o processo de escolarização contribui também para a transformação do indivíduo, proporcionando maior capacidade de raciocínio, maiores possibilidades de trabalho, porém, pelo fato de vivermos um contexto estrutural não é uma garantia de emprego.

Nesta análise identificaou-se um histórico de exclusão escolar familiar sofrido pelos assistidos pelo Programa que perpassa gerações. Os pais, em sua maioria analfabetos ou com baixa escolarização, já sofreram um processo de exclusão que persiste na trajetória de seus filhos. Oliveira (2004, p.151), destaca que “[...] a exclusão está incluída na lógica do capital”, a qual se manifesta nas relações de explorações, como constatamos no decorrer deste estudo. Trata-se da reprodução geracional da miséria. Neste estudo ficou claro

que não se trata de explicar o fracasso, escolar ou nos demais âmbitos da vida, pela pobreza material e cultural.

A maior parte dos entrevistados revelaram que deixaram a escola muito jovem, ainda na adolescência, para que pudessem trabalhar, com a finalidade de ajudar seus familiares ou para suprir suas necessidades imediatas de consumo. O mais interessante é que todos os participantes disseram acreditar na instituição da escola apesar de tudo. A escola fica atrás somente da necessidade imediata de suas necessidades de sobrevivência.

Com a realização da retrospectiva histórica da formação da sociedade brasileira, e a caracterização da questão social apresentada no capítulo terceiro, entendemos que as dinâmicas individuais dos assistidos se relacionam ao conjunto das relações sociais, necessariamente contraditórias, típicas da sociedade capitalista em sua especificidade brasileira. Compreende-se, que a sociedade determina o indivíduo a maneira que cada indivíduo reage frente às relações sociais. Sobre essa dinâmica este trabalho contribui modestamente.

Este trabalho, na verdade, trata do que é normalmente invisibilizado na sociedade, conforme aponta Madeira (2009), desde a década dos anos 70 o sistema penitenciário já era considerado falido no Brasil, e que de lá para cá não ocorreram avanços, e como resultados tivemos somente no estado do Paraná até o dia 22 de outubro de 2014 contabilizados 22 rebeliões em delegacias e penitenciárias do Estado.

As pessoas entrevistadas, assistidas pelo Programa Patronato, somente aparecem nas notícias policiais, bem ao gosto da maioria da população, que muitas vezes se regozija com a violência apresentada todos os dias pela mídia. As trajetórias destas pessoas não são discutidas, não são apresentadas como mediações para as reflexões da audiência.

Consideramos que a questão da violência e da criminalidade não devem ser tratadas como fenômenos isolados, descolado da atual conjuntura, vistos que são fenômenos oriundos das facetas contraditórias da questão social, indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que este reproduz sobre o conjunto da classe trabalhadora.

O processo capitalista neoliberal de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada dos homens produzirem e reproduzirem

as condições materiais da existência humana e das relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Portanto, a questão social está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital, trabalho e a exploração, que vem produzindo miséria para grande parte do mundo, e em particular nas cidades do interior brasileiro, como Guarapuava, em que esta situação se choca com sua história excludente, pautada, pela histórica concentração de renda e violência dirigida por grupos políticos e econômicos.

Compreendemos também que a questão da violência e da criminalidade deve ser entendida como um fenômeno social diretamente ligado aos indivíduos e à sociedade, como uma das facetas da questão social, e não como mera questão individual, fruto de escolhas livres e autônomas. Há que se considerar as condições materiais advindas das trajetórias de vida dos indivíduos bem como das contradições sociais direta ou indiretamente entrelaçadas nestas trajetórias.

Para que ocorra o enfrentamento efetivo das questões sociais, da exclusão e de suas manifestações, deve-se ultrapassar as perspectivas de que essas questões estão centradas somente na decisão, opção e escolha pessoal dos sujeitos. O seu enfrentamento, no atual momento, necessita uma ação estatal, com a formulação e aplicação de políticas públicas que atendam essa parcela da população que se encontra à margem da sociedade e proponha ações e encaminhamentos que preservem, de imediato, as condições materiais de vida, para, posteriormente, enfatizar elementos de outra ordem.

No tocante ao Patronato municipal de Guarapuava, verificamos que apesar de a Secretaria de Estado de Justiça anunciar que o Patronato Municipal seria uma nova proposta, percebemos durante os meses que semanalmente estivemos no Programa para a realização da pesquisa, que ainda não ocorreram muitos avanços comparado ao modelo anterior do qual atuamos como assistente social no período de 2007 e 2012. As mesmas situações problemáticas que já estavam presentes no Programa anterior Pró-Egresso ainda persistem no Patronato Municipal.

Reconhecemos o importante trabalho desenvolvido pelo Programa na fiscalização e cumprimento da pena em Regime Aberto, bem como na tentativa de diminuição da reincidência criminal e reinserção social do assistido. Mas,

para que o Programa possa contribuir de maneira mais efetiva, existe a necessidade de maiores investimentos, na formação de uma equipe de trabalhadores técnicos que desenvolva ações de maneira permanente e contínua, verbas fixas que possibilite aos técnicos propor, criar e desenvolver projetos contínuos para os assistidos e seus familiares, com espaço físico amplo e adequado para um atendimento de qualidade a todos a comunidade em geral, em prol de ações que possa contribuir para a reinserção social de todos os atendidos pelo Programa.

Em nossa análise concluímos que as condições sociais vivenciadas pelos assistidos e seus familiares pode ser compreendida como uma primeira violência sofrida por estes sujeitos, oriunda das relações societárias capitalistas que geram a exclusão e miséria, reproduzidas geracionalmente.

Constatamos nas falas dos pesquisados o importante papel da família na ressocialização do assistido, um dos motivos fundamentais para que o assistido não volte a cometer um novo delito é o apreço pela sua família, o que demanda um trabalho mais direcionado e específico ao se tratar de ressocialização de preso. Privar-se da liberdade, estar em sobrevivendo em condições sub-humanas, não é mais terrível que estar longe de seus entes queridos, e constatar os sentimentos de sofrimento, vergonha, saudade, e constrangimento nas visitas enquanto estão no regime fechado ou semi-aberto.

Um dos objetivos propostos no início da pesquisa centrava-se em ultrapassar a aparência dos delitos tomados em si mesmos, desvelando a essência, as causas que contribuem para o processo de exclusão social, e que se manifesta no seio da própria sociedade que exclui de diversas formas do como a pobreza, criminalidade, entre outras.

Compreendemos que as manifestações que se configuram em nossa sociedade como, por exemplo, a criminalidade, são reflexos das contradições sociais. E, como parte da totalidade, as vidas dos sujeitos aqui analisados, entram neste campo de contradições, sendo determinadas direta ou indiretamente pelas contradições que excluem a maior parte da população.

Não foi o objetivo deste trabalho avaliar os programas de reabilitação e ressocialização dos apenados, mas parece que a iniciativa existente em Guarapuava, o Patronato Municipal, cenário da pesquisa empírica deste trabalho, é um passo relevante para isso, embora, claro, na perspectiva de

superação dos produtos das contradições, como é a criminalidade, só é possível com a superação da sociedade que gera em seu seio o delito.

A análise aqui empreendida propiciou compreendermos que esses sujeitos participantes da pesquisa são pessoas comuns, com sonhos, esperanças, perspectivas, que foram matriculados na escola em idade escolar em algum momento, e que dela foram excluídos por várias razões, para assumir uma tarefa que nem mesmo os adultos que deveriam ser responsável por eles davam conta. Segundo o Art. 227, da Constituição Federal, é dever da em família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Considerando que o perfil dos assistidos apresentado, o qual se configura uma população jovem, e essa legislação é de 1988, portanto já esta vigente há 26 anos, como explicar a omissão do Estado diante desse processo gritante de exclusão desses indivíduos e de seus familiares? Que políticas estão sendo desenvolvidas que mudar esse quadro? Somente esses dois questionamentos sugerem uma nova pesquisa.

O grande desafio consiste em fazer com que os conhecimentos produzidos por nós pesquisadores cheguem até aqueles que podem mudar a situação que causa violência, especial no Estado Paraná.

Por fim, se este trabalho buscou auxiliar na visibilidade do invisibilizado, estimulando que outras pesquisas que possam contribuir para a análise crítica da situação dos apenados, e da relação entre escolarização, trabalho e criminalidade, bem como auxiliar em possíveis ações práticas a partir dos dados levantados, assim, terá cumprido sua função social de uma pesquisa referenciada pelas necessidades empíricas de crítica e superação do atual *status quo*.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Ghilhon. **Montesquieu: sociedade e poder.** In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. v. 1. p. 111-121.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo.** In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho.** In: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política Social, módulo I. Brasília: CEAD, 1999, p. 19 – 31.

AZEVEDO, Ricardo. **Drogas e Crime: algumas das diversas interfases.** (2013). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/documentos/droga-e-crime-algumas-das-diversas-interfaces>. Acessado em 12/01/2014.

BOITO JUNIOR, ARMANDO. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** Crítica marxista, Rio de Janeiro, v. 17, p. 9-35, 2003. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/grupos/basua/C07Boito.pdf>. Acessado em 23/12/2013.

BOREKI, Vinícius. Capacitação profissional atende apenas 7,5% dos presos do Paraná. *Gazeta do Povo*, Curitiba- Pr, p1, 17 de mai. 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura.** In: NOGUEIRA, M. A.;CATANI, A. (orgs). *Escritos de educação*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Hegel: **O Estado como realização histórica da liberdade.** In: WEFFORT, Francisco (Org.). *Os clássicos da Política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. v. 2. p. 101-114.

BRASIL, Código Penal. 9 Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **DEPEN- PR.** Departamento Penitenciário do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.justica.pr.gov.br/arquivos/File/Patronato/cartilha_patronato_SEJU_29.pdf. Acessado em 22 de novembro de 2013.

BRASIL. Lei 11.829 de 25 de novembro de 2008. Diário Oficial da União. Brasília: 26 de novembro de 2008.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei Federal nº. 7.210, de 11.7.1984.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRUNO, Lúcia Emilia Nuevo Barreto. **Reorganização Econômica, Reforma do Estado**: As mudanças no sistema de Ensino no Brasil e do Paraná de 90. Londrina: Ed. UEL, 2001.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008. Educ. Soc. Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a15v2485.pdf Acessado em 12 de junho de 2013.

CAVALLI, Micheli. **Violência Estrutural**: Enfrentamentos para o Serviço Social?. ETIC - Encontro De Iniciação Científica - ISSN 21-76-8498, América do Norte, 511 08 2010. Disponível em : <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302> Acessado em 22/10/2012.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A questão social no Brasil**: crítica do discurso político. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1992.

CHAVES, LÁZARO CURVÊLO. **Reflexões Sobre a Violência**: o Brasil em estado de Guerra Civil. Revista Espaço Acadêmico. a. 1, n. 9, fev. 2002. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/009/09lazaroh.htm. Acesso em: 22/12/1013.

CLEVE, Jeorling J. Cordeiro. **Povoamento de Guarapuava: cronologia histórica**. 2ª Ed. Curitiba. Ed. Juruá. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> Acessado em: 19 de maio de 2014.

ESSERT. Harold. **24 pessoas ainda aguardam nomeação para Defensoria pública em Guarapuava**. Diário de Guarapuava, Guarapuava – Pr, p.A6, 10 de out de 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa** no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GONZAGA, Maria Tereza C.; SANTOS, H.M.R.; BACARIN, J.N.B.(orgs.) **A cidadania por um fio**: a luta pela inclusão dos apenados na sociedade. Maringá: Dental Press, 2002.

GOUNET. Thomas. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo, Edições Loyola, 2008.

HOLANDA, Francisco Urubam Xavier de. *Do liberalismo ao neoliberalismo: o itinerário de uma cosmovisão impenitente*. 2. ed. Ver. e ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza dos homens**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 13ª edição. São Paulo: Cortez; Lima (Peru): CELATS, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Seminário: **Encarceramento em Massa – Símbolo do Estado Penal**. São Paulo. Disponível em: <http://www.ibccrim.org.br/noticia/13699-Seminario:-Encarceramento-em-Massa-%E2%80%93-Simbolo-do-Estado-Penal> Acessado em 01/01/2014.

KOHLHEPP, Gerd. **Espaço e etnia**. São Paulo: 1991 Disponível em : www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-0141991000100008&script=sci_arttext Acessado em 13/09/2014

LAFER, Celso. Apresentação. In: MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 7-25.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOLIS, Dione. **A violência cotidiana em diferentes espaços institucionais da periferia da cidade de Londrina**. In: serviço social em revista. Volume 7 – nº1. Jul/Dez 2004. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c-v7n1.htm>. Acesso em: 04 jul. 2009.

LUKÁCS, Georg. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Senzala, 1967.

_____. **Introdução a uma estética marxista**. Trad. Carlo N. Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MADEIRA, Ligia Mori. **Trajatórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de Apoio a Egressos do Sistema Penitenciário no Brasil**. 2007. 358 p. Tese (Doutorado em sociologia) - UFRS, Porto Alegre, 2007.

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. Vol 1, Livro primeiro: O processo de produção do capital – Segunda edição. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

_____. **A Sagrada família**, São Paulo, Expressão popular, 2009

_____. **Grundisse**. São Paulo, Boitempo, 2003.

_____. **Manuscritos econômico-filosófico**. Lisboa, Edições 70, 1989.

_____. A questão judaica. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAUREN, Lucrecia. **Paraná é principal rota de entrada da maconha**. Gazeta do Povo, Curitiba- Pr, p1, 24 de mar de 2006. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=548292&tit=Parana-e-principal-rota-de-entrada-da-maconha>. Acessado em 22 de janeiro de 2014.

MÉSZÁROS. István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente se intervenção social. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO. José Paulo. **Crises do capital e suas consequências societárias**, Palestra proferida no 5º Congressos de Assistente Sociais, promovido pela editora Cortez em 25/05/13 em Tijuca- SP. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=9ZRlfA5Qylk> acessado em: 18/11/2013.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. **Marx e a Exclusão**. Pelotas: Seiva, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Brasília: OMS/OPAS, 2002.

PARANÁ ON LINE. **Paraná esta na rota do drogas Tráfico de Drogas**. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/456943/>. Acessada em 20 de novembro de 2013.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. **Prevenção e Controle**: Oposição ou Complementaridade para a Redução da Violência? In: Revista Ciência e Cultura. Sociedade brasileira para o progresso da ciência. Ano 54 nº 1. Jul/ago/set 2002. P. 54-55.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina**. São Paulo: Xamã, 1999.

PIRES, Daniel Luis Ignacio. **Llegalidade e relações transfronteiriças**: o caso do tráfico de drogas ilícitas na fronteira entre Paraguai e Brasil. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [HTTP://igeo-server.igeo.ufrj.br/retris/wp-content/uploads/2011-illegalidade-e-rela%c3%B5es-transfronteiri%c3%A7as-DLIP.pdf](http://igeo-server.igeo.ufrj.br/retris/wp-content/uploads/2011-illegalidade-e-rela%c3%B5es-transfronteiri%c3%A7as-DLIP.pdf) . Acessado em 22 de fevereiro de 2014.

PONTES. Reinaldo. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: **Capacitação em Serviço Social – Cadernos UnB**. Módulo 4. Universidade de Brasília. Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância. Brasília, 2000.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense. 1989.

RODRIGUES, Francisca Íkara Ferreira. **A concentração midiática brasileira e a desejada liberdade de expressão**. Disponível em <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/7o-encontro-2009>

SANFELICE. Jose Luis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC**. Educ. Soc. Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1391-1398, dezembro 2003.

SANTOS, Alisson dos. **Relações de compadrio e família escrava em guarapuava (1842-1863)**. Curitiba, 2011. Disponível em: www.historia.ufpr.br/monografias/2011/1_sem_2011/alisson_santos.pdf
São Paulo: Cortez, 1996

SANTOS. Milton. Por uma outra Globalização: do pensamento único á consciência universal. 19ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SILVA, Márcia. **Análise política do território**: Poder desenvolvimento no centro sul do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2007

SECRETARIA DE ESTADO CIÊNCIA E TECNOLOGIA- SETI. **Termo de Cooperação Técnico financeiro**. Programa Universidade Sem Fronteiras, Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais. SETI/SEJU. TC. 104/2013. Disponível em: <http://www.seti.pr.gov.br/arquivos/File/UGF/TCS2013/TC10413.pdf> . Acessado em: 15 de outubro de 2013.

SERON, Paulo Cesar. **Nos difíceis caminhos da liberdade**: Estudo sobre o papel do trabalho na vida dos egressos do sistema prisional. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em psicologia Social. Universidade de São Paulo. 2009

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado!** Violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1992

TRIVIÑOS, AUGUSTO NIBALDO SILVA. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNICEF. **Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa** – Direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes /Fundo das Nações Unidas para a Infância. - Brasília: UNICEF, 2012.

UNICENTRO. Abertura do processo de seleção de bolsistas para atuação no programa de execução das alternativas penais do município de Guarapuava, vinculado ao programa universidade sem fronteiras – USF 42/2013. Disponível em:

http://www2.unicentro.br/proec/files/2013/07/Edital_42_2013_USF_PROEC_UNICENTRO_abertura_selecao_PatronatoGPUAVA.pdf. Acessado em 05/10/2013.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres:** a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia: Freitas Bastos Editora, 2001.

APÊNDICE 1: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome: _____

Endereço _____ N. _____

Bairro: _____

Localidade: _____ Município _____

Estado: _____ Data de nascimento: ____/____/____.

Idade: ____ Naturalidade: _____

Filiação:

	Idade	Grau de Parentesco	Grau de Instrução	Profissão	Situação Emprego	Renda
PAI						
MÃE						

Composição Familiar da Família do Entrevistado

Nome:	Idade	Grau de Parentesco	Grau de Instrução	Profissão	Situação Emprego	Renda
Renda Familiar						

Recebe algum benefício assistencial: Não () Sim ()

Qual (s): _____ Valor(s): R\$ _____

Moradia: () Própria () Cedida () Alugada

Valor: _____

ESCOLA:

- A) Até que série você estudou quando criança?
- B) Como você avalia o período em que você permaneceu na escola enquanto criança?
- C) Na época como seus pais viam sua permanência na escola?
- D) Quais foram os motivos que contribuíram para que você não concluísse seus estudos em idade regular?

MERCADO DE TRABALHO

- E) Com que idade você começou a trabalhar?
- F) Que tipo de trabalho você exercia e que carga horária?
- G) O que você fazia com o salário que você recebia?
- H) A partir de seu primeiro emprego, como foi sua trajetória no mercado de trabalho?
-Função exercida, situação empregatícia, salário, perspectivas ...
- I) Atualmente que profissão exerce?
- J) Porque você escolheu atuar nesta profissão? Gosta de trabalhar no que atua?
- K) Quais suas perspectivas em relação ao mercado do trabalho.

DELITO

- L) Permaneceu quanto tempo em regime fechado?
- M) Qual foi o delito cometido?
- N) Quais os motivos que contribuíram para que você cometesse esse delito?
- O) Arrependeu-se do que?
- P) Quais suas perspectivas futuras em relação a sua vida?
- Q) Quais motivos contribuíram para que você cometesse o delito?
- R) Você acha que se você estivesse concluído seus estudos em idade regular, isso teria feito alguma diferença em sua vida? De que maneira?
- S) Você acha que existe alguma relação entre a escola, o mercado de trabalho e o cometimento do delito? Qual (is)?

APENDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa: Análise das condições materiais existente entre os percursos escolares, laborais e no processo do delito dos egressos atendidos pelo Programa Pró-Egresso da cidade de Guarapuava-PR, sob a responsabilidade de Viviane Silveira Batista.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de analisar as relações existentes entre os percursos escolares e laborais na vida dos egressos e no processo do delito e o papel da educação na vida dos egressos do sistema penitenciário, partindo dos dados do Programa Pró-Egresso da cidade de Guarapuava no Paraná.

Poderá participar da pesquisa egressos do sistema penitenciário de atendidos pelo Programa Pró-Egresso de Guarapuava que cumprem penas em progressão de regime: Regime Aberto (RA) e Livramento Condicional (LC), ou seja, indivíduos que respondem pena com duração superior a seis meses no Programa, e o critério de seleção dos sujeitos, que cometeram crimes relacionados á obtenção de vantagens econômicas como: roubo, furto, estelionato, trafico, assalto, entre outros.

As entrevistas ocorreram no Programa, que funciona no Fórum Desembargador Ernani Guarita Cartaxo de Guarapuava, sito, rua Visconde de Guarapuava, 913, centro, Guarapuava - PR, 85010-240, no período de julho a agosto junho de 2013. E como os egressos atendidos se apresentam mensalmente no Programa, acredita-se que será possível um grande número significativo de indivíduos participantes, visto que todos os egressos que se encaixam no perfil, selecionados a partir dos dados estatísticos do Programa, serão convidados a participar da pesquisa e ficarei esse período dois dias da semana, sendo as segundas-feiras e quartas-feiras para realizar a coleta de dados.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA:

A sua participação nesta pesquisa será fundamental para que possamos analisar a partir de sua trajetória de vida, quais as condições materiais vivenciadas por cada individuo egresso participante da pesquisa e que forma a educação ou falta de, refletiu em sua história de vida.

No âmbito das condições materiais a pesquisa levará em conta especialmente as trajetórias escolar e laboral desses egressos, tendo em vista serem este dois fatores fundamentais no processo de sociabilidade. A pesquisa será realizada por meio de entrevistas gravadas, partindo de relatos, a qual possibilidade no momento das análises melhores condições de fidedignidade dos dados. Os relatos serão analisados como representações dos indivíduos sobre sua vida, seu percurso escolar e laboral, e isto metodologicamente significa que a pesquisa valorizará tais representações como indícios importantes tanto para as análises teóricas, que será construída pela categorização das representações, quanto para a pretensas medidas práticas ou de Políticas Públicas.

Lembramos que a sua participação é voluntária, você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista sem nenhum prejuízo para você.

1. RISCOS E DESCONFORTOS:

A pesquisa não causará nenhum risco físico, ou material, no entanto poderá gerar algum constrangimento por se tratar de relatos de vidas pessoais. Porém, se você se sentir desconfortável terá no direito e a liberdade de não responder as perguntas e até mesmo deixar de participar da pesquisa.

2. BENEFÍCIOS:

Os benefícios esperados com o estudo esta no sentido buscar Investigar a partir das entrevistas a relação entre a escolarização, entrada ao mercado de trabalho e a execução do delito. Acreditando que cada história de um egresso é uma síntese da sociedade na sua vida, e ao mesmo tempo, cada história é um reflexo mediado pela própria sociedade.

3. FORMAS DE ASSISTÊNCIA:

Se você precisar de alguma orientação por se sentir prejudicado por causa da pesquisa, você deverá entrar em contato com a para Secretaria do Programa de Pós-graduação em Educação da UNICENTRO. Sito Rua Padre Salvatore Renna, 875, sala 1302, Bloco M – CEP 85.015-430 – Guarapuava – Paraná. Telefone: (42) 3621-1451

4. CONFIDENCIALIDADE

Todas as informações que o(a) Sr.(a) nos fornecer, serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum da entrevista ou gravações, estas por sua vez, serão destruídas após análise dos dados, nem quando os resultados forem apresentados.

5. ESCLARECIMENTOS:

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Viviane Silveira Batista Endereço: Icaraima, 72 Bairro Boqueirão Telefone para contato: (042) 88140285 Horário de atendimento: Das 8:00 às 18:00
--

Comitê de Ética em Pesquisa da UNICENTRO – COMEP
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Campus CEDETEG

Endereço: Rua Simeão Camargo Varela de Sá, 03 – Vila Carli
CEP: 85040-080 – Guarapuava – PR
Bloco de Departamentos da Área da Saúde
Telefone: (42) 3629-8177

6. RESSARCIMENTO DAS DESPESAS:

Caso o(a) Sr.(a) aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

7. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:

Se o(a) Sr.(a) estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, e receberá uma cópia deste Termo.

O **sujeito de pesquisa** ou seu representante legal, quando for o caso, deverá rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

O **pesquisador responsável** deverá, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – assinando na última página do referido Termo.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Guarapuava, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador